



Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
53579683	07/11/2019 10:43	PETIÇÃO INICIAL EM PDF	Petição Inicial

PETIÇÃO INICIAL EM PDF





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
53579689	07/11/2019 10:43	AÇÃO DEYKISSON CONTRA DPVAT EM PDF	Petição em PDF



Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

MM JUÍZO DA COMARCA DE CARPINA

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA, brasileiro, solteiro, comerciante, nascido em 16.06.1984 na cidade de Recife/PE filho de: Derivaldo Beijamim de Oliveira e Maria José Correia com RG nº 5472414 SSP-PE, CPF nº 063.672.874-93, residente e domiciliado **Rua.14 nº 236 Loteamento José Fernando Lôbo, próximo a Creche- Lagoa do Carro/PE**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seu Defensor Público, abaixo assinado, propor a presente:

AÇÃO REIVINDICATÓRIA DE COBERTURA SECURITÁRIA – DPVAT,

com fulcro no Código Civil, CTR e nas Leis Federais de nº 6194/74 e 8441/92, m face

de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.. NIRE nº. 33.3.0028479-6. CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04.**, com sede na **PRAÇA DE CASA FORTE, 525 - CASA FORTE, RECIFE - PE, CEP. 52061-420** – Telefone: 81 3084 7777 **SEGUNDA OPÇÃO** de endereço: **RUA SENADOR DANTAS 74 5ª ANDAR CENTRO RIO DE JANEIRO/RJ – CEP. 200.31205**,

1. DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA

A Requerente declara que não está em condições de pagar as custas do processo, honorários periciais e honorários advocatícios, sem prejuízos do sustento próprio e da família.

*Endereço eletrônico E-mail: mariselmaadvogada@bol.com.br
Celulares: 81 98145 1962 (WhatsApp - Oi) 81 99828 3943 (Claro).*

DI





Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

A requerente não se encontra exercendo atividade laborativa, posto isso requer o benefício da justiça gratuita de acordo com a lei [1.060/1950](#).

I. DOS FATOS

O Requerente é segurado pertinente ao seguro obrigatório (DPVAT), **pois sua genitora foi vítima fatal, do acidente de trânsito, na PE-90, falecida em 19.08.2018.**

Deu entrada para receber o seguro, encaminhado toda documentação pelos correios conforme pede a demandada.

Ocorre Excelência que decorrido todo este tempo, a demandando vem se eximindo de sua responsabilidade.

Já pediu 03 (três) vezes o comprovante de residência atualizado, de cada espaço de tempo pede **15 (quinze) a 20 (vinte) dias uteis para analisar o novo documento,** quando o demandado ligar para saber se receberam, pedem para reenviar o comprovante novamente e da novo prazo para analisa-lo.

Posteriormente pediram para reenviar a certidão de óbito de sua genitora. Mais 20 (vinte) dias para analisarem o documento já enviado no primeiro pedido.

O demandante ao ligar para saber se receberam a certidão de óbito pedem para reenviar novamente e assim sucessivamente.

**Endereço eletrônico E-mail: mariselmaadvogada@bol.com.br
Celulares: 81 98145 1962 (WhatsApp - Dji) 81 99828 3943 (Claro).**

02





Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

Por último, a seguradora alega que precisa comprovar a existência de um irmão do demandante.

O demandante já enviou 03 (três) vezes a certidão de óbito de seu irmão que era solteiro, sua genitora falecida, não era casada não possuía outros filhos e tudo já foi comprovado e encaminhado a seguradora, ora demandada, **mais de 05 (cinco) vezes através de SEDEX e protocolo.**

O DEMANDANTE NÃO AGUENTA MAIS TANTA HUMILHAÇÃO, sem contar a forma como é tratado por telefone, **por último a atendente lhe disse que se quiser agilidade procure a justiça.**

II. DO DIREITO

- **LEI Nº 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974.**

Dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não

Conforme a legislação da matéria é devido ao herdeiro o valor de:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).

(Produção de efeitos).

**Endereço eletrônico E-mail: mariselmaadvogada@bol.com.br
Celulares: 81 98145 1962 (WhatsApp - Dji) 81 99828 3943 (Claro).**

03





Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

a) (revogada); [Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007](#)

b) (revogada); [Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007](#)

c) (revogada); [Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007](#)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

Com isso, torna-se notório seu direito de receber a importância de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte** correspondente à morte de sua genitora.

DO DANO MORAL:

O demandante já sofreu muito com a morte de sua genitora, todo o processo, de delegacia, acompanhar o Inquérito para providenciar toda documentação exigida pela demandante, posteriormente, inúmeras ligações, praticamente toda semana telefone para seguradora, é mal atendido não tem resposta.

Quando consegue atendimento ficam mandando encaminhar documentos reconhecer firma no cartório, tendo despesas com postagem, inicialmente o **SEDEX** foi pago pela demandante, por último não foi custeado pela seguradora o próprio demandante sem condições teve que pagar as postagens.

Cada vez que entrava em contato com a demandante era humilhado, por último o mandaram procurar a justiça.

*Endereço eletrônico E-mail: mariselmaadvogada@bol.com.br
Celulares: 81 98145 1962 (WhatsApp - Dji) 81 99828 3943 (Claro).*

04





Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

O DEMANDANTE É FILHO ÚNICO, SUA GENITORA NÃO ERA CASADA, NÃO POSSUI OUTRO HERDEIRO. TUDO FOI COMPROVADO NOS AUTOS. FOI ENVIADO CÓPIA DO INQUÉRITO POLICIAL. BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL, CERTIDÃO DE ÓBITO E DOCUMENTOS EXIGIDOS MAIS DE CINCO VEZES.

O que se requer uma reparação pelo dano moral, pelo constrangimento, a dor, as noites sem dormir, o desassossego que a demandada causou ao demandante no importe de 10 (dez) salários mínimos.

ISTO POSTO REQUER:

Requer a Vossa Excelência:

- a) o deferimento dos benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. [98](#) e seguintes do [CPC/2015](#);
- b) a designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do art. [319](#), [VII](#), do [CPC/2015](#);
- c) a citação do requerido por meio postal, nos termos do art. [246](#), inciso [I](#), do [CPC/2015](#);
- e) ao final, seja dado provimento a presente ação, no intuito de condenar o réu a pagar o valor do seguro devidamente corrido desde a data em que foi protocolada via correios, assim como condenar o demandado ao dano moral pelo constrangimento e dor que causou ao demandante durante o prazo de constrangimento tentando resolver o litígio sendo humilhando pelos

*Endereço eletrônico E-mail: mariselmaadvogada@bol.com.br
Celulares: 81 98145 1962 (WhatsApp - Dji) 81 99828 3943 (Claro).*

05





Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

atendentes por telefone ao valor do dano ,oral do 10 (dez) salários mínimos, no importe de **R\$ 9.988,00 (nove novecentos e oitenta e oito reais) a título de dano moral;**

f) seja o réu condenado ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios;

g) Condenar a Requerida no ônus da Sucumbência, com o pagamento das custas, emolumentos, honorários advocatícios no importe de **20% do valor da causa.**

i) Provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, tais como oitiva de testemunhas, provas periciais, documentais e as que se fizerem necessárias para o bem da verdade.

j) **Atribui-se a causa o valor de R\$ 23.488,00 (vinte e três mil quatrocentos e oitenta e oito reais).**

Nestes termos, Pede deferimento.

Carpina, 07 de novembro de 2019.

Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

Advogada OAB/PE 26.376

Endereço eletrônico E-mail: mariselmaadvogada@bol.com.br
Celulares: 81 98145 1962 (WhatsApp - Dji) 81 99828 3943 (Claro).

06





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
53579702	07/11/2019 10:43	COMP RESIDÊNCIA DO AUTOR	Documento de Comprovação

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA, brasileiro, solteiro, agricultor, nascido em 16.06.1984 na cidade de Recife/PE, filho de: Derivaldo Beijamim de Oliveira e Maria José Correia, portador da Carteira de Identidade RG nº 6.921.672 SDS/PE, inscrito no CPF sob o nº 063.672.874-93, residente e domiciliado na Rua Quatorze, N° 236, Loteamento José Fernando Lobo (Próximo a Creche) Lagoa do Carro – PE, com celular: 97305-9964.

OUTORGADA: Dra MARISELMA ALEIXO DE MORAES, Advogada inscrita na OAB/PE 26.376 com endereço eletrônico: jpmf8@ig.com.br e mariselmaadvogada@bol.com.br e celulares: 81 9828 3943 (WhatsApp-Tim) 99434 2801 (Claro) e 81 981451962 Tim

PODERES: por este instrumento particular de procuração, constituo minha bastante procuradora outorgada, concedendo-lhes os poderes da cláusula ad judicia et extra, para o foro em geral, e especialmente para: **PARA AJUIZAR CONTA O DPVAT**, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, **ACORDAR, TRANSIGINDO,** Recorrer e receber valores, intimações e notificações, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga aos Advogados acima descritos, os poderes para, em nome do outorgante, receber citação, Alvará de levantamento de valores, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica. (Em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15)


HONORÁRIOS:

Em remuneração aos serviços profissionais supra referido, pagarei a Advogada outorgada, quantia equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor apurado na condenação ou realização de acordo judicial ou extrajudicial, ficando desde logo autorizada à retenção na ocasião do pagamento. Ficando ainda, esclarecido ser devido independentemente da condenação em honorários de sucumbência, que pertencem exclusivamente à advogada contratada.

DECLARAÇÃO DE POBREZA:

Declaro, firmado sob as penas das Leis 1.060/50, que se encontra em estado de pobreza legal, não podendo arcar com as custas e demais despesas da presente demanda sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

Lagoa do Carro/PE 23.09.2019


DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA Outorgante





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

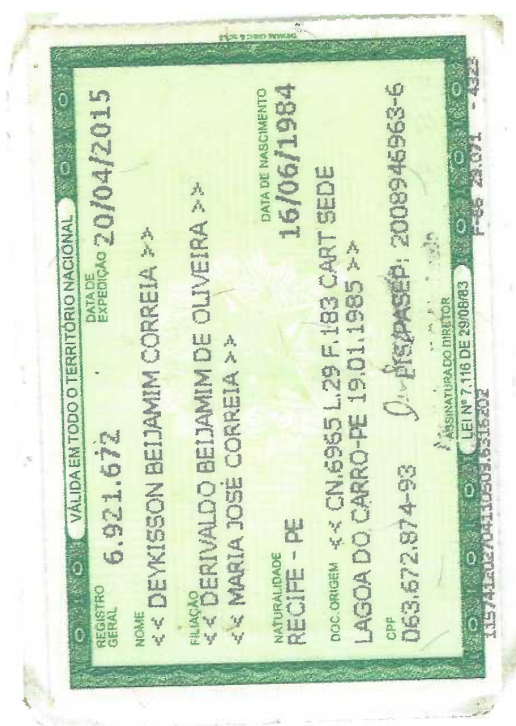
Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
53579698	07/11/2019 10:43	DOC PESSOAL DA FALECIDA	Documento de Identificação



filho único de
"de cujus"





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
53579690	07/11/2019 10:43	CORRESPONDÊNCIA DA SEGURADORA	Documento de Comprovação



NOTA FISCAL - FATURA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética de Pernambuco
Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife - PE, CEP 50050-902
CNPJ 10.835.932/0001-06 | Insc. Est. 0005943-93 | www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

LO JOSE FERNANDO LOBO 25

CPF: 063.872.874-93
CLASSIFICAÇÃOLOTTO JOSE FERNANDO LOBO/LAGOA DO
LAGOA DO CARRO PE
55820-000B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL

CONTA CONTRATO MÊS/ANO
7029458957 04/2019
DATA DE FÉTIMENTO DATA DE FÉTIMENTO
07/05/2019 29/05/2019
TOTAL A PAGAR 50,45

Nº DA NOTA FISCAL SÉRIE EMISSÃO
080208122 UNICA 29/04/2019
Nº DO CLIENTE Nº DA INSTALAÇÃO
29/04/2019 2018599929 1835057

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	59,0000000	0,77465570
Contrib. Ilum. Pública Municipal		4,48
ICMS Subvenção-CDE-NF 052582484-26/02/19		0,27

TOTAL DA FATURA

50,45

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	ANTERIOR LEITURA	ATUAL DATA	ATUAL LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
3141681703	CAT	28/03/2019	3.514,00	29/04/2019	3.573,00	32	1,00000		59,00

HISTÓRICO DE CONSUMO

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

Mês/Ano kWh	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	Geração de Energia	R\$	30,16%
ABR 19 59	ICMS	45,70	25,00	Transmissão	R\$ 2,04	4,45%
MAR 19 52	PIS	45,70	1,35	Distribuição (Celpe)	R\$ 9,55	20,90%
FEV 19 45	COFINS	45,70	8,21	Perdas de Energia	R\$ 3,00	6,56%
JAN 19 50				Cargos Setoriais	R\$ 2,48	5,38%
DEZ 18 50				Tributos	R\$ 14,88	32,52%
NOV 18 51				TARIFAS APLICADAS	R\$ 45,70	100%
OUT 18 51						
SET 18 42						
AGO 18 73						
JUL 18						
JUN 18						
MAI 18						
ABR 18						

Consumo Ativo(kWh)

0,52242791

RESERVA AO FISCO

060A 0037.3DOC BF 18.3BE9 CC89.3B34 7F24

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Na data de leitura a bandeira em vigor é a Verde. Mais informações em www.aneel.gov.br. Cobrança ICMS sobre subvenção CDE, conforme Decreto Estadual 55.459/13. A partir de 28/04, tarifa com reajuste médio de 5,55% para Baixa Tensão e 3,76% para Alta Tensão-REH 2.535/18. O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Pagto. em atraso gera multa 2% (Res 41/ANREEL), ou os 1% (Lei 10.438/02) e atualização monetária no pró. mês. O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.

Não existem débitos de 2018 e anos anteriores. Esta declaração substitui, para comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, as quitanças dos levantamentos mensais (Art. 4º, Lei 12.007/09). Esta declaração não abrange débitos de parcelamentos acordados de dívidas em faixas em discussão judicial que poderão ser canceladas após o fim do processo judicial.

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES

NÍVEIS DE TENSÃO

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA NAS INTERFERÊNCIAS						TENSÃO		
CONJUNTO	VALOR APURADO	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL	NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)		
						MÍNIMO	MÁXIMO	
DIG	CARPINA	fev/2019						
	2,74	5,31	10,62	21,25	220	200	231	
FIC	2,00	3,30	6,50	13,20				
DNIG	2,20	3,03	0,00	0,00				

INDICADOR POR REGIME ESPECIAL
DESPACHO CDE-REH 0482/2019

Comprovante de residência atualizado



Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
53579691	07/11/2019 10:43	DOC PESSOAL DO AUTOR	Documento de Identificação



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 01 de Março de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190168217

Vítima: MARIA JOSE CORREIA

Data do Acidente: 17/08/2018

Cobertura: MORTE

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para a cobertura de Morte, o valor da indenização é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e será pago aos legítimos beneficiários da vítima definidos em lei.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 14014270





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
53579697	07/11/2019 10:43	DECLARAÇÃO DO HOSPITAL	Documento de Comprovação



GOVERNO DE
CARPINA
A FORÇA DO TRABALHO

DECLARAÇÃO

Atendendo ao requerimento do(a) paciente MARIA JOSE CORREIA
Portador(a) da Cédula de Identidade 2.538.862. Declaramos para os
devidos fins que o(a) Paciente acima citado, deu entrada nessa unidade de saúde, vítima de
acidente de trânsito no dia 17-08-2018 sendo devidamente atendido(a)
UNIDADE MISTA. Como constado no arquivo de contas médicas.

Unidade Mista Francisco de Assis Chateaubriand
Av. Conselheiro João Alfredo, s/n, Santa Cruz,
Carpina-PE

Direção / Assessoria Social


Diretora administrativa

UNIDADE MISTA ASSIS CHATEAUBRIAND

Avenida Conselheiro João Alfredo - Bairro: Santa Cruz

Carpina-PE 55819-230

(0xx)81 3621-5908

UNIDADE MISTA
FRANCISCO CHATEAUBRIAND
Av. Conselheiro João Alfredo, s/n
Carpina - PE / CEP: 55.810-000





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
53579694	07/11/2019 10:43	PROCURAÇÃO	Procuração

Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Logradouro do Carro-Pê

Nome:

Maria Jose Correia

Data de Nascimento:

07/04/1960

Cartão Prof. N°:

23223

Série:

00010

Carteira Associado N°:

5045

Profissão:

Agricultora

Est. Civil:

Solteira

Residência:

Invasão da faz. Solidade

Em:

04 de

Julho

de 20

87



Jose Maria da Silva
Presidente

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
20 17							PG	PG	PG	PG		
20 18												
20 19												
20 20												

ESPOSA:

FILHOS:





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
53579700	07/11/2019 10:43	PARTES DO INQUÉRITO POLICIAL	Documento de Comprovação



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO
BATALHÃO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA
SUBSEÇÃO DE TRÁFEGO E ACIDENTE

Nº / ANO
K-2115/18



BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

I - LOCAL E DATA

COM ANEXO	X	SEM ANEXO
-----------	---	-----------



50 PM - PERMANÊNCIA DE FORÇA VELOCIDADE
PATRULHA - 112304-7
BATALHÃO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA

Município	CARPINA	Rodovia	PE-090	Km	
Ponto de Referência	EM FRENTE À ENTRADA DO MOTEL CLONE				Data
Dia da Semana	SEXTA-FEIRA	HORA/OCORRÊNCIA	10:30	Hora/Cheg./Pr	17/08/18
					10:45

II - TIPO DE ACIDENTE

ATROPELAMENTO		ABALROAMENTO		COLISÃO		CHOQUE		CAPOTAMENTO	
Pedestre	X	Longitudinal		Frontal		Poste, Árvore		Tombamento	
Animal		Transversal		Traseira		Muro, Casa		Saída da Pista	
						Veículo Parado		Outros	

III - CONSEQUÊNCIA

SEM VITIMA		COM VITIMA	X	MORTOS		FERIDOS	01
Nº/VEÍC. ENVOLVIDOS NO ACIDENTE			IDENT.	01	NÃO IDENT		TOTAL
							01

IV - CONDIÇÕES CIRCUNSTANCIAIS

ACID. VERIFICADO		CONDIÇÕES/VIA		CONDIÇÕES/TEMPO		PERÍODO/DIA		SEMÁFARO	
Longo da Via	X	Seca	X	Bom	X	Manhã	X	S/Defeito	
Cruzamento		Molhada		Chuva		Tarde		C/Defeito	
Outros		Enlameada		Nebulosa		Noite		Desligado	
		Oleada		Garoa		Madrugada		N/Existe	X

V - CONTROLE DO TRÁFEGO

Policial		Placa "Pare"		MÃO DE DIREÇÃO		DIVISÃO DA VIA	
F. Pedestre		Placa "Dê a Pref."		Única		Faixa Contínua	X
F. Enção		Não há Placas	X	Dupla	X	Canteiro Central	
						Blocos	
						Outros	

VI - CONDIÇÕES DOS CONDUTORES

EXAME DE EMBRIAGUEZ ALCOÓLICA - VI/V2		COMPORTAMENTO - VI/V2	
Realizado no Local		Permaneceu no local	V1
Enc. Para Exame		Socorrido	
Não foi Realizado		Evadiu-se	

VII - DANOS A PROPRIEDADE DE TERCEIROS

Proprietário		Tomou Conhecimento	
Natureza das Avarias			



XII – INFRAÇÕES COMETIDAS

	V.1 / V.2		V.1 / V.2
Dirigir s/CNH (Art. 162, I CTB)		Deixar de Prestar Inform. s/ acid. (Art. 176 V CTB)	
Conduzir Veíc. ã Lic. (Art. 230 V CTB)		Desob. Ordens do Agente trãs. (Art. 195 CTB)	
Conduzir Veíc. s/ Doc. Porte Obrig. (Art. 232 CTB)		Conduzir Veíc. C/ Lacre Violado (Art. 230 I CTB)	
Dirigir Sob. Influen. Alcool (Art. 165 CTB)		Conduzir Veíc. S/ Placa (Art. 230 IV CTB)	
Deixar de Prestar Socorro à Vitima (Art. 176 I CTB)		Conduzir Veíc. C/ Placa Ileg. (Art. 230 VI CTB)	
Deixar de Adotar Prov. P/ Evitar Perigo Trãs. (Art. 176 II CTB)		Conduzir Veíc. Alter. De Caract. (Art. 230 VII CTB)	
Deixar de Preserva Local de Acid. (Art. 176 III CTB)		Conduzir Veíc. Defeito Equip. Obrig. (Art. 230 IX CTB)	
Deixar de Remover Veíc. Qdo Determ. (Art. 176 IV CTB)		Outras	

XV – AVARIAS APARENTES

VEÍCULO – 01

EM ANEXO

VEÍCULO – 02

EM ANEXO

XVI – DADOS NECESSÁRIOS

1. Reboque Efetuado	Polícia Militar	Particular	Não Efetuado
2. Comunicado à Delegacia de		Hora	
Nome do Recebedor da Ocorrência		Matricula	
XVII – Responsável Pelo BAT	Posto/Grad.	SGT	Matricula
XVIII – Digitador da SSTA	SD PM MORGANA	Of. Chefe da SSTA	TEN PM UMAITÁ



Confira com o original que a
foi apresentado.

13/09/18

SD PM 1123947





Prefeitura Municipal de Lagoa do Carro

DECLARAÇÃO

Edivando Antonio da Silva, portador do CPF nº 962.518.914-91, Administrador do Cemitério municipal de Lagoa do Carro-PE, declaro para os devidos fins de direito, e a quem possa interessar, que encontra-se enterrado no cemitério deste município, a Sr^a Maria José Correia, com seu falecimento no dia 19 de agosto de 2018, tendo seu sepultamento no cemitério acima citado no dia 22 de agosto de 2018.

Sendo assim verdade, dato e assino a presente declaração.

Lagoa do Carro 10 de outubro de 2018.

EDIVANDO ANTONIO DA SILVA

ADMINISTRADOR DO CEMITERIO PMLC

Rua Antônio Francisco da Silva, 258 – Centro – Lagoa do Carro-PE





SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DINTER-1 / GCOI-1 / 11ª DESEC – Goiana- PE
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 45ª CIRCUNSCRIÇÃO – CARPINA

TERMO DE DECLARAÇÃO PRESTADO POR: **DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA**, RG nº 6.921.672 SDS/PE. **TESTEMUNHA.**

Aos **SEIS** dias do mês de **SETEMBRO** do ano de **DOIS MIL E DEZOITO (06/09/2018)**, nesta Cidade de **CARPINA** Estado de Pernambuco, e, no SETOR DE CARTÓRIO DA DELEGACIA DE POLÍCIA DA 45ª CIRCUNSCRIÇÃO, onde presente se encontrava a DELEGADA DE POLÍCIA – **BÁRBARA ALICE FORT DOS SANTOS**, comigo, Escrivã ao seu cargo, ao final assinado, aí compareceu o(a) Sr(a): **DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA**, RG nº 6.921.672 SDS/PE, brasileiro(a), nascido(a) em 16/06/1984, filho(a) de Derivaldo Beijamim de Oliveira e Maria José Correia, natural de Lagoa do Carro/PE, residente no Loteamento Rua 14, José Fernando Lobo, nº 236, Lagoa do Carro/PE. Fone: 81- 97305-9964. Aos costumes, disse nada. Inquirido pela Autoridade passou a declarar o seguinte: **QUE**, é filho da vítima destes autos, a Sra **MARIA JOSÉ CORREIA**, e informa que ela veio a óbito no dia 19.08.2018, devido ao atropelamento ocorrido no dia 17.08.2018; **QUE**, sua mãe foi socorrida para o Hospital da Restauração, ficou em coma e no terceiro dia de internamento ela faleceu; **QUE**, tomou conhecimento, através da pessoa de **WASHINGTON**, que é sobrinho da vítima, que estava passando na PE-90 no momento do acidente e viu quando o acidente aconteceu, parou e conheceu que a vítima se tratava da tia, e telefonou para o depoente para avisar; **QUE**, **WASHINGTON** falou para o declarante que estava vindo atrás do veículo que causou o acidente, uma caminhonete da marca Chevrolet LTZ FD2, ano 2013/2014, placa PGN 9013, chassi nº 9EG148LP0EC416566, cor branca, e disse que o referido veículo chegou a ultrapassar ele em alta velocidade e que “tirou um fino” dele, aparentando estar em uma velocidade acima de 120km/h, e, logo depois, atropelou a genitora do depoente, que estava atravessando a rodovia, pois estava indo em direção ao Loteamento Aparecida, nesta cidade de Carpina/PE, visitar um irmão dela; **QUE**, afirma que a vítima não havia ingerido bebida alcoólica no dia do acidente, como o motorista da caminhonete afirmou, pois ela não costumava ingerir bebida alcoólica em dias de semana e apenas ingeria em ocasiões de comemorações familiares ou festas; **QUE**, sabe que o acidente ocorreu na ladeira do Juá, próximo a fábrica da Itaipava, nesta cidade de Carpina; **QUE**, no dia do fato, estava nesta Delegacia, quando o depoente foi perguntar a **JOSÉ GONÇALVES DE LIMA FILHO** se ele era o autor do acidente e como tinha acontecido, tendo ele respondido que foi a vítima que provocou o acidente e disse: “ela que se vire”; **QUE** afirma que **JOSÉ GONÇALVES** não procurou a família do declarante para prestar alguma assistência até o presente momento; **QUE**, afirma que seu primo **WASHINGTON**, reside no Loteamento Chã de Castelo, após a ladeira do Juá, no sentido Carpina – Lagoa do Carro/PE. Lido e achado conforme, mandou a Autoridade encerrar o presente Termo, que o assina com o Depoente e comigo, Escrivão, que o digitei.

DELEGADA DE POLÍCIA

DEPOENTE: Deisson Beijamim Correia

ESCRIVÃ DE POLÍCIA:

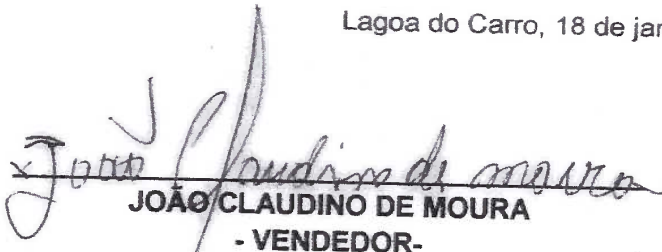


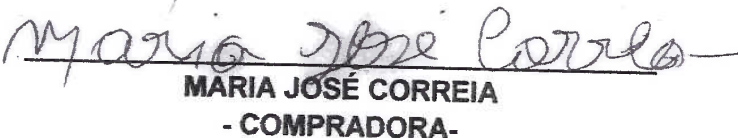
DECLARAÇÃO DE COMPRA E VENDA

Eu, **JOÃO CLAUDINO DE MOURA**, brasileiro, casado, residente na 1ª Ivação, bairro Soledade na cidade de Lagoa do Carro-PE, RG: 1333438 e CPF: 191.461.914-53, **declaro ter recibo** da Srª **MARIA JOSÉ CORREIA**, brasileira, solteira, residente na Fazenda Soledade, Lagoa do Carro, RG: 2538862 e CPF: 398.274.704-00, a quantia de **R\$ 3.500,00** (três mil e quinhentos reais), referente a **venda de uma casa**, localizada na Fazenda Soledade, Lagoa do Carro-PE.

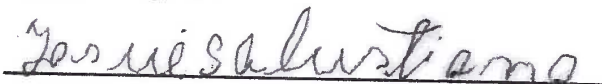
Por ser verdade, dato e assino.

Lagoa do Carro, 18 de janeiro de 2011.


JOÃO CLAUDINO DE MOURA
- VENDEDOR -


MARIA JOSÉ CORREIA
- COMPRADORA -

TESTEMUNHAS:









DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
FMPE - DGO - CPE - EPRV
Batalhão Cel. Manoel de Souza Neto



XII - INFRAÇÕES COMETIDAS

	V1	V2	
Dirigir S/ CNH (Art. 162, I, CTB)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Deixar de prestar inform. S/ (Art. 176, V, CTB)
Conduzir veic. s/ doc. Port. obrig. (Art. 232 CTB)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Desob. Ordens do Agente Trans. (Art. 195 CTB)
Conduzir veic. s/ doc. Porte obrig. (Art. 232 CTB)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Conduzir veic. s/ placa violado (Art. 230, I, CTB)
Dirigir sob influência álcool. (Art. 165 CTB)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Conduzir veic. s/ placa (Art. 230, IV, CTB)
Deixar de prestar socorro à vítima (Art. 176, CTB)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Conduzir veic. s/ placa ileg. (Art. 230, VI, CTB)
Deixar de adotar prov. P/ evitar perigo trans. (Art. 176, CTB)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Conduzir veic. Alter. De caract. (Art. 230, VII, CTB)
Deixar de preservar local de acíd. (Art. 176, III, CTB)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Conduzir veic. Defeito equip. obrig. (Art. 230, IX)
Deixar de remover veic. Qdo Deferem (Art. 176, IV, CTB)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Outras: _____

XIII - CROQUI

- VEÍCULO REMOVIDO DO LOCAL -
- NÃO FOI POSSÍVEL REALIZAR
O CROQUI.

XIV - SIMBOLOGIA

	Automóvel e outro veículos de 4 rodas		Incêndio
	Ônibus, Caminhão e Trator		Marcha à Frente.
	Trem		Marcha à Ré
	Veículo de 2 ou 3 Rodas		Derrapagem
	Pedestre		Capotamento ou Tombamento
	Animal		Local da Colisão
	Objeto Fixo		Depois da colisão

PGN 9013

XV - AVARIAS APARENTES

VEÍCULO - 1

AMASSAMENTO - CAPÔ, PARA CHAVE DIANTEIRO,
HÁ UMA LATERAL LADO DIREITO
QUEBRAMENTO - FAROL LADO DIREITO, FAROL
DE NEBLINA LADO DIREITO, TUBO ESTRUTURA
DE FAROL LADO DIREITO, PARA-CHOQUE DAN-
TADO LADO DIREITO

VEÍCULO - 02

XVI - DADOS NECESSÁRIOS

1 - Reboque efetuado: Polícia Militar Particular Não efetuado
2 - Comunicado à Delegacia de: CARPINA Hora: 12:40h
Nome do receptor da ocorrência: _____ Matricula: _____

XVII - RESPONSÁVEL PELO BAT.	POSTO/GRAD.	MATRICULA.	NOME:
	<u>2º SGT</u>	<u>9902210</u>	<u>WILSON VASCONCELOS</u>
			ASS.: <u>[Signature]</u>

XVIII - Datilógrafo SSTA: _____ Of. Chefe SSTA: _____





BATALÃO DE POLÍCIA Rodoviária
SUBSEÇÃO DE TRÁFEGO E ACIDENTES - (SSTA)



DECLARAÇÃO DO CONDUTOR (ANEXO AO BAT Nº K-21151 2018).

DESCREVA ABAIXO COMO OCORREU O ACIDENTE:

EU ESTAVA DIRIGINDO PELA LADREIRA DO JUA, NA PE-90,
PRÓXIMO AO BAIRRO SANTA ANTONIA, CARPIVA - PE, QUANDO
UMA SENHORA, COM SUSPEITA DE EMBRIAGUEZ, INCLUSIVE DIZENDO
DA VÍTIMA ESTAVA NO LOCAL COM OS MESMOS SINTOMAS DE
EMBRAGUEZ, CONHEC EM DIREÇÃO DO MEU VEÍCULO SE JOGANDO
UM FUMOS DO MESMO, NOS MEUS OLHOS E CHAMARE DO
LIVRAR ME DA COLISÃO. APÓS O OROMIO ME DEIXE A
DIRETA SOCORRIDA, UMA VEZ QUE FOI SOLICITADO O SAMU E
A VÍTIMA FOI SOCORRIDA COM VIDA.

Veículo: CAEVINLET S-10

Nome do Condutor: JOSE GONCALVES DE LIMA FILHO

RG: 2531933

Orgão Expedidor: SSD - PE CPF: 449.615.374 - 20

Placa do Veículo: REN-9013

Data: 12/08/18 Hora: 18 : 30 : 00

Assinatura: JOSE GONCALVES DE LIMA FILHO

Observação:

- 1) O Condutor deverá firmar sua declaração de próprio punho, utilizando de letra de forma legível;
- 2) O Procedimento ilegível será de responsabilidade do signatário.





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
53579706	07/11/2019 10:43	PEDIDO AO SEGUROI DPVAT	Documento de Comprovação

PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☐ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

Nº do sinistro ou ASI: **3190168217** CPF da vítima: **398.274.704-00** Nome completo da vítima: **Maria José Correia**

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

Nome completo: **Deysisson Beifamim Correia** CPF: **063.672.874-93**

Profissão: **Setoramento José Fernando Leão** Endereço: **Centro** Número: **25** Complemento: **55820-000**

Bairro: **Centro** Cidade: **Lagoa do Carro** Estado: **PE** CEP: **55820-000**

E-mail: **PE** Tel.(DDD): **55820-000**

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

RENDA MENSAL:

☐ RECUSO INFORMAR ☐ ATÉ R\$1.000,00 ☐ R\$3.001,00 ATÉ R\$5.000,00 ☐ R\$7.001,00 ATÉ R\$10.000,00

☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$3.000,00 ☐ R\$5.001,00 ATÉ R\$7.000,00 ☐ ACIMA DE R\$10.000,00

DADOS BANCÁRIOS DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO - ASSINALE UMA OPÇÃO DE CONTA

☐ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)

☐ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA: CONTA:

(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO:

AGÊNCIA: CONTA:

(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

- ☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- ☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

Estado civil da vítima: ☒ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorciado ☐ Separado Judicialmente ☐ Viúvo Data do óbito da vítima: **19/08/18**

Grau de Parentesco com a vítima: ☐ Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

Vítima teve filhos? ☒ Sim ☐ Não Se tinha filhos, informar quantos: **1** Vítima deixou nascituro (vai nascer)? ☐ Sim ☒ Não Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☒ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado

Local e Data,

Nome:

CPF:

(*) Assinatura de quem assina A ROGO

x Deysisson Beifamim Correia

Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

TESTEMUNHAS

1ª | Nome: **Baldinete Vieira da Silva Melo**

CPF: **096.751.574-29**

Baldinete Vieira da Silva Melo

Assinatura

2ª | Nome: **Helena Maria da Silva**

CPF: **044.173.064-16**

Helena Maria da Silva

Assinatura

Assinatura do Representante Legal (se houver)

Assinatura do Procurador (se houver)

(*) A vítima/beneficiário não alfabetizado deverá escolher outra pessoa alfabetizada, maior e capaz, para preencher e assinar o presente formulário, A SEU ROGO, na presença de 2 (duas) testemunhas maiores e capazes, comprometendo-se a dar-lhe ciência do inteiro teor do conteúdo, antes do preenchimento e assinatura.

NECESSÁRIO ANEXAR CÓPIA DA IDENTIDADE, CPF E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DE TODOS.

FPS.001 V001/2018



Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
53646081	08/11/2019 11:40	Despacho	Despacho



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

3ª Vara Cível da Comarca de Carpina

Avenida Presidente Getúlio Vargas, S/N, SÃO JOSÉ, CARPINA - PE - CEP: 55815-105 - F:(81) 36228638

Processo nº **0002768-46.2019.8.17.2470**

AUTOR: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

DESPACHO

Defiro a gratuidade da justiça nos moldes do art.98 do CPC.

Considerando que esta Comarca interiorana não possui Central de Mediação e Conciliação, no intuito de prevenir irregularidades futuras ante a não existência de servidor especializado para o cargo de mediador ou conciliador, deixo de atender ao comando do art. 334 do CPC e DETERMINO o seguinte:

I – Cite-se a ré para que, querendo, ofereça resposta no prazo da lei, sob pena de confissão e revelia;

II – Assim que tenha o réu se manifestado, havendo juntada de documentos de mérito, ou arguição de preliminares por parte do mesmo, concedo vistas ao autor para se manifestar na forma e no prazo do art. 350 do CPC. Após, nova conclusão;

III – do mandado de intimação do presente, deverá constar a observação de que as partes podem a qualquer tempo realizar acordo extrajudicial ou requerer a designação de audiência de conciliação, no diapasão do espírito do novo Diploma Processual Pátrio.

O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 203, §4º do CPC c/c art. 93, inciso XIV, CF/88, bem como de acordo com os atos ordinatórios definidos no Provimento nº 08/2009 do Conselho da Magistratura do TJPE.

Cumpra-se.

Carpina – PE, 08/10/2019.

Mariana Vieira Sarmiento
Juíza de Direito





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
53743349	11/11/2019 11:28	Citação	Citação



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Avenida Presidente Getúlio Vargas, S/N, SÃO JOSÉ, CARPINA - PE - CEP: 55815-105

3ª Vara Cível da Comarca de Carpina
Processo nº 0002768-46.2019.8.17.2470
AUTOR: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

CARPINA, 11 de novembro de 2019.

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Destinatário(s):

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

Endereço: PÇ DE CASA FORTE, 525, SEGURADORA LIDER SEGURO DPVAT, CASA FORTE, RECIFE - PE - CEP: 52061-420

Através da presente, fica V. Sa. **CITADO(A)** para tomar ciência de todos os termos da ação em epígrafe, que tramita perante o Juízo acima indicado, e integrar a relação processual, bem como **INTIMADO(A)** para oferecer contestação, tudo conforme decisão prolatada, em anexo, e diante da petição inicial, cujo teor pode ser consultado por meio do endereço eletrônico fornecido neste documento.

Prazo: O prazo para responder a ação, querendo, é de **15 (quinze) dias**, contados da juntada do Aviso de Recebimento (AR) aos autos.

Advertência: Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor na petição inicial (art. 344 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

Para acessar a Petição Inicial, siga os passos abaixo:

1 – Acesse o link: <https://www.tjpe.jus.br/contrafe1g>

2 – No campo “Número do Documento”, digite: 19110710410847300000052722020

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

Toda a tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, CLEOMENES FONSECA DE OLIVEIRA, o digitei e o submeto à conferência e assinatura(s).

CLEOMENES FONSECA DE OLIVEIRA

Técnico Judiciário

Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tjpe.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
54814395	02/12/2019 09:01	Documento de Comprovação	Documento de Comprovação

AR





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
54814397	02/12/2019 09:02	AR. PROC. 2768-46.2019	Aviso de recebimento (AR)



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JU 20543926 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

18 NOV 2019

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDERECO PARA
DEVOLUCAO

RETOUR

REMETENTE:

3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO CARPINA-PE
Avenida Getúlio Vargas, 595 – Santa Cruz
FÓRUM JOSÉ GONÇALVES GUERRA
CARPINA - PE
CEP: 55 815-105

UF BRASIL
BRÉSIL



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Seguradora Líder do Consórcio de Seguro DPVAT

ENDEREÇO / ADRESSE

Pe, de casa forte, 525, casa forte

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITÉ

UF

PAÍS / PAYS

52061-420 Recife

Pe

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Carta de notificação Tge. 2768-46.2019

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VAI ÊTRE DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186 mm





PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Destinatário: Seguradora Líder dos Consórcios de
Endereço: PE de Casa Forte, 525
Casa Forte

Recife - PE

cep: 52061-420



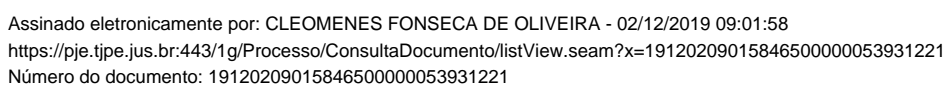
JU 20543926 7 BR



COD 03 012.048

TJ - 61



[illegible]



Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
56473531	15/01/2020 10:32	Certidão	Certidão



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

3ª Vara Cível da Comarca de Carpina

Avenida Presidente Getúlio Vargas, S/N, SÃO JOSÉ, CARPINA - PE - CEP: 55815-105 - F:(81) 36228638

Processo nº **0002768-46.2019.8.17.2470**

AUTOR: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que em face do requerido não ter sido localizado no primeiro endereço indicado nos autos, passo a citá-lo na segunda opção indicada na inicial. O certificado é verdade e dou fé.

CARPINA, 15 de janeiro de 2020

Chefe de Secretaria





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
57785150	11/02/2020 15:27	Citação	Citação



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARPINA

Avenida Presidente Getúlio Vargas, S/N, SÃO JOSÉ, CARPINA - PE - CEP: 55815-105

3ª Vara Cível da Comarca de Carpina
Processo nº 0002768-46.2019.8.17.2470
AUTOR: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

CARPINA, 11 de fevereiro de 2020.

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Destinatário(s):

Nome: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

Endereço: RUA SENADOR DANTAS 74, 5ª ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO/RJ –CEP. 200.31205

Através da presente, fica V. Sa. **CITADO(A)** para tomar ciência de todos os termos da ação em epígrafe, que tramita perante o Juízo acima indicado, e integrar a relação processual, bem como **INTIMADO(A)** para oferecer contestação, tudo conforme decisão prolatada, em anexo, e diante da petição inicial, cujo teor pode ser consultado por meio do endereço eletrônico fornecido neste documento.

Prazo: O prazo para responder a ação, querendo, é de **15 (quinze) dias**, contados da juntada do Aviso de Recebimento (AR) aos autos.

Advertência: Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor na petição inicial (art. 344 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

Para acessar a Petição Inicial, siga os passos abaixo:

1 – Acesse o link: <https://www.tjpe.jus.br/contrafe1g>

2 – No campo “Número do Documento”, digite: 19110710410847300000052722020

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

Toda a tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, MARIA JOSE SOARES DE ARAUJO, o digitei e assino.

MARIA JOSE SOARES DE ARAUJO

Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tjpe.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
59209309	13/03/2020 10:40	Contestação	Contestação

CONTESTAÇÃO E HABILITAÇÃO





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
59209314	13/03/2020 10:40	2701613_CONTESTACAO_PROTOCOLADA_01	Petição em PDF



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARPINA/PE

AUSÊNCIA DE COBERTURA

Processo n.º 00027684620198172470

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que sua genitora **MARIA JOSÉ CORREIA** foi vítima de acidente automobilístico ocorrido em 17/08/2018, o que acarretou no seu óbito no dia 19/08/2018.

No presente caso, cumpre ressaltar que a parte autora recebeu administrativamente o valor de R\$6.750,00.

Assim sendo, por entender, **equivocadamente**, que o valor da indenização corresponde ao valor máximo, ingressou com a presente ação, pleiteando o que entendem ser devido, referente ao Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015^[1], prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



DA ILEGITIMIDADE "AD CAUSAM" DAS PARTES NO PÓLO ATIVO DA PRESENTE DEMANDA

Inicialmente, em que pese o autor figurar nesta demanda alegando para tanto ser o único herdeiro necessário da falecida, **NÃO HÁ PROVAS HÁBEIS A ACOLHER TAL ALEGAÇÃO.**

Cumprido destacar que a Lei 11.482/07, deu nova redação ao artigo 4º da Lei 6.194 e estabeleceu que a indenização, no caso de morte, será paga de acordo com o disposto no artigo 792 do Código Civil^[1].

NA HIPÓTESE VERTENTE, CONFORME EXPOSTO NA CERTIDÃO DE ÓBITO, A VÍTIMA POSSUÍA DOIS FILHOS, O AUTOR E OUTRO JÁ FALECIDO:

CERTIDÃO DE ÓBITO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
RECEBIMENTO DE RECURSOS PARA PESSOAS NATURAIS

NOME: **MARIA JOSÉ CORREIA**

CPF: 398.274.704-00

MATRÍCULA: 074492 01 55 2018 4 00023 085 0003061 80

SEXO Feminino	COR Parda	ESTADO CIVIL E IDADE Solteira, 58 anos
NATURALIDADE CARPINA-PE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO RG nº 2538862 SDS/PE	ELEITOR Sim
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA Filha de JOSÉ LUIZ CORREIA e de JOVELINA MARIA CORREIA. Residência da falecida: FAZENDA SOLEDADE, ZONA RURAL, Lagoa do Carro-PE		
DATA E HORA DE FALECIMENTO Dezenove de agosto de dois mil e dezoito, às 19h00min.		DIA 19
LOCAL DE FALECIMENTO HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO, DERBY, Recife-PE		MÊS 08
CAUSA DA MORTE POLITRAUMATISMO PRODUZIDO, POR INSTRUMENTO CONTUNDENTE		ANO 2018
SEPULTAMENTO / CREMAÇÃO CEMITÉRIO DE LAGOA DO CARRO - PE		DECLARANTE DEYSSON BEJAMIM CORREIA, nacionalidade BRASILEIRA, RG nº 6921672 SDS PE, CPF/MF nº 063.672.674-93, profissão AGRICULTOR, estado civil solteiro, residente FAZENDA SOLEDADE, ZONA RURAL LAGOA DO CARRO PE, filho da falecida
NOME E Nº DE DOCUMENTO DO(S) MÉDICO(S) QUE ATESTOU(ARAM) O ÓBITO Dra. LUCIANA MARIA OLIVEIRA DE OLIVEIRA BORGES CRM 11106/PE		
AVERBAÇÕES / ANOTAÇÕES À ACRESCE Deixou bens, não deixou testamento, deixou dois filhos maiores sendo um falecido. Digitado por Thiago Victor - Guia:0009513082: ATO GRATUITO.		
ANOTAÇÕES DE CADASTRO RG nº 2538862 SDS/PE emitido em 23/11/2015, CPF nº 398.274.704-00, Título de eleitor nº 009912270841 zona 20 seção 214 da cidade de Lagoa do Carro-PE emitido em 27/09/2017, CTPS nº 23223 Série 00010-PE emitido em 30/01/2009 * As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigida pelo órgão solicitante.		

Nome do Oficial
Registro Civil das Pessoas Naturais
Oficial Registrador
Mariane Paes Gonçalves de Souza
Município/UF
Lagoa do Carro-PE
Endereço
Rua Janilson Correia de Melo
"Selo: 0074492.DBM10201801.00398
Consulte autenticidade em
www.tjpe.jus.br/selodigital"

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Lagoa do Carro-PE, 6 de novembro de 2018.

Thiago Victor de Souza F. Ribeiro
escrevente

Thiago Victor de Souza F. Ribeiro
Escrevente

[1] "Art. 4º: A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)".

Desta forma, importante colacionar o artigo do código civil que dispõe sobre o direito de representação de herdeiros de pessoa pré-morta:

“Art. 1851. Dá-se o direito de representação, quando a lei chama certos parentes do falecido a suceder em todos os direitos, em que ele sucederia, se vivo fosse.”

Desta forma, conclui-se que o autor não se enquadra como único beneficiário da vítima haja vista que a mesma possuía um filho já falecido (pré-morto), havendo, assim, aos seus herdeiros o direito de representação.

ASSIM, IDENTIFICAMOS QUE O AUTOR PLEITEIA A INTEGRALIDADE DA INDENIZAÇÃO, TODAVIA, CONFORME JÁ SALIENTADO, O MESMO NÃO É O ÚNICO BENEFICIÁRIO DA VÍTIMA. ASSIM, NECESSÁRIA SE FAZ A ANÁLISE QUANTO A LEGITIMIDADE DOS BENEFICIÁRIOS.

Assim, deve-se verificar quanto a real qualidade de beneficiários dos Autores, para que no futuro a Ré, ou qualquer outra Sociedade Seguradora participante do “pool do Convênio DPVAT, não seja compelida a efetuar outro pagamento a possível beneficiário que possa surgir.

DESTA FORMA, ANTE A AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ÚNICO BENEFICIÁRIO DO AUTOR PARA RECEBER A INDENIZAÇÃO EM SUA TOTALIDADE, REQUER SEJA JULGADA EXTINTA SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 485, V, DO CPC DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015.

CARÊNCIA DE AÇÃO - FALTA DE DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO

(AUTO DE NECRÓPSIA / LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO – IML / BOLETIM DE OCORRÊNCIA E BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO).

Constata-se, pela síntese dos fatos narrados na exordial, que a parte autoral pretende que o seguro DPVAT a indenize pelo suposto falecimento de seu ente no acidente noticiado.

A RÉ DEMONSTRARÁ A SEGUIR QUE A PARTE AUTURAL CARECE DA AÇÃO POR NÃO TER FEITO A COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL DA SUA PRETENSÃO.

A lei é clara, e exige para que o beneficiário possa ter o direito de pleitear a indenização relativa ao seguro obrigatório de veículo a apresentação de determinados documentos, quais sejam:

“Art. 5º(...)

§1º(...)

a) Certidão de óbito, registro da ocorrência policial competente e a qualidade de beneficiários no caso de morte;

§3º Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necropsia, fornecido diretamente pelo Instituto Médico Legal, independente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Ademais, o artigo 5º da Resolução CNSP nº 07/97, repetindo praticamente o que dispõe a lei, assim disciplina:

“Caso seja detectada falha de ordem formal em um dos documentos mencionados nos artigos 2º e 4º, ou a existência de indícios de fraude, deverá a seguradora, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da documentação, notificar o interessado com ‘aviso de recebimento’, solicitando os documentos ou esclarecimentos necessários à elucidação do assunto.”

Constata-se que não há nos autos o Laudo do Instituto Médico Legal certificando, com a exatidão que a lei determina a *causa mortis* da vítima como sendo oriunda de acidente automobilístico noticiado.

Ademais, também não foi apresentado boletim de ocorrência comprovando que a morte decorreu do acidente alegado, documento este imprescindível para comprovar a existência de nexo causal entre o sinistro e o falecimento da vítima.

Essa prova documental incumbe à parte Autora, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supratranscrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 333, I, do CPC.

Dessa forma, como não há boletim de ocorrência do suposto acidente que ocasionou a morte da vítima nem boletim de atendimento médico após o acidente, não poderia a parte autora pleitear indenização a título de seguro obrigatório, DPVAT pelo falecimento de seu ente querido, ainda, que lhe tenha causado dor, pois o seguro DPVAT tem requisitos legais a serem obedecidos os quais são alegados ao longo da peça processual que ora se apresenta.

DO MÉRITO


DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE

A Lei que regula a indenização pleiteada pela Autora é a Lei n.º 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92 e 11.482/07. Estas leis determinam que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a morte e o acidente noticiado.

EXA., APESAR DA PARTE AUTORA TER JUNTADO A CÓPIA DA CERTIDÃO DE ÓBITO DA VÍTIMA, NÃO FICOU COMPROVADO ATRAVÉS DOS DEMAIS DOCUMENTOS TRAZIDOS PELO AUTOR QUE A MORTE DA VÍTIMA TENHA DECORRIDO DO ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO:



Certidão de óbito


 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE ÓBITO
 NOME: **MARIA JOSÉ CORREIA**

CPF
398.274.704-00

MATRÍCULA:
074492 01 55 2018 4 00023 085 0003061 80

SEXO Feminino	COR Parda	ESTADO CIVIL E IDADE Solteira, 58 anos
------------------	--------------	-------------------------------------------

NATURALIDADE CARPINA-PE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO RG nº 2538862 SDS/PE	ELEITOR Sim
----------------------------	----------------------------------------------------	----------------

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA
Filha de JOSÉ LUZ CORREIA e de JOVELINA MARIA CORREIA. Residência da falecida: FAZENDA SOLEDADE, ZONA RURAL, Lagoa do Carro-PE

DATA E HORA DE FALECIMENTO Dezenove de agosto de dois mil e dezoito, às 19h00min.	DIA 08	MÊS 08	ANO 2018
---------------------------------------------------------------------------------------------	-----------	-----------	-------------

LOCAL DE FALECIMENTO
HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO, DERBY, Recife-PE

CAUSA DA MORTE
POLITRAUMATISMO PRODUZIDO, POR INSTRUMENTO CONTUNDENTE

SEPULTAMENTO / CREMAÇÃO CEMITÉRIO DE LAGOA DO CARRO - PE	DECLARANTE DEYSSON BEJAMIM CORREIA, nacionalidade BRASILEIRA, RG nº 6921672 SDS PE, CPF/MF nº 063.672.874-03, profissão AGRICULTOR, estado civil solteiro, residente FAZENDA SOLEDADE, ZONA RURAL LAGOA DO CARRO PE, filho da falecida
--------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------


NOME E Nº DE DOCUMENTO DO(S) MÉDICO(S) QUE ATESTOU(ARAM) O ÓBITO
Dra. LUCIANA MARIA QUEIROZ DE OLIVEIRA BORGES, CRM 11106/PE


AVERBAÇÕES / ANOTAÇÕES À ACRESCE
Deixou bens, não deixou testamento, deixou dois filhos maiores sendo um falecido.
Digitado por Thiago Victor - Guia:0009513082: ATO GRATUITO.

ANOTAÇÕES DE CADASTRO
RG nº 2538862 SDS/SDS/PE emitido em 23/11/2015, CPF nº 398.274.704-00, Título de eleitor nº 009912270841 zona 20 seção 214 da cidade de Lagoa do Carro-PE emitido em 27/06/2017, CTPS nº 23223 Série 00010-PE emitido em 30/01/2009
* As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigida pelo órgão solicitante.

Nome do Oficial
Registro Civil das Pessoas Naturais
Oficial Registrador
Mariane Paes Gonçalves de Souza
Município/UF
Lagoa do Carro-PE
Endereço
Rua Janilson Correia de Melo
"Selo: 0074492.DBM10201801.00398
Consulte autenticidade em
www.tjpe.jus.br/selodigital"

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Lagoa do Carro-PE, 6 de novembro de 2018.


 Thiago Victor de Souza F. Ribeiro
 escrevente


 Thiago Victor de Souza F. Ribeiro
 Escrevente

AAB 447499

CONFORME JÁ INFORMADO ACIMA, ALÉM DA PARTE AUTORA DEIXAR DE APRESENTAR BOLETIM DE OCORRÊNCIA DO ACIDENTE ALEGADO, TAMBÉM DEIXA DE APRESENTAR DOCUMENTOS DE ATENDIMENTO MÉDICO DO DIA DO ACIDENTE, 17/08/2018.

CUMPRE-SE RESSALTAR AINDA QUE A PARTE AUTORA NÃO JUNTOU NENHUM DOCUMENTO CONTEMPORÂNEO AO SINISTRO, DEIXANDO AINDA DE APRESENTAR A CERTIDÃO DO AUTO DE NECROPSIA / LAUDO CADAVERÍCO.



Ademais, a parte autora informa que o suposto acidente ocorreu no dia 17/08/2018, vindo a vítima a falecer no dia 19/08/2018, todavia, não comprova atendimento médico pertencente ao lapso temporal correspondente.

Perceba ainda, que não houve a juntada de toda documentação médica que comprove o nexo de causalidade e o lapso temporal entre a suposta data do acidente informada, dia 20/05/2018, e a morte da vítima, ocorrida em 29/05/2018.

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supra transcrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do CPC.

No caso em apreço, não obstante dispensável a verificação do elemento culpa, mormente por se tratar de um seguro cuja responsabilidade é objetiva, é imprescindível a verificação de nexo de causalidade entre o acidente automobilístico e o dano fatal, sob pena de inviabilizar a indenização prevista na Lei 6194/74.

DESTARTE, COMO NÃO HÁ COMPROVAÇÃO CABAL DO NEXO CAUSALIDADE ENTRE A MORTE E O SUPOSTO ACIDENTE NOTICIADO, DEVERÁ SER A IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO É A MEDIDA QUE SE IMPÕE.

DA PLENA VIGENCIA DA LEI 11.482/07

ALTERAÇÃO DO ART. 4º DA LEI 6.194/74

Cumprе salientar que na data de 31 de Maio de 2007, entrou em vigor a Lei 11.482/07, que alterou a Lei 6.194/74 e a Lei 8.441/92. Em seu art. 8º, encontra-se especificado os novos valores a serem adotados, no que tange à indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT4.

Destaque-se ainda, que a Lei 11.482/07 modifica a forma de pagamento a ser realizado aos beneficiários legais e o mesmo art. 8º da referida Lei, alterou o art. 4º da Lei 6.194/74, no sentido de que a indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 do Código Civil 5.

Desta forma, resta indiscutivelmente comprovado que a verba indenitária deve ser rateada entre todos os beneficiários da vítima.

Reiterando que o valor indenizável para a cobertura de evento morte é de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), verifica-se que o valor deve ser dividido entre todos os beneficiários da vítima.

Portanto, para que a autora possa receber o valor referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, deve comprovar a qualidade de única beneficiária.

DA FALTA DE CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL

No instituto da responsabilidade civil, a obrigação de indenizar está diretamente vinculada à comprovação real do dano, como regra mínima de convivência, o que não se verifica no caso em concreto.

Em que pese à parte autora alegar que faria ainda *jus* ao recebimento de indenização por danos morais, não há nos autos qualquer prova de que a parte autora ter sido acometida de abalo capaz de justificar a formulação do pedido de danos morais, o que dificulta até mesmo a formulação da defesa.

Nesse passo, à guisa de ilustração, faz-se remissão à lição do mestre CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA, sobre o dano hipotético^[9].



Ainda que ilícito houvesse nem assim poderia a parte autora pretender indenizações, pela evidência de que suas consequências, no caso, não tiveram magnitude suficiente para caracterizar tecnicamente dano moral, conforme os precedentes pátrios^[10].

De fato, sentimentos como descontentamento, aborrecimento e inconformismo não podem ser confundidos com o dano moral.

Entendimento contrário ao aqui defendido implicaria inferir que, doravante, o vencido sempre terá de indenizar ao outro litigante um “dano moral” que o mesmo sofrera à conta do simples “transtorno” de haver utilizado a via judicial com vistas à satisfação do seu direito! Enfim, o dano moral seria uma consequência “direta” do inadimplemento da dívida e da propositura de uma ação judicial tencionando cobrá-la!

A Ré não praticou ofensa de qualquer gravidade e repercussão capaz de caracterizar o dano moral, que não basta ser alegado; precisa ser provado e comprovado.

Desta forma, a parte autora não faz jus a dano moral, conforme acima exposto.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁶.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar máximo de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas.

Ante o exposto, requer a Ré a improcedência da ação, tendo amplamente demonstrado o total descabimento da presente demanda, nos exatos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.



Protesta, ainda, por todo o gênero de **provas** admitido em direito, especialmente documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da parte autora para que esclareça:

- Queira o autor esclarecer se é o único beneficiário da vítima ou tem conhecimento da existência de outros herdeiros;
- Queira o autor esclarecer a dinâmica do acidente, o dia que o mesmo ocorreu, os veículos envolvidos e suas características;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial;
- Se tem ciência de algum pagamento administrativo referente ao sinistro em tela e qual valor;

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 3 de março de 2020.

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PE 4246, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na OAB/PE sob o nº 30225, com escritório na RUA 48, 138 - ESPINHEIRO - RECIFE - PE - CEP: 52020-060, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA**, em curso perante a **3ª VARA CÍVEL** da comarca de **CARPINA**, nos autos do Processo nº 00027684620198172470.

Rio de Janeiro, 3 de março de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
59209323	13/03/2020 10:40	ANEXO 1	Outros (Documento)

certidão de nascimento



PAGINA

REPÚBLICA



DO BRASIL

NASCIMENTO N.º

CERTIFICO que às folhas 2851 do livro N.º 29, do Registro de Nascimento foi feito hoje, o assento de DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA.

nascido 0 aos 16 dias desesseis do mês Junho de mil novecentos e Oitenta e quatro (1984), às 3 horas e 50 minutos em no Hospital Tricentenário de Cuiabá do Estado de Mato Grosso do sexo Masculino de cor Morena.

filho 0 de Derivaldo Benjamin de Oliveira natural Deste Estado.

e de Dona Maria José Correia natural Deste Estado.

São avós paternos Nestor Benjamin de Oliveira

e Dona Ana Maria de Oliveira

e avós maternos José Luiz Correa

e Dona Jovelina Maria Correa

Foi declarante O Pai

e serviram de testemunhas Edmilso Soares de Lemos

e Raúl Ribeiro de Lemos

Observações :

O referido é verdade e dou fé

Lagon do Carro

19

Junho

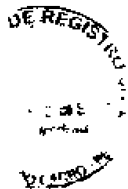
de

de 1985

Borley de Almeida
OFICIAL



Certidão de Óbito



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO
NOME: **MARIA JOSÉ CORREIA**

CPF

398.274.704-00

MATRÍCULA:

074492 01 55 2018 4 00023 085 0003061 80

SEXO

Feminino

COR

Parda

ESTADO CIVIL E IDADE

Solteira, 58 anos

NATURALIDADE

CARPINA-PE

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

RG nº 2538862 SDS/PE

ELEITOR

Sim

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

Filha de JOSÉ LUIZ CORREIA e de JOVELINA MARIA CORREIA. Residência da falecida: FAZENDA SOLEDADE, ZONA RURAL, Lagoa do Carro-PE

DATA E HORA DE FALECIMENTO

Dezenove de agosto de dois mil e dezoito, às 19h00min.

DIA

19

MÊS

08

ANO

2018

LOCAL DE FALECIMENTO

HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO, DERBY, Recife-PE

CAUSA DA MORTE

POLITRAUMATISMO PRODUZIDO, POR INSTRUMENTO CONTUNDENTE

SEPULTAMENTO / CREMAÇÃO

CEMITÉRIO DE LAGOA DO CARRO - PE

DECLARANTE

DEYKISSON BENJAMIM CORREIA, nacionalidade BRASILEIRA, RG nº 8921672 SDS PE, CPF/MF nº 063.672.674-93, profissão AGRICULTOR, estado civil solteiro, residente FAZENDA SOLEDADE, ZONA RURAL LAGOA DO CARRO PE, filho da falecida

NOME E Nº DE DOCUMENTO DO(S) MÉDICO(S) QUE ATESTOU(ARAM) O ÓBITO

Dra. LUCIANA MARIA QUEIROZ DE OLIVEIRA BORGES, CRM 11106/PE

AVERBAÇÕES / ANOTAÇÕES A AGREGAR

Deixou bens, não deixou testamento, deixou dois filhos maiores sendo um falecido.

Digitado por Thiago Victor - Guia:0009513082; ATO GRATUITO.

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

RG nº 2538862 SEDS/SDS/PE emitido em 23/11/2016, CPF nº 398.274.704-00, Título de eleitor nº 009812270841 zona 20 seção 214 da cidade de Lagoa do Carro-PE emitido em 27/06/2017, CTPS nº 23223 Série 00010-PE emitido em 30/01/2009

* As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigida pelo órgão solicitante.

Nome do Ofício

Registro Civil das Pessoas Naturais

Oficial Registrador

Mariana Paes Gonçalves de Souza

Município/UF

Lagoa do Carro-PE

Endereço

Rua Janilson Correia de Melo

"Selo: 0074492.DSM10201801.00398"

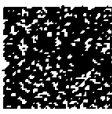
Consulte autenticidade em

www.tjpe.jus.br/selodigital"

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Lagoa do Carro-PE, 6 de novembro de 2018.

Thiago Victor de S.F. Ribeiro
escrevente



AAB 447499

Comprovação de ato declaratório



EXAME NEUROLÓGICO				NATUREZA DA LESÃO	
Avaliação Primária <input type="checkbox"/> Alerta <input checked="" type="checkbox"/> Resposta Verbal <input type="checkbox"/> Resp. estímulos Dolor <input type="checkbox"/> Irresponsivo		Sinais de Def. Cerebral <input type="checkbox"/> Déficit Motor <input type="checkbox"/> Desvio da Comissura Labial <input type="checkbox"/> Dificuldade de Fala		Avaliação das Pupilas <input type="checkbox"/> Isocóricas <input type="checkbox"/> Anisocóricas <input type="checkbox"/> Midríase <input type="checkbox"/> Miose	
				<input type="checkbox"/> Lesões Intra-abdominais <input type="checkbox"/> Lesões Intra-torácicas <input type="checkbox"/> Presença/Sangue Fratura - Ossos Longos <input type="checkbox"/> Aberta <input type="checkbox"/> Fechada	
ESCALA DE GLASGOW					
Abertura Ocular		Resposta Verbal		Resposta Motora	
Abertura Ocular Espontânea	4	Orientado	5	Obedece Comando	6
Abertura Ocular à Voz	3	<input checked="" type="checkbox"/> Confuso	4	<input checked="" type="checkbox"/> Localiza Estímulos Dolorosos	5
Abertura Ocular à Dor	2	Resposta Inapropriada	3	Retirada ao Estímulo Doloroso	4
Sem Abertura Ocular	1	Sons Ininteligíveis	2	Flexão Anormal (Decorticação)	3
		Sem resposta Verbal	1	Extensão Anormal (Decerebração)	2
				Sem Resposta Motora	1
CONDOTA CLÍNICA/EVOLUÇÃO <input type="checkbox"/> Aspiração de Sangue e Secreção <input type="checkbox"/> Entubação Orotraqueal <input checked="" type="checkbox"/> Imobilização de Coluna Cervical <input checked="" type="checkbox"/> Infusão de Fluidos <input type="checkbox"/> Reanimação Cardiopulmonar <input checked="" type="checkbox"/> Imobilização de Membros Ventilação Mecânica Modalidade: _____ FIO ₂ : _____ Adaptação Ventilação <input type="checkbox"/> Bem <input type="checkbox"/> Mal Outras Conduas: _____ Intercorrências: _____ O ₂ : <input type="checkbox"/> Catéter <input type="checkbox"/> CPAP <input type="checkbox"/> Venturi _____ % <input type="checkbox"/> Másc. o/ Reservatório					
USO DE ALCOOL E/OU OUTRAS DROGAS <input checked="" type="checkbox"/> Alcool <input type="checkbox"/> Anfetamina <input type="checkbox"/> Cocaína <input type="checkbox"/> Cola <input type="checkbox"/> Crack <input type="checkbox"/> Maconha <input type="checkbox"/> _____ Informante: <input type="checkbox"/> A própria Vítima <input checked="" type="checkbox"/> Familiares <input type="checkbox"/> Outros - Especificar _____					
<input type="checkbox"/> Alteração de Humor <input type="checkbox"/> Agitado/Irritado <input checked="" type="checkbox"/> Desorientado <input type="checkbox"/> Inconsciente <input type="checkbox"/> Alteração na marcha <input type="checkbox"/> Agressivo <input checked="" type="checkbox"/> Hábito Alcoólico <input type="checkbox"/> Sonolento Referente a ingestão de bebida alcoólica há: <u>± 1 hr.</u>					
CONCLUSÃO DO ATENDIMENTO Hospital para onde o paciente foi encaminhado: _____ Registro do hospital: _____ Médico que Recebeu: <u>Rafael A. Mello</u> <input type="checkbox"/> Maca Retida na Unidade Hospitalar <input type="checkbox"/> Orientação para o Ambulatório <input type="checkbox"/> Óbito Antes do Atendimento <input type="checkbox"/> Óbito durante o Atendimento <input type="checkbox"/> Prancha Retida <input type="checkbox"/> Removido Antes do Atendimento					
Assinatura do Médico Responsável: _____					
EQUIPE Médico Regulador: <u>Dr. Fabiana</u> Enfermeira: <u>Não</u> Condutor/Piloto: <u>Não</u> Médico Assistente: <u>Carla Augusto de Almeida</u> Socorrista: <u>Carla Augusto de Almeida</u> Op. de Freta/OEE: <u>Rafaela</u>					
Função do responsável pelo preenchimento: _____ Ass.: _____ SOLICITOU APOIO DA UTI <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO					
Observação: _____					
EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE O subscrito certifica que o paciente recusa atendimento mesmo contra orientação médica Ass.: _____					





174

Prefeitura
Municipal de
Nazaré da Mata

Salida do hospital: _____
Hora da conclusão: _____

FICHA DE ATENDIMENTO

Data da Solicitação: 17.08.18 Distrito: _____ Número da Ocorrência: 515077
Motivo da Solicitação: _____ ☐ UTI ☒ Básica ☐ Helicóptero

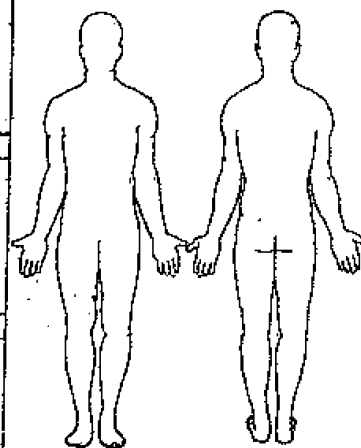
☒ VIA PÚBLICA ☐ DOMICÍLIO ☐ EVENTOS ☐ OBSTÉTRICOS
☐ Clínico ☐ Clínico ☐ HANGAR ☐ PSIQUIÁTRICO
☒ Causas Externas ☐ Causas Externas ☐ METROPOLITANO ☐ TROTES/CANCELADAS
☒ REMOÇÃO - Senha 5412789

IDENTIFICAÇÃO

Paciente: Maria Gore Pereira Idade: 57 anos
Sexo: ☐ Masc. ☒ Fem. Profissão: _____ Fone: _____
Ind: R: Maria de fatima Bairro: Centro
Solicitante: _____ Fone: _____
Ind. Ocor: DE 80 Bairro: _____
Referência: Prox a fábrica da ITAIPAVA

CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTE/VIOLENCIA)

Acid. Automóvel	Acid. Motocicleta	Atropetamento	Mecan. do Trauma
<input type="checkbox"/> Motorista <input type="checkbox"/> Passageiro/Frente <input type="checkbox"/> Passageiro/Trás Uso do Cinto <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Motociclista <input type="checkbox"/> Passageiro Uso do Capacete <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Via Pública <input type="checkbox"/> Calçada <input type="checkbox"/> Outros	<input type="checkbox"/> Capotamento <input type="checkbox"/> Ejeção <input type="checkbox"/> Impacto frontal <input type="checkbox"/> Impacto lateral <input type="checkbox"/> Impacto traseiro
<input type="checkbox"/> Carro ou Moto <input type="checkbox"/> Ônibus Caminhão Placa: _____	<input type="checkbox"/> Colisão <input type="checkbox"/> Queda <input type="checkbox"/> Outros:	<input type="checkbox"/> An. Peçonhento <input type="checkbox"/> Exógeno <input type="checkbox"/> Outros Agente causador	<input type="checkbox"/> Choque Elétrico <input type="checkbox"/> Fogo () 1º () 2º () 3º <input type="checkbox"/> Fumaça <input type="checkbox"/> Subst. Química
<input type="checkbox"/> Asfixia	<input type="checkbox"/> Queda Própria altura <input type="checkbox"/> Outra altura Aproximadamente _____ metros	<input type="checkbox"/> Agressões <input type="checkbox"/> Arma de fogo <input type="checkbox"/> Tipo _____ <input type="checkbox"/> Arma branca <input type="checkbox"/> Tipo _____	<input type="checkbox"/> Agressão Física <input type="checkbox"/> Maus tratos <input type="checkbox"/> Abuso sexual



CAUSAS CLÍNICAS

História Clínica atual: Lesão em face + Fratura em M.E

Hítese Diagnóstica Conhecida:

HISTÓRIA CLÍNICA:

Temperatura 36,9 Glicemia(HGT) 230 ☐ Agitação Psicomotora ☐ Sudorese ☐ Gemido/Estridor
☐ Desidratação ☐ Satimento Asa Nariz ☐ Obst. V. Aéreas
Tas aéreas Pulso 97 ☒ Lesões de Face ☐ Cianose ☐ Retratação Xifóide
☐ Ictérico ☐ Deformidade Tórax ☐ Sibilos Expiratórios
☐ Pele/pele ☐ Dispneia ☐ Tiragem Inter
Ad: 16-20 RN: 120-160 Ad: 60-110 ☐ Cor da pele Normal ☐ Distúcia fala/choro ☐ Circulação PA



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 26/07/2019

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 6.750,00

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 01242

CONTA: 000000075970-9

Nr. da Autenticação E0DD47CB7CE0F008



Comprovante de residência



celpe
neenergia

Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.437, de 24/04/02

NOTA FISCAL - FATORA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética de Pernambuco
Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife, Pernambuco - CEP 50050-902
CNPJ 10.835.832/0001-05 | Insc. Est. 002294-43 | www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE
VANDERLI MARIA DE SOUZA

CPF: 045.029.174-00 NIS: 10643000872

CLASSIFICAÇÃO
B1: RESIDENCIAL
BADIA RENDACOMMS
Monobásico

Nº DA FISCAL	SERIE	EPISÓDIO
072328395	UNICA	28/08/2018
Nº DO CLIENTE	Nº DA RESERVAÇÃO	
28/08/2018	2002810204	1835057

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
LO JOSE FERNANDO LOBO 75

LOTTO JOSE FERNANDO LOBO LAGOA DO CARRO PE
55820-000

CONTA CONTINUA	RESUMO
4010452280	06/2018
DATA DE VENCIMENTO	DATA DE PAGAMENTO
05/07/2018	30/07/2018
TOTAL A PAGAR (R\$)	13,65

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	20,0000000	0,18450015	5,53
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	12,0000000	0,21630141	5,05
Acrescimo Tarifário VEREJUNA			0,25
Contribuição Iluminação Pública			2,10

TOTAL DA FATURA

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL		ATUAL	DE	CONSTANTE	DE	DE	DE	DE
PERÍODO	Tipo da Função	DATA	LEITURA	DATA	LEITURA	DATA	LEITURA	DATA
21/08/2018	CA1	20/08/2018	3027,00	20/08/2018	3073,00	20/08/2018	3073,00	20/08/2018

PERÍODO	Tipo da Função	DATA	LEITURA	DATA	LEITURA	DATA	LEITURA	DATA
21/08/2018	CA1	20/08/2018	3027,00	20/08/2018	3073,00	20/08/2018	3073,00	20/08/2018

ATENÇÃO A CELPE INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO

Valor	De	Para	Valor	De	Para
20,00	20/08/18	20/08/18	20,00	20/08/18	20/08/18

Em caso de não pagamento da fatura, a Companhia de Energia Elétrica de Pernambuco - CELPE, poderá tomar as medidas cabíveis para a recuperação do crédito, inclusive a suspensão do fornecimento de energia elétrica.

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 13/03/2020 10:40:08

https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031310400868500000058227403

Número do documento: 20031310400868500000058227403

Edson Ferreira da Silva
PMOC : 2013.0581.003574



Comprovante de residência



Nota Fiscal de Energia Elétrica
 Companhia Energética de Pernambuco
 Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife, Pernambuco - CEP 50051-902
 CNPJ 06.930.430/0001-08 | Insc. Est. 0009343-01 | www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE
 DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
 LO JOSE FERNANDO LOBO 25

CPF 063.672.874-92

LOTTO JOSE FERNANDO LOSOLAZAR DO
 LAGOA DO CARRO PE
 55870-000

CLASSIFICAÇÃO
 01 RESIDENCIAL
 RESIDENCIAL

DATA DE EMISSÃO: 02/03/2019
 DATA DE VENCIMENTO: 02/03/2019
 TOTAL A PAGAR (R\$): 35,43

PERÍODO DE FATOR	DE	PARA
01/03/2019	02/03/2019	02/03/2019
20/02/2019	20/02/2019	18/03/2019

Consumo (kWh):
 Contrib. Num. Pública Municipal
 ICMS Substituição CODE NF 045076820-7811318

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL (R\$)
Consumo (kWh)	45,00	0,7867083	35,43
Contrib. Num. Pública Municipal			0,27
ICMS Substituição CODE NF 045076820-7811318			

PERÍODO	DE	PARA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL (R\$)
01/03/2019	02/03/2019	02/03/2019	Consumo (kWh)	45,00	0,7867083	35,43

PERÍODO	DE	PARA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL (R\$)
01/03/2019	02/03/2019	02/03/2019	Consumo (kWh)	45,00	0,7867083	35,43

NOTAS IMPORTANTES

PERÍODO	DE	PARA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL (R\$)
01/03/2019	02/03/2019	02/03/2019	Consumo (kWh)	45,00	0,7867083	35,43

Endereço atualizado em
 nome de Deyksson





PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DADS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☐ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

Nº do sinistro ou ASI: 3190168217 CPF da vítima: 398.274.704-00 Nome completo da vítima: Maria José Correia
REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

Nome completo: Deukisson Benjamin Correia CPF: 063.672.874-93
Profissão: Agricultor Endereço: Rua: Duatorze Número: 236 Complemento:
Bairro: Loteamento José Fernando da Lagoa do Carro Cidade: PE CEP: 55820-000
E-mail: Tel. (DDD): 8197305-9964

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

RENTA MENSAL:
☐ RECUSO INFORMAR ☒ ATÉ R 1.000,00 ☐ R 3.001,00 ATÉ R 5.000,00 ☐ R 7.001,00 ATÉ R 10.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R 1.001,00 ATÉ R 3.000,00 ☐ R 5.001,00 ATÉ R 7.000,00 ☐ ACIMA DE R 10.000,00

DADOS BANCÁRIOS DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO - ASSINALE UMA OPÇÃO DE CONTA

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)
☐ Banco do Brasil (001) ☒ Caixa Econômica Federal (104) OP. 013

AGÊNCIA: 1242 CONTA: 0075970 (Informar o dígito se existir)

☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO: Declaracao de unicos herdeiros

AGÊNCIA: CC (Informar o dígito se existir)



Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

- ☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes do acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

Estado civil da vítima: ☒ Solteiro ☐ Casado (no CIV) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo Data do óbito da vítima:

Grau de Parentesco com a vítima: Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☒ Não Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

Vítima teve filhos? ☒ Sim ☐ Não Se tinha filhos, informar quantos: Vítima deixou nascituro (vaf nascer)? ☐ Sim ☒ Não Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☒ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

Assinatura digital da vítima ou beneficiário com a habilitação

Local e Data:

Nome:

CPF: 063.672.874-93

(*) Assinatura de quem assina A ROGO

Deukisson Benjamin Correia

Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

Assinatura do Representante Legal (se houver)

Assinatura do Procurador (se houver)

TESTEMUNHAS

1º Nome:

CPF:

Assinatura

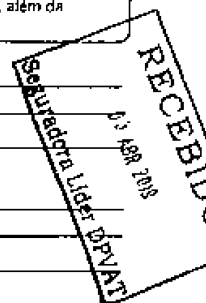
2º Nome:

CPF:

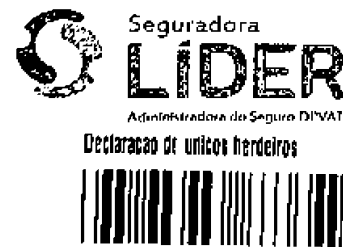
Assinatura

(*) A vítima/beneficiário não alfabetizado deverá escolher outra pessoa alfabetizada, maior e capaz, para preencher e assinar o presente formulário, A SEU ROGO, na presença de 2 (duas) testemunhas maiores e capazes, comprometendo-se a dar-lhe ciência do inteiro teor do conteúdo, antes do preenchimento e assinatura. NECESSÁRIO ANEXAR CÓPIA DA IDENTIDADE, CPF E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DE TODOS.

FPS.001 V001/2018




Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A.
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua da Assembleia, 100 - 16º Andar - Edifício City Tower
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20011-000



O PEDIDO DO SEGURO DPVAT
ENCONTRA-SE DIGITALIZADO NA
PASTA/ABA AUTORIZAÇÃO DE
PAGAMENTO.



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos
Consórcios da Seguros DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0067312/19

Vítima: MARIA JOSE CORREIA

CPF: 398.274.704-00

Data do acidente: 17/08/2018

CPF de: Próprio

Titular do CPF: MARIA JOSE CORREIA

Seguradora: ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Certidão de nascimento
Certidão de óbito
Comprovação de ato declaratório
Documentos de identificação
Outros

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA : 063.672.874-93

Autorização de pagamento
Certidão de nascimento
Comprovante de residência
Documentos de identificação

OUTROS



ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização de morte por acidente ocorrido a partir de 29.12.2006 é de R\$ 13.500,00. Metade desse valor é pago ao cônjuge ou companheiro/a, se houver, e metade aos herdeiros legais da vítima. Havendo mais de um herdeiro, a cota é dividida entre eles, no quanto couber a cada um.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 22/02/2019
Nome: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA
CPF: 063.672.874-93

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 22/02/2019
Nome: DAIANE SANTOS BARBOZA
CPF: 124.570.097-90

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

DAIANE SANTOS BARBOZA



1) Data de nascimento	2) Data de óbito	3) Sexo	4) Estado Civil	5) Nacionalidade
07/04/1960	11/03/2020	M	Casado	CELESTINA HE
6) Nome do falecido	7) Nome da mãe			
MARIA JOSE CORDEIRA	JOSE LUIZ CORDEIRA	JOSE LUIZ CORDEIRA		
8) Data de nascimento	9) Estado	10) Município	11) País	12) Ocupação habitual
07/04/1960	SP	CRUZEIRO DO SUL	Brasil	AGRICULTORA
13) Local de residência	14) Município de residência	15) País	16) CEP	
CENTRO	CRUZEIRO DO SUL	Brasil	13040-000	
17) Local de ocorrência do óbito	18) Local de residência	19) Estado	20) País	21) CEP
H.R.	CRUZEIRO DO SUL	SP	Brasil	13040-000
PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PARA CÍPTOS PETAN E DE MENORES DE 1 ANO - INFORMAÇÕES SOBRE A MÃE				
22) Nome da mãe	23) Estado	24) Município	25) País	26) CEP
CELESTINA HE	SP	CRUZEIRO DO SUL	Brasil	13040-000
CARTÃO DE REGISTRO DE ÓBITO				
A causa da morte				
1) A morte ocorreu				
2) A morte ocorreu				
3) A morte ocorreu				
4) A morte ocorreu				
5) A morte ocorreu				
6) A morte ocorreu				
7) A morte ocorreu				
8) A morte ocorreu				
9) A morte ocorreu				
10) A morte ocorreu				
11) A morte ocorreu				
12) A morte ocorreu				
13) A morte ocorreu				
14) A morte ocorreu				
15) A morte ocorreu				
16) A morte ocorreu				
17) A morte ocorreu				
18) A morte ocorreu				
19) A morte ocorreu				
20) A morte ocorreu				
21) A morte ocorreu				
22) A morte ocorreu				
23) A morte ocorreu				
24) A morte ocorreu				
25) A morte ocorreu				
26) A morte ocorreu				
27) A morte ocorreu				
28) A morte ocorreu				
29) A morte ocorreu				
30) A morte ocorreu				
31) A morte ocorreu				
32) A morte ocorreu				
33) A morte ocorreu				
34) A morte ocorreu				
35) A morte ocorreu				
36) A morte ocorreu				
37) A morte ocorreu				
38) A morte ocorreu				
39) A morte ocorreu				
40) A morte ocorreu				
41) A morte ocorreu				
42) A morte ocorreu				
43) A morte ocorreu				
44) A morte ocorreu				
45) A morte ocorreu				
46) A morte ocorreu				
47) A morte ocorreu				
48) A morte ocorreu				
49) A morte ocorreu				
50) A morte ocorreu				
51) A morte ocorreu				
52) A morte ocorreu				
53) A morte ocorreu				
54) A morte ocorreu				
55) A morte ocorreu				
56) A morte ocorreu				
57) A morte ocorreu				
58) A morte ocorreu				
59) A morte ocorreu				
60) A morte ocorreu				
61) A morte ocorreu				
62) A morte ocorreu				
63) A morte ocorreu				
64) A morte ocorreu				
65) A morte ocorreu				
66) A morte ocorreu				
67) A morte ocorreu				
68) A morte ocorreu				
69) A morte ocorreu				
70) A morte ocorreu				
71) A morte ocorreu				
72) A morte ocorreu				
73) A morte ocorreu				
74) A morte ocorreu				
75) A morte ocorreu				
76) A morte ocorreu				
77) A morte ocorreu				
78) A morte ocorreu				
79) A morte ocorreu				
80) A morte ocorreu				
81) A morte ocorreu				
82) A morte ocorreu				
83) A morte ocorreu				
84) A morte ocorreu				
85) A morte ocorreu				
86) A morte ocorreu				
87) A morte ocorreu				
88) A morte ocorreu				
89) A morte ocorreu				
90) A morte ocorreu				
91) A morte ocorreu				
92) A morte ocorreu				
93) A morte ocorreu				
94) A morte ocorreu				
95) A morte ocorreu				
96) A morte ocorreu				
97) A morte ocorreu				
98) A morte ocorreu				
99) A morte ocorreu				
100) A morte ocorreu				



DEFINIÇÕES:

(De acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde (10ª revisão) - CID-10)

1 - **Nascimento vivo:** É a expulsão ou extração completa do corpo da mãe, independentemente da duração da gravidez, de um produto de concepção o qual, depois da separação, respire ou apresente qualquer outro sinal de vida, como batimentos do coração, pulsações do cordão umbilical ou movimentos efetivos dos membros. Cada produto de um nascimento que não despendida a placenta.

2 - **Óbito fetal:** É a morte de um produto da concepção, antes da expulsão ou da extração completa do corpo da mãe, independentemente da duração da gravidez, indica o óbito o fato de o feto, depois da expulsão do corpo materno, não respirar nem apresentar nenhum outro sinal de vida, como batimentos do coração, pulsações do cordão umbilical ou movimentos efetivos dos membros de contração voluntária.

3 - **Causas de morte:** As causas de morte, a serem registradas no atestado médico de óbito, são todas as doenças, estados morbidos ou lesões que produziram a morte, ou que contribuíram para ela, e as circunstâncias do acidente ou da violência que produziu essas lesões.

4 - **Causa básica de morte:** A causa básica de morte é definida como: a) a doença ou lesão que iniciou a cadeia de acontecimentos patológicos que conduziram diretamente à morte; ou b) as circunstâncias do acidente ou violência que produziram a lesão fatal.

LEGISLAÇÃO:

(Lei 5.015, de 31 de dezembro de 1973 com a redação alterada pela Lei nº 5.216, de 1975)

CAPÍTULO IX DO ÓBITO

Art. 77 - Nenhum sepultamento será feito sem certidão, do oficial de registro do lugar do falecimento, extraída após a lavatura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou em caso contrário, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte.

§ 1º Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento, que, em caso de falta, será previamente feito.

§ 2º A certidão de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública e se o atestado de óbito houver sido firmado por 2 (dois) médicos ou por 1 (um) médico legista e, no caso de morte violenta, depois de autorizada pela autoridade judiciária.

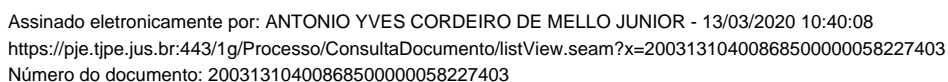
Antonio Yves Cordeiro de Mello Junior



Número do Boletim Ocorrência

המחלקה לבריאות הציבור

Dados da Ocorrência		Natureza <input type="checkbox"/> Homicídio <input type="checkbox"/> Latrocínio <input checked="" type="checkbox"/> A Escalacou <input type="checkbox"/> Culposos <input type="checkbox"/> Doloso		Lesão Corporal Seg. de Morte <input type="checkbox"/> Suicídio <input type="checkbox"/> Acidente de Trânsito → <input type="checkbox"/> Outros Acidentes <input type="checkbox"/> Não se aplica		Informações sobre a vítima: <input type="checkbox"/> Pedestre <input type="checkbox"/> Condutor <input type="checkbox"/> Passageiro <input type="checkbox"/> Ignorado		Veículo onde estava a vítima: <input type="checkbox"/> Bicycleta <input type="checkbox"/> Ônibus <input type="checkbox"/> Automóvel <input type="checkbox"/> Motocicleta <input type="checkbox"/> Ignorado		Circunstância do acidente: <input type="checkbox"/> Atropelamento <input type="checkbox"/> Capotamento <input type="checkbox"/> Colisão <input type="checkbox"/> Ignorado	
Data do Óbito 17/08/2019		Hora (hh:mm) 19:00		Data do Fato 17/08/2019		Hora (hh:mm) 19:00		Local Principal da Ocorrência (Via pública, bar, residência, clube, etc.) - RUA JUIZ DE SAIA.			
Lugar do Fato (Rua, avenida, rodovia, etc.) RUA JUIZ DE SAIA.						Número		Complemento (Apt. Sala, Andar)			
Nome FELIPE JOSE CORREIA						Bairro CENTRO		UF PE		Ponto de Referência	
Sobrenome CORREIA						Apelido					
Sexo <input checked="" type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino						Data de Nascimento 24/08/1985		Mãe aparente		Cor da Pele/Etnia <input type="checkbox"/> Negra <input checked="" type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Indígena	
Assinatura [Assinatura]											
Responsável pelo Preenchimento [Assinatura]											
Delegado de Polícia (Nome) [Assinatura]											
Inscrição Nº [Inscrição]											
Grupos Encaminhados: <input type="checkbox"/> IML (Recife - Caruaru - Petrolina) <input type="checkbox"/> Outro Local <input type="checkbox"/> Unidade de Saúde ()											
Assinatura <input type="checkbox"/> CIVIL/Seccional <input type="checkbox"/> Especializada <input type="checkbox"/> DP de Plantão <input type="checkbox"/> DHPP <input type="checkbox"/> Circunscrição <input type="checkbox"/> Outras											
Nº: 092592 NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DE GUBERNA											



*Arrependimento
(interior vítima/parente)*



*Mãe de Kleis Kissan
Escameado para o
E-mail de Dra. Marisela*

POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DIRETORIA INTEGRADA DO INTERIOR 1
GERÊNCIA DE CONTROLE OPERACIONAL DO INTERIOR
11ª DELEGACIA DE POLÍCIA SECCIONAL - GOIANA
45ª CIRCUNSCRIÇÃO DE POLÍCIA CIVIL - CARPINA

INQUÉRITO POLICIAL

Nº 03.011.0045.00 248 /2018-1.3

REMETIDO PELO OFÍCIO Nº _____ / _____, DATA: ____/____/____

CASO AFETO À DELEGACIA DA 45ª CIRC. DE CARPINA-PE

DELEGADO(A)	ESCRIVÃO(O)
BÁRBARA ALICE FORT DOS SANTOS	DANIELA NASCIMENTO F. SANTOS
VÍTIMA(S): MARIA JOSÉ CORREIA AUTOR(ES): JOSE GONÇALVES DE LIMA FILHO NATUREZA: Art. 303 do CTB	

AUTUAÇÃO

Aos Vinte e sete dias do mês de AGOSTO do Ano de Dois Mil e Dezoito (27/08/2018), nesta Cidade de **CARPINA-PE**, no cartório desta Delegacia, autuo o APFD e as demais peças que adiante seguem, conforme determinação da Autoridade Policial. Para constar lavro este termo. Eu, _____, Escrivão de Polícia que digitei.

Rua Ernesto Pompílio, nº 111, Santo Antônio, Carpina -PE
Fone: (81) 3622-8949



IP nº 248/18

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DINTER-1 / GCOI-1 / 11ª DESEC - Goiana - PE
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 45ª CIRCUNSCRIÇÃO - CARPINA

TERMO DE DECLARAÇÃO PRESTADO POR: **JOSÉ GONÇALVES DE LIMA FILHO**, RG nº 2531933 SSP/PE.

Aos **DEZESSETE** dias do mês de **AGOSTO** do ano de **DOIS MIL E DEZOITO (17/08/2018)**, nesta Cidade de **CARPINA** Estado de Pernambuco, e, no **SETOR DE CARTÓRIO DA DELEGACIA DE POLÍCIA DA 45ª CIRCUNSCRIÇÃO**, onde presente se encontrava a **DELEGADA DE POLÍCIA - BÁRBARA ALICE FORT DOS SANTOS**, comigo, Escrivã ao seu cargo, ao final assinado, aí compareceu o(a) Sr(a): **JOSÉ GONÇALVES DE LIMA FILHO**, RG nº 2531933 SSP/PE, brasileiro(a), nascido(a) em 25/10/1964, filho(a) de José Gonçalves de Lima e Maria de Lourdes de Lima, natural de Passira/PE, residente na 9ª Travessa dos Emancipadores, nº 75, Carpina/PE. Fone: não possui. Aos costumes, disse nada. Inquirido pela Autoridade passou a declarar o seguinte: **QUE**, afirma que no dia de hoje, 17.08.2018, por volta das 10h30min, estava trafegando na PE-90, próximo a Fábrica da Itaipava, na ladeira do Juá, sentido Lagoa do Carro/PE - Carpina/PE, quando uma mulher correu na frente do veículo do declarante, uma caminhonete da marca Chevrolet LTZ FD2, ano 2013/2014, placa PGN 9013, chassi nº 9EG148LP0EC416566, cor branca, e o depoente não conseguiu frear a tempo, pois ela correu muito em cima; **QUE**, em seguida, o declarante parou o carro para socorrer a vítima, chamou o SAMU e os policiais da BPRV da PMPE; **QUE**, foi conduzido até esta Delegacia para as providências legais, onde realizou o teste etilometro, o qual deu negativo, conforme comprovante anexo; **QUE**, diz que estava voltando da cidade de Lagoa do Carro/PE, onde foi a trabalho. Fatos narrados no BO PMPE. Lido e achado conforme, mandou a Autoridade encerrar o presente Termo, que o assina com o Depoente e comigo, Escrivão, que o digitei.

DELEGADA DE POLÍCIA: 

DEPOENTE: 

ESCRIVÃ DE POLÍCIA: 





SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DINTER-1 / GCOI-1 / 11ª DESEC – Goiana- PE
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 45ª CIRCUNSCRIÇÃO – CARPINA

TERMO DE DECLARAÇÃO PRESTADO POR: **VALDOMIRO GONÇALVES DE LIMA**,
RG nº 1.709.098 SSP/PE. **TESTEMUNHA.**

Aos **DEZESSETE** dias do mês de **AGOSTO** do ano de **DOIS MIL E DEZOITO (17/08/2018)**, nesta Cidade de **CARPINA** Estado de Pernambuco, e, no **SETOR DE CARTÓRIO DA DELEGACIA DE POLÍCIA DA 45ª CIRCUNSCRIÇÃO**, onde presente se encontrava a **DELEGADA DE POLÍCIA – BÁRBARA ALICE FORT DOS SANTOS**, comigo, Escrivã ao seu cargo, ao final assinado, aí compareceu o(a) Sr(a): **VALDOMIRO GONÇALVES DE LIMA**, RG nº 1.709.098 SDS/PE, brasileiro(a), nascido(a) em 07/06/1958, filho(a) de José Gonçalves de Lima e Maria de Lourdes de Lima, natural de Passira/PE, residente na Mutirão Quadra D, nº 01, Lagoa do Carro/PE. Fone: não possui. Aos costumes, disse nada. Inquirido pela Autoridade passou a declarar o seguinte: **QUE**, afirma que no dia de hoje, 17.08.2018, por volta das 10h30min, estava com seu irmão, **JOSÉ GONÇALVES DE LIMA FILHO**, vindo da cidade de Lagoa do Carro/PE, onde foram a trabalho, quando uma mulher passou correndo na frente do veículo de **JOSÉ GONÇALVES**, que estava dirigindo e o depoente na cadeira do passageiro; **QUE**, estavam trafegando na PE-90, próximo a Fábrica da Itaipava, na ladeira do Juá, em uma caminhonete da marca Chevrolet LTZ FD2, ano 2013/2014, placa PGN 9013, chassi nº 9EG148LP0EC416566, cor branca; **QUE**, o irmão do depoente não conseguiu frear a tempo, pois a mulher correu muito em cima do veículo e de forma inesperada, tendo atropelado a vítima; **QUE**, em seguida, **JOSÉ GONÇALVES** parou o carro para socorrer a vítima, chamou o SAMU e os policiais da BPRV da PMPE, que chegaram logo depois; **QUE**, todos foram conduzidos até esta Delegacia para as providências legais, onde **JOSÉ GONÇALVES** realizou o teste etilometro, o qual deu negativo, conforme comprovante anexo; **QUE**, o irmão da vítima, o qual o depoente não sabe o informar o nome, disse que a vítima estava embriagada. Lido e achado conforme, mandou a Autoridade encerrar o presente Termo, que o assina com o Depoente e comigo, Escrivão, que o digitei.

DELEGADA DE POLÍCIA

DEPOENTE: Valdomiro Gonçalves de Lima

ESCRIVÃ DE POLÍCIA: [Assinatura]





SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DINTER 1 - DIRETORIA INTEGRADA DO INTERIOR
GCOI 1 - GERENCIA DE CONTROLE OPERACIONAL DO INTERIOR 1
11ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA-GOIANA
«CIRC_POLICIAL»

POLÍCIA CIVIL
____ / PÁGS.
ASS.

AUTO DE APRESENTAÇÃO E APREENSÃO

Aos 17 DE AGOSTO DE 2018, nesta DELEGACIA DE POLÍCIA DA 45ª CIRC- CARPINA-PE, onde presente se encontrava a Bela. BÁRBARA ALICE FORT DOS SANTOS, Delegada de Polícia, comigo, Escrivão do seu cargo, ao final assinado, aí compareceu o **APRESENTADOR: LUCIANO VALÉRIO DE MOURA, 2º SGT. PMPE, MATRÍCULA 990221-0, LOTADO NO BPRV - RECIFE - PE**, o qual na presença da testemunha, apresentou a Autoridade Policial o que a seguir passa a expor:

1. 01 (UMA) CAMINHONETE DA MARCA CHEVROLET/S10 LTZ FD2, ANO 2013/2014, PLACA PGN 9013, CHASSI Nº 9EG148LP0EC416566, COR BRANCA.

O referido objeto está relacionado ao fato alusivo ao Boletim de Ocorrência PMPE nº ____/2018, que teve com o imputado JOSE GONÇALVES DE LIMA FILHO. Nada mais havendo a constar, determinou a Autoridade a real apreensão do material apresentado, como apreendido está, ficando à sua disposição até ulterior deliberação, determinando, na sequência, que fosse lavrado o presente Auto, assinando-o juntamente com o Apresentador, as Testemunhas e comigo Escrivão que o digitei.

DELEGADA: _____

APRESENTADOR: _____

TESTEMUNHA: _____

ESCRIVÃO: _____



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁNSITO
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

JOSE GONCALVES DE LIMA FILHO

CPF CONTRAÇÃO (RG) (CÓDIGO) (UF)
 2531933 689 PE

CPF
 449.615.374-20

DATA NASCIMENTO
 25/10/1964

RENÇÃO
 JOSE GONCALVES DE LIMA
 MARIA DE LOURDES DE
 LIMA

PERMISSÃO **ACC** **OUTROS**
☒ ☐ ☐

Nº PASSADO **VALIDADE** **EXPIRAÇÃO**
 933-44160-920 08/09/2015 06/05/1997

OBSERVAÇÕES
 sem observações

Chancela de LIMA

ASSINATURA DO DETENTOR **DATA**
 08/09/2014

LOCAL **EXPIRAÇÃO**
 RECIFE - PE 08/09/2014

ASSINATURA DO DETENTOR **DATA**
 08/09/2014

DETENTOR **DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁNSITO**

VALIDADE EM TODOS **DEPARTAMENTO NACIONAL**
 966541254

PROIBIDO PLASTIFICAR **966541254**



Roteiro de Ocorrência

Página 2 de 3

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

VEICULO (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): **JOSE GONÇALVES DE LIMA FILHO**, que estava em posse do(a) Sr(a): **JOSE GONÇALVES DE LIMA FILHO**

Categoria/Marca/Modelo: **CAMINHONETE/OM/510** Objeto apreendido: **Não**

Cor: **BRANCA** - Quantidade: **1 (UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **PQM8013 (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)** Renavam: **584122732** Chassi: **88B148LPDEC416566**

Var Fabricap5x/Modelo: **2013/2013** Combustível: **GASOLINA**

Complemento / Observação

CONFORME B.O DO BPRV, Nº851288 QUE RELATA O SEGUINTE, ESSA EQUIPE COMPOSTA PELOS PMS, SGT. VALERIO CB. ALBERICO SD. EDILEIDE E SD. T. ALBUQUERQUE, RECEBEU A INFORMACAO QUE UM VEICULO CHEVROLE / 6-10. DE PLACA 8013. DE COR BRANCA HAVIA ATROPELADO UMA MULHER NA RODOVIA PE-90. EM FRENTE AO A ENTRADA DO HOTEL CLONE QUE A VITIMA FOI IDENTIFICADA COMO, MARIA JOSE CORREIA DE 58 ANOS QUE CHEGAMOS NO LOCAL EM APROXIMADAMENTE 02. MINUTOS QUE O CONDUTOR DO REFERIDO VEICULO PERMANECER NO LOCAL E FOI IDENTIFICADO COMO, JOSE GONÇALVES DE LIMA FILHO 53 ANOS QUE ENCONTRAVA-SE CONCIENTE E NÃO APRESENTAVA SINAIS DE HAVER INGERIDO BEBIDA ALCOLICA CONFORME TESTE DE ALCONOMIA REALIZADO ATRAVES DO ETILOMETRO ANAD- 0141. AMOSTRA 08729 SEQUE EM ANEXO COPIA DO EXAME. CONFORMA B.O EM ANEXO.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

JOSE GONÇALVES DE LIMA FILHO
(AUTOR / AGENTE)

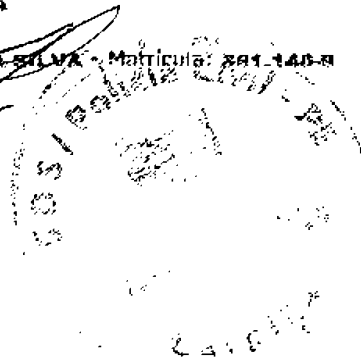
Condutor da ocorrência:

Nome: **LUCIANO VALERIO**

Cargos: **SARGENTO** - Função: **NÃO INFORMADO** - Matrícula: **9902221-0** - Prefixo da viatura: - Unidade

Operacional: **BPRV - BATALHÃO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA**

B.O. registrado por: **FRANCISCO DE ASSIS TIROTTINO DA SILVA** - Matrícula: **281.140-8**



1.ª VI

Fazer BO (acidente com vítima)

9951280

Série-A
1ª Parte

Unidade Policial	Circuito	Assinatura do Policial	Assinatura do Responsável pelo Procedimento
BRP	U		
Descrição da Situação		Ano de ocorrência do CROD	
ATROPELAMENTO DE TRÂNSITO		9951280	
Data (dd / mm / aaaa)	Hora (hh:mm)	<input checked="" type="checkbox"/> Autoria Conhecida	<input checked="" type="checkbox"/> Conhecimento Tardio
12/08/18	10:30	<input checked="" type="checkbox"/> Autoria Desconhecida	<input checked="" type="checkbox"/> Culposa Dolosa
Circumscrito do Fato		Local Principal da Ocorrência	
CARPINA		RODOVIA PE-90	
Logradouro (Rua, Avenida, Rodovia, etc)		RodoVIA PE-090	
Complemento (Apto, Sala, Andar)		Santo Antônio	
Município		Número	
CARPINA		SIN	
Ponto de Referência		ENTRADA A ENTRADA CLONE MOTEL	
<input type="checkbox"/> VÍTIMA <input checked="" type="checkbox"/> IMPUTADO <input type="checkbox"/> SUSPEITO <input type="checkbox"/> TESTEMUNHA <input type="checkbox"/> OUTROS		TURISTA <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
Nome (Nome Sobrenome)			
JOSE GONÇALVES DE LIMA FILHO			
Nome (Nome Sobrenome)			
JOSE GONÇALVES DE LIMA			
Nome (Nome Sobrenome)			
MARIA DE LOURDES DE LIMA			
Apelido (Nome Patronímico)		Estado Civil	
		1. Solteiro(a) 2. Casado(a) 3. Viúvo(a) 4. Divorçado(a) 5. Anulado(a) 6. Separado(a) 7. Não Informado	
Data de Nascimento		Idade (Anos)	
25/10/1964		38	
Sexo		Estado Civil	
<input checked="" type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F		1. Solteiro(a) 2. Casado(a) 3. Viúvo(a) 4. Divorçado(a) 5. Anulado(a) 6. Separado(a) 7. Não Informado	
CPF		Orgão Expedidor	
2531933		SSP	
Logradouro (Rua, Avenida, Rodovia, etc)		Número	
9ª TRAVESSA DOS MANICIPAIDRES		75	
Bairro		Município	
LATA		CARPINA	
Dados Profissionais/Empresa		Profissão	
ENCARREGADO DE OBRAS		ENC. OBRAS CONFESA	
Logradouro (Rua, Avenida, Rodovia, etc)		Número	
Bairro		UF	
		PE	
Altura Aparente		Peso	
1,65m		65kg	
Cabelo - Tipo / Cor (Descrever)		Barba (Descrever)	
Tipo de Calçado / Local / Formato (Descrever)		Dentes (Descrever)	
<input checked="" type="checkbox"/> VÍTIMA <input type="checkbox"/> IMPUTADO <input type="checkbox"/> SUSPEITO <input type="checkbox"/> TESTEMUNHA <input type="checkbox"/> OUTROS		TURISTA <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
Nome (Nome Sobrenome)			
MARIA JOSE CORREIA			
Nome (Nome Sobrenome)			
JOSE LUIZ CORREIA			
Nome (Nome Sobrenome)			
JOVELINA MARIA CORREIA			
Apelido (Nome Patronímico)		Estado Civil	
		1. Solteiro(a) 2. Casado(a) 3. Viúvo(a) 4. Divorçado(a) 5. Anulado(a) 6. Separado(a) 7. Não Informado	
Data de Nascimento		Idade (Anos)	
23/04/60		58	
Sexo		Estado Civil	
<input checked="" type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F		1. Solteiro(a) 2. Casado(a) 3. Viúvo(a) 4. Divorçado(a) 5. Anulado(a) 6. Separado(a) 7. Não Informado	
CPF		Orgão Expedidor	
2538862		SSP	
Logradouro (Rua, Avenida, Rodovia, etc)		Número	
FACENDA SOLEDADE		SIN	
Bairro		Município	
CENTRO		LAGOA DO CARRO	
Dados Profissionais/Empresa		Profissão	
Logradouro (Rua, Avenida, Rodovia, etc)		Número	
Bairro		UF	
		PE	
Altura Aparente		Peso	
1,65m		65kg	
Cabelo - Tipo / Cor (Descrever)		Barba (Descrever)	
Tipo de Calçado / Local / Formato (Descrever)		Dentes (Descrever)	



**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 145ª CIRCUNSCRIÇÃO - CARPINA - DP45ªCIRC
DINTER1/11ªDESEC**

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 18E0135003042

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **22/08/2018** às **10:05**

Número do Aviso de Atendimento: **BPRV**

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado) que aconteceu no dia **17/8/2018** às **12:40**

Fato ocorrido no endereço: **MUNICÍPIO DE CARPINA, 1, RODOVIA PE-06 LAGOA DO JUA SANTO
ANTONIO CARPINA-PE - Bairro: SANTO ANTONIO - CARPINA/PERNAMBUCO/BRASIL**
Local do Fato: **VIA PUBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

**JOSE GONCALVES DE LIMA FILHO (AUTOR) AGENTE |
MARIA JOSE CORREIA (VITIMA)**

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

**VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): JOSE GONCALVES DE
LIMA FILHO**

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

**MARIA JOSE CORREIA (não presente ao plantão) - Sexo: Feminino Mãe: JOVELINA MARIA CORREIA Pai:
JOSE LUIZ CORREIA Data de Nascimento: 20/21/1980 Nacionalidade: LAGOA DO CARRO / PERNAMBUCO /
BRASIL Documentos: 25388621SS/PE (RG) Estado Civil: SOLTEIRO(A) Escolaridade: 1ª. GRAU INCOMPLETO PT Jussao
AGRICULTOR(A) Telefones Celulares:
- 873038864**

Endereço Residencial: **MUNICÍPIO DE LAGOA DO CARRO, 1, FAZENDA SOLIDADE S/N LAGOA DO CARRO-PE -
CEP: 55800-000 - Bairro: CENTRO - LAGOA DO CARRO/PERNAMBUCO/BRASIL**

**JOSE GONCALVES DE LIMA FILHO (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: MARIA DE LOURDES DE
LIMA Pai: JOSE GONCALVES DE LIMA Data de Nascimento: 25/10/1964 Nacionalidade: PASSIRA / PERNAMBUCO /
BRASIL Documentos: 2531933/SS/PE (RG); 44381537420 (CPF) Escolaridade: 3ª. GRAU COMPLETO Professor.
OUTRAS PROFISSOES Telefones Celulares:
- 986188286**

Endereço Residencial: **RUA EMANCIPADORES, 75, 9 TRAV. DOS EMACIPADORES N: 75 CAJA CARPINA-PE - CEP:
6 - Bairro: CAJA - CARPINA/PERNAMBUCO/BRASIL**





2ª Via

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR
BOLETIM DE OCORRÊNCIA

9951280

Série-A
2ª Parte

Fato	Unidade Operacional BPRV	Circunscrição CARPINHA	Data do Registro 17/08/18	Hora do Registro 12:40	Nº da Folha / Total de Folhas 031/02
Modus Operandi	Forma de Aproximação?		Forma de Ação de Abordagem?		
	Local de Entrada?		Forma de Entrada?		
	Alterações no Local?		Forma de Saída?		
	Crimes Sexuais?		Extensão?		
Objeto Envolvido	Envolvido	Tipo de Objeto	Marca / Modelo	Número de Série	
	Quantidade	Valor	Moeda	Objeto Apreendido?	
	Qual o motivo do registro do objeto?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
	Envolvido		Tipo de Objeto	Marca / Modelo	Número de Série
Quantidade		Valor	Moeda	Objeto Apreendido?	
Qual o motivo do registro do objeto?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Envolvido		Tipo de Objeto	Marca / Modelo	Número de Série	
Quantidade		Valor	Moeda	Objeto Apreendido?	
Qual o motivo do registro do objeto?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Dados do Veículo	Envolvido	Marca / Modelo	Cor	Ano	Renovar
	Quantidade	Valor	Moeda	Objeto Apreendido?	
	Qual o motivo do registro do veículo?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
	Envolvido		Marca / Modelo	Cor	Ano
Quantidade		Valor	Moeda	Objeto Apreendido?	
Qual o motivo do registro do veículo?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Dados Complementares	Essa equipe composta pelos policiais militares: SGT VACERIO, CB ALBERICO, SD EDILEIDE E SD T. ALBUQUERQUE, RECEBEU A INFORMAÇÃO QUE UM VEÍCULO CHEVROLET/SÃO DE PLACA: PGN 9013, DE COR BRANCA, HAVIA ATROPELADO UMA MULHER NA RODOVIA PE-090, EM FRENTE A ENTRADA DA MOTEL CLONE; QUE A VÍTIMA FOI IDENTIFICADA COMO: MARIA JOSÉ CORREIA, 58 ANOS, QUE CHEGAMOS DO LOCAL EM APROXIMADAMENTE 02 MINUTOS. QUE O CONDUTOR DO REFERIDO VEÍCULO PERMANECER NO LOCAL E FOI IDENTIFICADO COMO: JOSÉ GOMALVES DE LIMA FILHO, 53 ANOS. QUE ENCONTRA-VA SE CONSCIENTE E NÃO APRESENTAVA SINAIS DE HAVER INGERIDO BEBIDA ALCOOLICA, CONFORME TESTE DE ALCOOLEMIA REALIZADO ATRAVÉS DO ETILOMETRO ABAD-DIA 41, AMOSTRA Nº 08729. REGUE ANEXO COPIA DO EXAME.				
	Exames Periciais: S. Solicitado R. Realizado				
	Tipo de Exame: ALCOOLEMIA Envolvido: <input checked="" type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> R Tipo do Exame: <input type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> R				
	<input type="checkbox"/> Contributor <input type="checkbox"/> Recebedor Matrícula: 351.008-5 Unidade: 351.008-5				
Responsáveis	Assinatura do Autor: 990221-0		Assinatura do Responsável: 351.008-5		
	Nome: Luciano Valério		Nome: Daniela N. Felipe Santos		



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DINTER 1 - DIRETORIA INTEGRADA DO INTERIOR 1
GCOI 1 - GERENCIA DE CONTROLE OPERACIONAL DO INTERIOR 1
11ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA-GOIANA
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 45ª CIRCUNSCRIÇÃO - CARPINA

AUTO DE ENTREGA

Aos 27 DE AGOSTO DE 2018, nesta cidade de CARPINA-PE, do Estado de Pernambuco e no Cartório desta Delegacia de Polícia, onde presente se encontrava o BARBARA ALICE FORT DOS SANTOS, respectiva Delegada de Polícia, comigo Escrivã ao seu cargo ao final assinado, onde compareceu o **RECEBEDOR(A), JOSÉ GONÇALVES DE LIMA FILHO**, RG nº 2531933 SSP/PE, brasileiro(a), nascido(a) em 25/10/1964, filho(a) de José Gonçalves de Lima e Maria de Lourdes de Lima, natural de Passira/PE, residente na 9ª Travessa dos Emancipadores, nº 75, Carpina/PE, das testemunhas abaixo firmadas, como legítimo proprietário e a quem a Autoridade Policial fez a entrega, escorada nas disposições do Art. 120 do CPP, por reconhecer cabível, inexistindo dúvidas quanto ao seu direito, dos seguintes objetos de sua propriedade: **01 (UMA) CAMINHONETE DA MARCA CHEVROLET LTZ FD2, ANO 2013/2014, PLACA PGN 9013, CHASSI Nº 9BG148LP0EC416566**, constante no Auto de Apresentação e Apreensão e/ou Auto de Avaliação previamente elaborados, fatos alusivos ao BO Nº 18E013500. Nada mais havendo a ser restituído, determinou a Autoridade fosse lavrado o presente termo que assina com o Recebedor, as Testemunhas e comigo Escrivão que digitei.

DELEGADA: _____

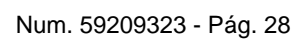
RECEBEDOR: _____

1ª TESTEMUNHA: _____

ESCRIVÃ: _____



VALLE DE LA TOLDA
D. TERRITORIO NACIONAL
966541254



AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO ATPV
AUTORIZO O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN,
TRANSFERIR O REGISTRO DESTA VEÍCULO, PARA:

VALOR R\$ 50.000,00

NOME DO COMPRADOR: Jose Goncalves

de Lima Filho

RG: 2531933 CPF/CNPJ: 44.9615.374-20

ENDEREÇO: R: Tv A das Emancipacoes

Caja Corbina - Ar

LOCAL E DATA: Anacard - Ar 02/08/2018

Valder Nunes Fraga Junior

ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO (VENDIDOR)

a) O vendedor tem a obrigação legal de comunicar a venda do veículo ao DETRAN no prazo máximo de 30 dias, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas obrigações impostas e suas consequências até a data de comunicação (Lei Federal nº 9.503 - Art. 134 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB);

b) O adquirente terá prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de aquisição para providenciar a transferência do veículo para o seu nome, sob pena de incorrer em infração de trânsito (Art. 233 do CTB);

c) É obrigatório o reconhecimento de firmas do adquirente e do vendedor, exclusivamente na modalidade por AUTENTICIDADE.

DE ACORDO: Jose Goncalves de Lima ASSINATURA DO COMPRADOR

RECONHECIMENTO DE FIRMA DO PROPRIETÁRIO (VENDEDOR)
 CONFORME EX. 1, 506 C.R.C.

2º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS RUA: ALEIXES CURSINO, 26 - A
 Reconheço como verdadeira a firma indicada de (595276185874)

Jose Goncalves de Lima Filho
 que confere c/ o padrão reg. nesta serventia, Dou fé.

ARACAMBA, 23 de agosto de 2018.

Luiz Carlos Vilela da Silva da verdade
 Luiz Carlos Vilela da Silva (ESCRIVÃO SUBSTITUTO)

Emol.: R\$ 3,39 tsnr R\$ 1,40 Total R\$ 4,79
 Válido somente com o selo 0073676-046.08201601.00906
 Consulte a Autenticidade em: exm.tipo.jus.br/selodigital
 Assinatura de Luiz Carlos Vilela da Silva



REPRESENTANTE DE: CAXANGA VEICULOS S.A. OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES NA NOTA FISCAL ELETRÔNICA APLICADA AO LADO, EMISSÃO: 28/11/2013 - VALOR TOTAL: R\$ 86.600,00
 ENDEREÇO: VALDIR NUNES FRAGOSO JUNIOR - RUA VINTE E OITO DE SETEMBRO, 400, POSTO DE MONTA, 83820-930 - IGARASSU - PE - Fone: 1 de 1

DATA RECEBIMENTO: IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO ASSINADOR

NF-e
 Nº: 94561
 Série: 5

CAXANGA VEICULOS S.A.
 AV. CAXANGA, 4251, 4251 VARZEA
 RECIFE - PE Cep: 50740000 Fone: (81) 2122-2099
 FAX: 8121222050
 DFE.GM@PORTALDFESE.COM.BR

DANFE
 Documento Auxiliar
 da Nota Fiscal
 Eletrônica

0 - ENTRADA
 1 - SAÍDA
 Nº.: 94561
 Série: 5
 Folha 1 de 1

2613 1109 9249 3700 0128 5500 5000 0945 6110 0094 5510

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO: VENDAS MERC.ADO.TERC.P/SUBST.TRIB

REC. ESTADUAL DO ICMS: 800632740

Protocolo de autenticação de uso: 126130056569360 - 28/11/2013 17:34:29

99.924.937/0001-28

DESTINATÁRIO REMETENTE

RAZÃO SOCIAL: VALDIR NUNES FRAGOSO JUNIOR

ENDEREÇO: RUA VINTE E OITO DE SETEMBRO, 400 CASA

CNPJ: 038.041.444-13

DATA DA EMISSÃO: 28/11/2013

BASE DE CÁLCULO DO ICMS: POSTO DE MONTA

ICMS: 53820993

DATA DA ENTRADA: 28/11/2013

IGARASSU - PE

HORA DE SAÍDA:

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	0,00	VALOR DO ICMS	0,00	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBST.	0,00
VALOR DO ICMS	0,00	VALOR DO ICMS SUBST.	0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	86.600,00
VALOR DO ICMS	0,00	VALOR DO ICMS SUBST.	0,00	VALOR TOTAL DA NOTA	86.600,00

TRANSPORTADOR: VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL: 8 - Sem Frete

ENDEREÇO: 8 - Sem Frete

DATA DA EMISSÃO: 28/11/2013

DATA DA ENTRADA: 28/11/2013

DATA DA EMISSÃO: 28/11/2013

DATA DA ENTRADA: 28/11/2013

DADOS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS											
CD PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	NCM SH	DST	CFOP	UN	Qtd	Vl Unil	Desc.	Vlr. Total	B. Icms	V. Icms
980148LPDEC416396	CHEVROLET S10 LTZ FD2	87043190	000	540	UN	1,0000	86.600,0000	0,00	86.600,00	0,00	0,00
Veículo Novo: CHEVROLET S10 LTZ FD2 Motor 2.4 Potência: 147 Combustível: ALCO/GASOL Chassi: 98G M8LPDEC416396 N do Motor: NARD04394 N do Portão 4: CAP PASS.5 Cor externa: BRANCO Ano-Fab: 2013 Ano-mod: 2014 TIPO: CAMINHONETE ESPECIAL-ESP FAB: NACIONAL CLINDRADADA 2400 CARROC: C.DUP/ABER Opcionais: PDU - PINT. SOLEDA R7P - CONJ. OPOCOS RG: 5431912 SSP/PE ICMS RETIDO POR SUBST. TRIBUTARIA CONF ART. 622 E SEQUENTES AL. FID. AO BANCO AYMORE CREDITO, FINANÇ E INVESTIM. S. A.											

2º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS RUA: ALCIDES CURSINO, 28 - 4
 AUTENTICAÇÃO
 Autentico a presente cópia xerográfica conforme a original a mim apresentada, do
 que dou fé.
 Recife, 23 de agosto de 2018.
 da testadora da verdade
 MARIA DE JESUS VILELA DA SILVA (RESOLVENTE) HASTURUA
 Eml.: R\$ 2,90 tsr R\$ 1,19 total R\$ 4,09
 Valido somente com o selo 0073676/TPA/2018/00912
 Consulte a Autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital



CÁLCULO DO ISSQN

RAZÃO SOCIAL: VALDIR NUNES FRAGOSO JUNIOR

BASE DE CÁLCULO DO ISSQN: 86.600,00

VALOR ISSQN: 0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Tributos Totais Incidentes (Lei Federal 12.741/2012) R\$ 26.906,30 * MD5: * RG: 5431912-SSP PE * VENDEDOR: Jamilson De Oliveira Souza

RESERVADO AO FISCO



Dräger

PORTARIA INMETRO DIMEI
NO 166 DE 03/10/2003

PORTARIA DENATRAN
NO 128 DE 17/12/2006

LOCAL DE CONTROLE:

ALCOTEST 7410 PLUS RS
NO EQUIPAM : ARAD-0141
NO IMPRESS : ARAD-5186
NO AMOSTRA : 08729
DD.MM AAAA HH.MM
17.08.2018 15:18

NOME:

JOSE

SOBRENOME:

GOVCALVES

DATA DE NASCIMENTO:

25/10/1964

EXAMINADO POR:

SD PM EDILENE
112206

RESULTADO DA ANALISE

0,00 mg/L

ASSINATURA:

CP 2070 MC S de A
FILH
RG: 2531933
SSPIPE





SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DINTER-1 / GCO-1 / 11ª DESEC – Goiana- PE
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 45ª CIRCUNSCRIÇÃO – CARPINA

TERMO DE DECLARAÇÃO PRESTADO POR: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA, RG nº 6.921.672 SDS/PE. TESTEMUNHA.

Aos **SEIS** dias do mês de **SETEMBRO** do ano de **DOIS MIL E DEZOITO (06/09/2018)**, nesta Cidade de **CARPINA** Estado de Pernambuco, e, no **SETOR DE CARTÓRIO DA DELEGACIA DE POLÍCIA DA 45ª CIRCUNSCRIÇÃO**, onde presente se encontrava a **DELEGADA DE POLÍCIA – BÁRBARA ALICE FORT DOS SANTOS**, comigo, Escrivã ao seu cargo, ao final assinado, ai compareceu o(a) Sr(a): **DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA**, RG nº 6.921.672 SDS/PE, brasileiro(a), nascido(a) em 16/06/1984, filho(a) de Derivaldo Beijamim de Oliveira e Maria José Correia, natural de Lagoa do Carro/PE, residente no Loteamento Rua 14, José Fernando Lobo, nº 236, Lagoa do Carro/PE. Fone: 81- 97305-9964. Aos costumes, disse nada. Inquirido pela Autoridade passou a declarar o seguinte: **QUE**, é filho da vítima destes autos, a Sra **MARIA JOSÉ CORREIA**, e informa que ela veio a óbito no dia 19.08.2018, devido ao atropelamento ocorrido no dia 17.08.2018; **QUE**, sua mãe foi socorrida para o Hospital da Restauração, ficou em coma e no terceiro dia de internamento ela faleceu; **QUE**, tomou conhecimento, através da pessoa de **WASHINGTON**, que é sobrinho da vítima, que estava passando na PE-90 no momento do acidente e viu quando o acidente aconteceu, parou e conheceu que a vítima se tratava da tia, e telefonou para o depoente para avisar; **QUE**, **WASHINGTON** falou para o declarante que estava vindo atrás do veículo que causou o acidente, uma caminhonete da marca Chevrolet LTZ FD2, ano 2013/2014, placa PGN 9013, chassi nº 9EG148LP0EC416566, cor branca, e disse que o referido veículo chegou a ultrapassar ele em alta velocidade e que “tirou um fino” dele, aparentando estar em uma velocidade acima de 120km/h, e, logo depois, atropelou a genitora do depoente, que estava atravessando a rodovia, pois estava indo em direção ao Loteamento Aparecida, nesta cidade de Carpina/PE, visitar um irmão dela; **QUE**, afirma que a vítima não havia ingerido bebida alcoólica no dia do acidente, como o motorista da caminhonete afirmou, pois ela não costumava ingerir bebida alcoólica em dias de semana e apenas ingeria em ocasiões de comemorações familiares ou festas; **QUE**, sabe que o acidente ocorreu na ladeira do Juá, próximo a fábrica da Itaipava, nesta cidade de Carpina; **QUE**, no dia do fato, estava nesta Delegacia, quando o depoente foi perguntar a **JOSÉ GONÇALVES DE LIMA FILHO** se ele era o autor do acidente e como tinha acontecido, tendo ele respondido que foi a vítima que provocou o acidente e disse: “ela que se vire”; **QUE** afirma que **JOSÉ GONÇALVES** não procurou a família do declarante para prestar alguma assistência até o presente momento; **QUE**, afirma que seu primo **WASHINGTON**, reside no Loteamento Chã de Castelo, após a ladeira do juá, no sentido Carpina – Lagoa do Carro/PE. Lido e achado conforme, mandou a Autoridade encerrar o presente Termo, que o assina com o Depoente e comigo, Escrivão, que o digitei.

DELEGADA DE POLÍCIA

DEPOENTE: DeYKisson Beijamim Correia

ESCRIVÃ DE POLÍCIA:



República Federativa do Brasil
Ministério da Saúde
2ª VIA - CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

Declaração de Óbito

26828936-0

[illegible]



Número do Boletim Científica

Dados da Ocorrência	Natureza <input type="checkbox"/> Homicídio <input type="checkbox"/> Latrocínio <input checked="" type="checkbox"/> A Esclarecer		<input type="checkbox"/> Lesão Corporal Seg. de Morte <input type="checkbox"/> Suicídio <input type="checkbox"/> Acidente de Trânsito <input type="checkbox"/> Outros Acidentes		Informações sobre a vítima: <input type="checkbox"/> Pedestre <input type="checkbox"/> Condutor <input type="checkbox"/> Passageiro <input type="checkbox"/> Ignorado		Veículo onde estava a vítima: <input type="checkbox"/> Bicicleta <input type="checkbox"/> Motocicleta <input type="checkbox"/> Ônibus <input type="checkbox"/> Automóvel		Circunstância do acidente: <input type="checkbox"/> Atropelamento <input type="checkbox"/> Capotamento <input type="checkbox"/> Colisão <input type="checkbox"/> Ignorado			
	<input type="checkbox"/> Culposos <input type="checkbox"/> Doloso		<input type="checkbox"/> Não se aplica		Objeto Utilizado <input type="checkbox"/> Arma de Fogo <input type="checkbox"/> Arma Branca <input type="checkbox"/> Outros		Circunscrição do Fato					
	Data do Óbito		Hora (hh:mm)		Data do Fato		Hora (hh:mm)		Local Principal da Ocorrência (Via pública, bar, residência, clube, etc.)			
	Logradouro do Fato (Rua, avenida, rodovia, etc.)								Número		Complemento (Apt, Sala, Andar)	
Município					Bairro		UF		Ponto de Referência			
Dados da Vítima	Nome										Apelido	
	Idade											
Sexo	<input type="checkbox"/> Masc. <input checked="" type="checkbox"/> Feminino		<input type="checkbox"/> Desconhecido		Data de Nascimento		Idade aparente		Cor da Pele/Etnia			
	<input type="checkbox"/> Negra <input checked="" type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Indígena											
Dados Complementares (resumo do fato)												
Responsável pelo Preenchimento										Delegado de Polícia (Nome)		
Matrícula Nº _____ Órgão: <input type="checkbox"/> IC <input checked="" type="checkbox"/> POLÍCIA CIVIL <input type="checkbox"/> OUTRO <input type="checkbox"/> POSTO PC HOSP.										Matrícula Nº _____		
Corpo Encaminhado: <input type="checkbox"/> IML (Recife - Caruaru - Petrolina) <input type="checkbox"/> Outro Local: <input type="checkbox"/> Unidade de Saúde ()										Assinatura: <input type="checkbox"/> CIVIL/Seccional <input type="checkbox"/> Especializada <input type="checkbox"/> DP de Plantão <input type="checkbox"/> DHPP <input type="checkbox"/> Circunscrição <input type="checkbox"/> Outras		
Nº: 09259 NOME DO IDENTIFICADOR DE CADASTRO												

1ª Via: Branca - 2ª Via: Azul - 3ª Via: Amarela - 4ª Via: Verde



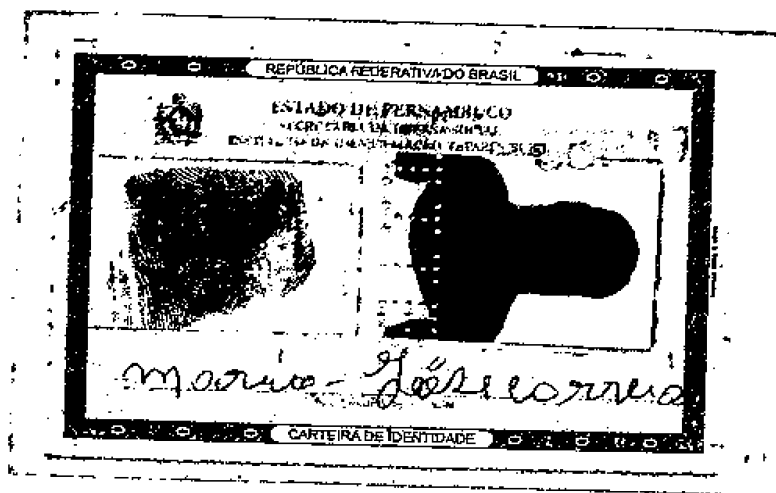
06/09/2018 09:29

<https://security.sds.pe.gov.br/permanbuco/VisualizaBO.do?ic>

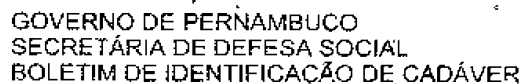
Secretaria de Defesa Social :: INEOPOL




Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 13/03/2020 10:40:08
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031310400868500000058227403>
Número do documento: 20031310400868500000058227403



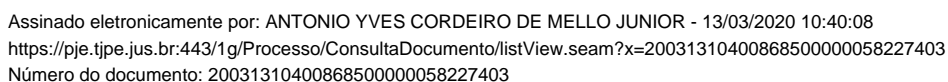
I	1 Tipo de óbito <input checked="" type="checkbox"/> Fetal <input type="checkbox"/> Não Fetal		2 Data do óbito Hora: _____ 3 Cartão SUS		4 Naturalidade Município / UF (Estrangeiros Informar País)	
	5 Nome do Falecido					
II	6 Nome do Pai		7 Nome da Mãe			
	8 Data de nascimento		9 Idade Anos completos Menores de 1 ano Meses Dias Horas Minutos Ignorado		10 Sexo <input type="checkbox"/> M - Masc <input type="checkbox"/> F - Fem <input type="checkbox"/> Ignorado	
III	11 Raça/Cor 1 Branca 2 Preta 3 Amarela 4 Parda 5 Indígena		12 Situação conjugal 1 Solteiro 2 Casado 3 Viúvo 4 Separado Indiv. 5 União Estável 6 Divorçado 7 Ignorado		13 Escolaridade (última série concluída) Nível: 0 Sem escolaridade 1 Fundamental I (1ª a 4ª Série) 2 Fundamental II (5ª a 8ª Série) 3 Médio (antigo 2º grau) 4 Superior incompleto 5 Superior completo Sêrie: Ignorado	
	14 Ocupação habitual (Informar anterior, se aposentado / desempregado)		15 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.) Número Complemento 16 CEP			
IV	17 Bairro/Distrito		18 Município de residência		19 UF	
	20 Local de ocorrência do óbito 1 Hospital 2 Outros estabelec. saúde 3 Domicílio 4 Via pública 5 Outros 6 Ignorado		21 Estabelecimento		22 Endereço de ocorrência (rua, praça, avenida, etc.) Número Complemento 23 CEP	
V	24 Bairro/Distrito		25 Município de ocorrência		26 UF	
	PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PARA ÓBITOS FETAIS E DE MENORES DE 1 ANO - INFORMAÇÕES SOBRE A MÃE					
VI	27 Idade (anos)		28 Escolaridade (última série concluída) Nível: 0 Sem escolaridade 1 Fundamentais I (1ª a 4ª Série) 2 Fundamentais II (5ª a 8ª Série) 3 Médio (antigo 2º grau) 4 Superior incompleto 5 Superior completo Sêrie: Ignorado		29 Ocupação habitual (Informar anterior, se aposentada / desempregada) Código CBO 2002	
	30 Número de filhos vivos		31 Nº de semanas de gestação		32 Tipo de gravidez 1 Única 2 Dupla 3 Tripla e mais 4 Ignorada	
VII	33 Tipo de parto 1 Vaginal 2 Cesáreo 3 Ignorado		34 Morte em relação ao parto 1 Antes 2 Durante 3 Depois 4 Ignorado		35 Peso ao nascer (Gramas)	
	36 Número da Declaração de Nascimento		37 Diagnóstico confirmado por: 1 Sim 2 Não 3 Ignorado			
VIII	38 Causas da morte Doença ou estado mórbido que causou diretamente a morte.		39 Causas antecedentes Estados mórbidos, se existirem, que produzem o caso acima registrado, mencionando-se em último lugar a causa básica.			
	40 Nome do Médico		41 CRM		42 Óbito atestado por Médico 1 Assistentia 2 Substituto 3 IML 4 SVO 5 Outro	
IX	43 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.)		44 Data do atestado		45 Assinatura	
	PROVÁVEIS CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE NÃO NATURAL (Informações de caráter estritamente epidemiológico)					
X	46 Tipo 1 Acidente 2 Suicídio 3 Homicídio 4 Outros		47 Acidente de trabalho 1 Sim 2 Não		48 Fonte da informação 1 Ocorrência Policial Nº. 2 Hospital 3 Família 4 Outros	
	49 Descrição sumária do evento		50 Tipo de local de ocorrência do acidente ou violência 1 Via pública 2 Endereço de residência 3 Outro domicílio 4 Estabelecimento comercial 5 Outros 6 Ignorado			
XI	51 Endereço do local do acidente ou violência Logradouro (rua, praça, avenida, etc.)		52 Número		53 Bairro	
	54 Município		55 UF		56 Registro	
XII	57 Data		58 Assinatura			
	59 Assinatura					



Número do Boletim: Ocetência

Dados da Ocorrência	Natureza <input type="checkbox"/> Homicídio <input type="checkbox"/> Latrocínio <input checked="" type="checkbox"/> A Esclerecer		<input type="checkbox"/> Lesão Corporal Seg. de Morte <input type="checkbox"/> Suicídio <input type="checkbox"/> Acidente de Trânsito → <input type="checkbox"/> Outros Acidentes		Informações sobre a vítima: <input type="checkbox"/> Pedestre <input type="checkbox"/> Condutor <input type="checkbox"/> Passageiro <input type="checkbox"/> Ignorado		Veículo onde estava a vítima: <input type="checkbox"/> Bicicleta <input type="checkbox"/> Ônibus <input type="checkbox"/> Automóvel		<input type="checkbox"/> Motocicleta <input type="checkbox"/> Ignorado		Circunstância do acidente: <input type="checkbox"/> Atropelamento <input type="checkbox"/> Capotamento <input type="checkbox"/> Colisão <input type="checkbox"/> Ignorado	
	<input type="checkbox"/> Culposo <input type="checkbox"/> Doloso		<input type="checkbox"/> Não se aplica		Objeto Utilizado <input type="checkbox"/> Outros		<input type="checkbox"/> Arma de Fogo <input type="checkbox"/> Arma Branca		Circunstância do Fato			
	Data do Óbito		Hora (hh:mm)		Data do Fato		Hora (hh:mm)		Local Principal da Ocorrência (via pública, bar, residência, dube, etc.)			
Dados da Vítima	Logradouro do Fato (Rua, avenida, rodovia, etc.)								Número		Complemento (Apt, Sala, Andar)	
	Município				Estado				UF		Ponto de Referência	
	Nome										Apelido	
Dados Complementares (resumo do fato)	Sexo: <input type="checkbox"/> Masc. <input type="checkbox"/> Desconhecido <input checked="" type="checkbox"/> Feminino		Data de Nascimento		Idade aparente		Cor da Pele/Etnia					
							<input type="checkbox"/> Negra <input checked="" type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Indígena					
<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;"> <div style="width: 40%;"> <p>Responsável pelo Preenchimento</p> <p>Matrícula Nº _____</p> <p>Órgão: <input type="checkbox"/> IC <input checked="" type="checkbox"/> POLÍCIA CIVIL</p> <p><input type="checkbox"/> OUTRO <input checked="" type="checkbox"/> POSTO PC HOSP.</p> <p>Corpo Encaminhado:</p> <p><input type="checkbox"/> IML (Recife - Caruaru - Petrolina) <input type="checkbox"/> Outro Local</p> <p><input type="checkbox"/> Unidade de Saúde (_____)</p> </div> <div style="width: 40%;"> <p>Delegado de Polícia (Nome)</p> <p>Matrícula Nº _____</p> <p>Assinatura _____</p> <p><input type="checkbox"/> CVL/Seccional <input type="checkbox"/> Especializada <input type="checkbox"/> DP de Plantão</p> <p><input type="checkbox"/> DHPP <input type="checkbox"/> Circunscrição <input type="checkbox"/> Outras</p> </div> <div style="width: 15%; text-align: center;">  <p>ESTADO DE PERNAMBUCO SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL</p> <p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">Nº: 092592</p> <p style="font-size: 0.8em;">NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DE CADÁVER</p> </div> </div>												

1º Via: Branca - 2º Via: Azul - 3º Via: Amarela - 4º Via: Verde





DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO
BATALHÃO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA
SUBSEÇÃO DE TRÁFEGO E ACIDENTE

Nº / ANO
K-2115/18



BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



10 M - MUNICIPIO DE CARPINA
INTERSEÇÃO - 02000-7
SUBSEÇÃO DE TRÁFEGO E ACIDENTE

I - LOCAL E DATA

COM ANEXO ☒ SEM ANEXO ☐

Município	CARPINA	Rodovia	PE-090	Rm	
Ponto de Referência	EM FRENTE À ENTRADA DO MOTEL CLONE			Data	17/08/18
Dia da Semana	SEXTA-FEIRA	HORA/OCORRÊNCIA	10:30	Hora/Cheg./Pr	10:45

II - TIPO DE ACIDENTE

ATROPELAMENTO	ABALROAMENTO	COLISÃO	CHOQUE	CAPOTAMENTO
Pedestre <input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Longitudinal <input type="checkbox"/>	Frontal <input type="checkbox"/>	Tombaramento <input type="checkbox"/>
Animal <input type="checkbox"/>	Transversal <input type="checkbox"/>	Traseira <input type="checkbox"/>	Poste, Árvore <input type="checkbox"/>	Saída da Pista <input type="checkbox"/>
			Muro, Casa <input type="checkbox"/>	Outros <input type="checkbox"/>
			Veículo Parado <input type="checkbox"/>	

III - CONSEQUÊNCIA

SEM VITIMA	COM VITIMA	<input checked="" type="checkbox"/>	MORTOS		FERIDOS	01
Nº/VEÍC. ENVOLVIDOS NO ACIDENTE			IDENT.	01	NÃO IDENT	TOTAL 01

IV - CONDIÇÕES CIRCUNSTANCIAIS

ACID. VERIFICADO	CONDIÇÕES/VIA	CONDIÇÕES/TEMPO	PERÍODO/DIA	SEMÁFARO
Longo da Via <input checked="" type="checkbox"/>	Seca <input checked="" type="checkbox"/>	Bom <input checked="" type="checkbox"/>	Manhã <input checked="" type="checkbox"/>	S/Defeito <input type="checkbox"/>
Cruzamento <input type="checkbox"/>	Molhada <input type="checkbox"/>	Chuva <input type="checkbox"/>	Tarde <input type="checkbox"/>	C/Defeito <input type="checkbox"/>
Outros <input type="checkbox"/>	Enfameada <input type="checkbox"/>	Nebulina <input type="checkbox"/>	Noite <input type="checkbox"/>	Desligado <input type="checkbox"/>
	Oleada <input type="checkbox"/>	Garos <input type="checkbox"/>	Madrugada <input type="checkbox"/>	N/Existe <input checked="" type="checkbox"/>

V - CONTROLE DO TRÁFEGO

Policial <input checked="" type="checkbox"/>	Placa "Pare" <input type="checkbox"/>	MÃO DE DIREÇÃO	DIVISÃO DA VIA
Pedestre <input type="checkbox"/>	Placa "Dê a Pref." <input type="checkbox"/>	Única <input type="checkbox"/>	Faixa Contínua <input checked="" type="checkbox"/>
F.Retenção <input type="checkbox"/>	Não há Placas <input checked="" type="checkbox"/>	Dupla <input checked="" type="checkbox"/>	Canteiro Central <input type="checkbox"/>
			Blocos <input type="checkbox"/>
			Outros <input type="checkbox"/>

VI - CONDIÇÕES DOS CONDUTORES

EXAME DE EMBRIAGUEZ ALCOÓLICA - V1/V2	COMPORTAMENTO - V1/V2
Realizado no Local <input type="checkbox"/>	Permaneceu no local <input type="checkbox"/>
Enc. Para Exame <input type="checkbox"/>	Socorrido <input type="checkbox"/>
Não foi Realizado <input type="checkbox"/>	Evadiu-se <input type="checkbox"/>

VII - DANOS A PROPRIEDADE DE TERCEIROS

Proprietário <input type="checkbox"/>	Tomou Conhecimento <input type="checkbox"/>
Natureza das Avarias <input type="checkbox"/>	



XII - INFRAÇÕES COMETIDAS

	V.1 / V.2		V.1 / V.2
Dirigir s/CNH (Art. 162 I CTB)		Deixar de Prestar Inform.s/acid. (Art. 176 V CTB)	
Conduzir Veic. ã Lic. (Art. 230 V CTB)		Desob. Ordens. do Agente trãs. (Art. 195 CTB)	
Conduzir Veic. s/ Doc. Porte Obrig. (Art. 232 CTB)		Conduzir Veic. C/ Lacre Violado (Art. 230 I CTB)	
Dirigir Sob. Influên. Alcool (Art. 165 CTB)		Conduzir Veic. S/ Placa (Art. 230 IV CTB)	
Deixar de Prestar Socorro à Vitima (Art. 176 I CTB)		Conduzir Veic. C/ Placa Ilég. (Art. 230 VI CTB)	
Deixar de Adotar Prov. P/ Evitar Perigo Trãs. (Art. 176 II CTB)		Conduzir Veic. Alter. De Caract. (Art. 230 VII CTB)	
Deixar de Preserva Local de Acid. (Art. 176 III CTB)		Conduzir Veic. Defeito Equip. Obrig. (Art. 230 IX CTB)	
Deixar de Remover Veic. Qdo. Determ. (Art. 176 IV CTB)		Outras	

XV - AVARIAS APARENTES

VEÍCULO - 01

EM ANEXO

VEÍCULO - 02

EM ANEXO

XVI - DADOS NECESSÁRIOS

1. Reboque Efetuado	Polícia Militar	Particular	Não Efetuado	
2. Comunicado à Delegacia de				Hora
Nome do Recebedor da Ocorrência				
XVII - Responsável Pelo BAT	Posto/Grad.	SGT	Matrícula	990221-0
XVIII - Digitador da SSTA	SD PM MORGANA	Of. Chefe da SSTA	NOME	VALÉRIO
			TEN PM UMAITA	



Confirmação de entrega do veículo
 em 13/03/2020
 SD PM 112394-7





DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
FMPE - DGO - CPE - BPRV
Batallião Cel. Manoel de Souza Neto



XII - INFRAÇÕES COMETIDAS

Dirigir S/ CNH (Art. 167, I, CTB)	<input checked="" type="checkbox"/>	VI	Deixar de prestar inform. S/ (Art. 170, v, CTB)
Conduzir veic. s/ doc. Part obrig. (Art. 232 CTB)	<input checked="" type="checkbox"/>	VII	Desob. Ordem do Agente Trâns (Art. 195 CTB)
Conduzir veic. s/ doc. Parte obrig. (Art. 232 CTB)	<input checked="" type="checkbox"/>	VIII	Conduzir veic. s/ placa violada (Art. 230, I CTB)
Dirigir sob influência álcool. (Art. 165 CTB)	<input checked="" type="checkbox"/>	IX	Conduzir veic. s/ placa (Art. 230, IV CTB)
Deixar de prestar socorro à vítima (Art. 174, CTB)	<input checked="" type="checkbox"/>	X	Conduzir veic. s/ placa ileg. (Art. 230, VI CTB)
Deixar de adotar prov. Evitar perigo trâns. (Art. 175, CTB)	<input checked="" type="checkbox"/>	XI	Conduzir veic. Alter. De caract. (Art. 230, VII CTB)
Deixar de preservar local de acíd. (Art. 176, III CTB)	<input checked="" type="checkbox"/>	XII	Conduzir veic. Defeito eqüp. obrig. (Art. 230, IX)
Deixar de remover veic. Qdo Determ. (Art. 176, IV CTB)	<input checked="" type="checkbox"/>	XIII	Outras:

XIII - CROQUI

- Veículo removido do local -
- Não foi possível realizar o croqui.

XIV - SIMBOLOGIA

<input checked="" type="checkbox"/> Automóvel e outro veículos de 4 rodas	<input checked="" type="checkbox"/> Incêndio
<input checked="" type="checkbox"/> Ônibus, Caminhão e Trator	<input checked="" type="checkbox"/> Marcha à Frente.
<input checked="" type="checkbox"/> Trem	<input checked="" type="checkbox"/> Marcha à Ré
<input checked="" type="checkbox"/> Veículo de 2 ou 3 Rodas	<input checked="" type="checkbox"/> Derrapagem
<input checked="" type="checkbox"/> Pedestre	<input checked="" type="checkbox"/> Capotamento ou Tombamento
<input checked="" type="checkbox"/> Animal	<input checked="" type="checkbox"/> Local da Colisão
<input checked="" type="checkbox"/> Objeto Fixo	<input checked="" type="checkbox"/> Depois da colisão

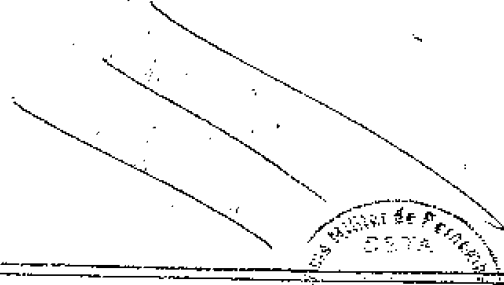
PGN 903

XV - AVARIAS APARENTES

VEÍCULO - 1

AMASSAMENTO - CAPÔ, PARA CHOCAR DIANTEIRO,
DE LA LAMA LATERAL LADO DIREITO
QUEBRAMENTO - FAROL LADO DIREITO, FAROL
DE NEBLINA LADO DIREITO, TORX ESTRUTURA
DE FAROL LADO DIREITO, PARA CHOQUE DAN-
TADO LADO DIREITO

VEÍCULO - 02



XVI - DADOS NECESSÁRIOS

1 - Reboque efetuado: Policia Militar Particular Não efetuado
2 - Comunicado à Delegacia de: CARPINHA Hora: 12:40h
Nome do receptor da ocorrência: _____ Matricula: _____

XVII - RESPONSÁVEL PELO BAT.	POSTO/GRAD.	MATRICULA	NOME:
	2º SGT	9902210	ASS: <u>Antonio YVES Cordeiro de Mello Junior</u>

XVIII - Datilógrafo SSTA: _____ Of. Chefe SSTA: _____





BATALÃO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA
SUBSEÇÃO DE TRÁFEGO E ACIDENTES – (SSTA)



DECLARAÇÃO DO CONDUTOR (ANEXO AO BAT Nº K-21151 de 18).

DESCREVA ABAIXO COMO OCORREU O ACIDENTE:

EU ESTAVA CONDUZINDO UMA CARROÇA DO JUA, NA PE-90,
PRÓXIMO AO BAIRRO SANTO ANTONIO, LADDER-DE, BUADE
UMA SANHADA, COM SUSPENSÃO DE AMPLIADOR, INCLUSIVE O LADO
DA VITIMA ESTAVA NO LATERAL COM OS MEMBROS BILATERAIS DE
EMBOLABIRDO, EMBOR SE A DIVERGÊNCIA DO MEU VEICULO SE PASSANDO
EM FRENTE DO MEU, NAO ME PERCEBI O CUIDADO DE
LIVRAR ME DA COLISAO, POR O PROBLEMA DO VEICULO A
PRESERVA SECONDA, UMA VEZ QUE FOI SOLICITADO O SAQUE
A VITIMA FOI SEPARADA COM VIDA.

Veículo: REUNIVER S-10

Nome do Condutor: YVES CORDEIRO DE MELLO FILHO

RG: 25.31933

Orgão Expedidor: SSP-PE

CPF: 449.615.374

- 20

Placa do Veículo: REN-9013

Data: 17/03/18

Hora: 10:30:00

Assinatura: YVES CORDEIRO DE MELLO FILHO

Observação:

- 1) O Condutor deverá firmar sua declaração de próprio punho, utilizando de letra de forma legível;
- 2) O Procedimento ilegível será de responsabilidade do signatário.






SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DINTER-1 / GCOI-1 / 11ª DESEC - Goiana - PE
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 45ª CIRCUNSCRIÇÃO - CARPINA

**TERMO DE DECLARAÇÃO PRESTADO POR: ROMILDO LUIZ CORREIA.
TESTEMUNHA.**

Aos **DEZOITO** dias do mês de **SETEMBRO** do ano de **DOIS MIL E DEZOITO (19/09/2018)**, nesta Cidade de **CARPINA** Estado de Pernambuco, e, no **SETOR DE CARTÓRIO DA DELEGACIA DE POLÍCIA DA 45ª CIRCUNSCRIÇÃO**, onde presente se encontrava a **DELEGADA DE POLÍCIA – BÁRBARA ALICE FORT DOS SANTOS**, comigo, Escrivã ao seu cargo, ao final assinado, ai compareceu o(a) Sr(a): **ROMILDO LUIZ CORREIA**, RG não apresentado, brasileiro(a), nascido(a) em 15/01/1957, filho(a) de José Luiz Correia e Maria Jovelina Correia, natural de Lagoa do Carro/PE, residente no Loteamento Rua Maria de Fátima, s/n, Centro, Lagoa do Carro/PE. Fone: não informado. Aos costumes, disse nada. Inquirido pela Autoridade passou a declarar o seguinte: **QUE**, no dia 17.08.2018, por volta das 09h00min, saiu com sua irmã, a vítima **MARIA JOSE CORREIA**, e os dois pegaram uma Kombi na cidade de Lagoa do Carro/PE com destino para a comunidade de Aparecida, nesta cidade de Carpina/PE, pois estavam indo visitar um primo de ambos; **QUE**, ao descer da Kombi, a vítima foi atravessar a rodovia PE-90, momento em que foi atingida por uma caminhonete de cor branca, e foi arremessada por alguns metros; **QUE**, a referida caminhonete estava indo sentido Lagoa do Carro – Carpina, e aparentava estar em alta velocidade; **QUE**, por pouco o depoente também não foi atingido; **QUE**, nega ter ingerido bebida alcoólica no dia do acidente, bem como afirma que sua irmã, **MARIA JOSE**, também não havia ingerido; **QUE**, tornou conhecimento nesta Delegacia que o motorista da caminhonete disse que o declarante e a vítima estavam "embriagados" no momento do acidente, o que o declarante diz não ser verdade; **QUE**, o motorista da caminhonete não socorreu a vítima, e foi embora sem prestar socorro; **QUE**, em seguida, uma ambulância do SAMU que estava passando, parou e socorreu a vítima; **QUE**, a vítima foi socorrida para o SAMU, e levada para o hospital da Restauração, em Recife, onde entrou em óbito dois dias após o acidente; **QUE**, até o presente momento, o motorista/autor do referido atropelamento não prestou nenhum tipo de assistência a família da vítima. Lido e achado conforme, mandou a Autoridade encerrar o presente Termo, que o assina com o Depoente e comigo, Escrivão, que o digitei.

DELEGADA DE POLÍCIA: 

DEPOENTE: _____

ESCRIVÃ DE POLÍCIA: 





SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
• DINTER-1 / GCOI-1 / 11ª DESEC – Goiânia- PE
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 45ª CIRCUNSCRIÇÃO – CARPINA

TERMO DE DECLARAÇÃO PRESTADO POR: WASHINGTON AMORIM DE LIMA SILVA. TESTEMUNHA.

Aos **DEZOITO** dias do mês de **SETEMBRO** do ano de **DOIS MIL E DEZOITO (19/09/2018)**, nesta Cidade de **CARPINA** Estado de Pernambuco, e, no **SETOR DE CARTÓRIO DA DELEGACIA DE POLÍCIA DA 45ª CIRCUNSCRIÇÃO**, onde presente se encontrava a **DELEGADA DE POLÍCIA – BÁRBARA ALICE FORT DOS SANTOS**, comigo, Escrivã ao seu cargo, ao final assinado, aí compareceu o(a) Sr(a): **WASHINGTON AMORIM DE LIMA SILVA**, RG não apresentado, brasileiro(a), nascido(a) em 13/07/1994, filho(a) de Marcelo Amorim de Silva e Angelita Maria de Lima Silva, natural de Paudalho/PE, residente no Rua Padre Cícero Romão, nº 25, Centro, Lagoa do Carro/PE. Fone: não informado. Aos costumes, disse nada. Inquirido pela Autoridade passou a declarar o seguinte: **QUE**, afirma que é sobrinho da vítima, **MARIA JOSÉ CORREIA**, e no dia 17.08.2018, por volta das 09h00min, estava pilotando sua motocicleta na rodovia PE-90, se deslocando no sentido Lagoa do Carro/PE – Carpina/PE, e quando estava passando nas proximidades da comunidade de Vassouras, percebeu que uma caminhonete de cor branca passou em alta velocidade, cortando o declarante e outros veículos; **QUE**, logo depois, na comunidade de Aparecida, já nesta cidade de Carpina, viu que havia acabado de acontecer uma atropelamento, e parou para ver, quando viu que a vítima se tratava da sua tia, **MARIA JOSÉ**; **QUE**, ela estava muito machucada na cabeça, mas ainda estava consciente e conseguia falar; **QUE**, o motorista da caminhonete que causou o atropelamento estava no local, e o irmão da vítima, **ROMILDO**, também estava lá; **QUE**, **ROMILDO** estava muito nervoso e disse que eles estavam indo visitar um primo deles que mora em Aparecida, nesta cidade, e que haviam descido da Kombi e estavam atravessando a rodovia; **QUE**, **MARIA JOSE** foi levada com vida para o hospital da Restauração, mas entrou em óbito dois dias depois do acidente; **QUE**, acredita que o motorista da caminhonete estava dirigindo em alta velocidade, pois além dele ter passado antes pelo declarante correndo muito, o atropelamento ocorreu em uma subida e num local em que havia duas faixas para quem estava trafegando no sentido dele e do depoente. Lido e achado conforme, mandou a Autoridade encerrar o presente Termo, que o assina com o Depoente e comigo, Escrivão, que o digitei.

DELEGADA DE POLÍCIA

DEPOENTE: *Washington Amorim de Lima Silva*

ESCRIVÃ DE POLÍCIA: *[Assinatura]*



ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 424558 - AGF AVENIDA GETULIO VARGAS
OLINDA - PE
CNPJ...: 03117161000158 Ins Est.: 050950002

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente.....: SEGURADORA LIDER CONSOR SEGU
CNPJ/CPF.....: 09240608000104
Doc. Post.....: 313799440
Contrato...: 9912280636 Cod. Adm.: 11205709
Cartao...: 62267655

Movimento...: 12/02/2019 Hora.....: 14:48:11
Caixa.....: 90371571 Matrícula...: 0798****
Lancamento...: 005 Atendimento: 00053
Modalidade...: A Faturar ID Tiquete...: 1598721162

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SEGURO DPVAT ATE 30	1	23,26*
Valor do Porte(R\$)...	23,26	
Peso real (G).....	242	
CNPJ/CPF Remet : 28577701468		
Nome Remetente...: MARISELMA ALEIXO DE MORAES		
Endereco Remet...: RUA FRANCISCO ANTONIO DA S		
Cont Endereco...: ILVA,283 - CENTRO		
Cep Remetente...: 55820-000		
Cidade Remet...: LAGOA DO CARRO		
UF Remet.....: PE		
POSTAL RESPOSTA DPV	1	29,00+
Valor do Porte(R\$)...	29,00	
Cep Destino: 20091-205 (RJ)		
Peso real (G).....	242	
OBJETO.....: DY094122495BR		
=====		
=====		

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 52,26

Valor Declarado não solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor,
utilize o serviço adicional de valor declarado

A FATURAR

Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima
prestado(s), o(s) qual(is) pagarei mediante
apresentação de fatura. Os valores constantes
desta comprovante poderão sofrer variações de
acordo com as cláusulas contratuais
Nome: RG:

Ass. Responsável.....

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-IEI 6530/78

Ganhe tempo!
Baixe o APP de Pré-Atendimento dos Correios
Tenha sempre em mãos o número do ID Tiquete
desta comprovante, para eventual contato com
os Correios.

DATA DE EMISSÃO SARA 7.8.02



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato por mim abaixo assinado:

OUTORGANTE: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA, brasileiro, solteiro, agricultor, nascido em 16.06.1984 na cidade de Recife/PE, filho de: Derivaldo Beijamim de Oliveira e Maria José Correia, portador da Carteira de Identidade RG nº 6.921.672 SDS/PE, inscrito no CPF sob o nº 063.672.874-93 residente e domiciliado na Rua Quatorze, Nº236, Loteamento José Fernando Lobo (Próximo a Creche) Lagoa do Carro – PE, com celular: 97305-9964, **constituo e nomeio os bastantes procuradores:**

OUTORGADA: Dra. MARISELMA ALEIXO DE MORAES, Advogada inscrita na OAB/PE 26.376 com endereço para intimações: Rua Antônio Francisco da Silva, Nº258, Centro (Sala dentro da Prefeitura de Lagoa do Carro) Lagoa do Carro- PE. **Celulares: Dra. Mariselma 81 98145 1962 – 81 99828 3943 - 81 99434 2801.**

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula *ad juditia et extra*, para o foro em geral, especialmente para **REPRESENTAR OS INTERESSES DO OUTORGANTE PERANTE A SEGURADORA LIDER, ADMINISTRADORA DO SEGURO DPVAT** podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato Representar o Outorgante, promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, **propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e/ou judiciais em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, ou Repartição Pública em Território Nacional.**

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga a outorgada acima descrita, os poderes especiais para **RECEBER O SEGURO DPVAT REFERENTE A MORTE POR ACIDENTE DA GENITORA DO OUTORGANTE EM CONTA BANCÁRIA.**

Lagoa do Carro/PE, 11 de Fevereiro de 2019.

Parto

DeYkisson Beijamim Correia


Outorgante



Registro Civil das Pessoas Naturais
Rua Jamilson Correia de Melo
Reconheço por autenticidade a firma indicada
LEWYSSON BENJAMIN GOMES
que confere a c/c padrão desta serventia. Dou
fé.
Lagoa do Carro, 11 de fevereiro de 2019 12:26:18.
Em st. verídica
Thiago Victor de Souza C. Ribeiro (escriturante)
Valor Total R\$ 4,65
Selo: 6074492.HBA01701902.00317



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder das
Condicionais do Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0067312/19

Número do Sinistro: 3190168217

Vítima: MARIA JOSE CORREIA

CPF: 398.274.704-00

Seguradora: ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A

Data do acidente: 17/08/2018

CPF de: Próprio

Titular do CPF: MARIA JOSE CORREIA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência

Outros

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA : 063.672.874-93

Autorização de pagamento

Comprovante de residência

Declaração de únicos herdeiros

Outros



ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização de morte por acidente ocorrido a partir de 29.12.2006 é de R\$ 13.500,00. Metade desse valor é pago ao cônjuge ou companheiro/a, se houver, e metade aos herdeiros legais da vítima. Havendo mais de um herdeiro, a cota é dividida entre eles, no quanto couber a cada um.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 09/04/2019

Nome: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

CPF: 063.672.874-93

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 09/04/2019

Nome: ANTONIO CLAUDIO DA SILVA ARAUJO

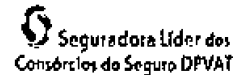
CPF: 134.037.047-69

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

ANTONIO CLAUDIO DA SILVA ARAUJO



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0067312/19

Número do Sinistro: 3190168217

Vítima: MARIA JOSE CORREIA

Data do acidente: 17/08/2018

CPF: 398.274.704-00

CPF de: Próprio

Titular do CPF: MARIA JOSE CORREIA

Seguradora: ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Outros

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA : 063.672.874-93

Autorização de pagamento

Comprovante de residência

Declaração de únicos herdeiros

Outros



ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização de morte por acidente ocorrido a partir de 29.12.2006 é de R\$ 13.500,00. Metade desse valor é pago ao cônjuge ou companheiro/a, se houver, e metade aos herdeiros legais da vítima. Havendo mais de um herdeiro, a cota é dividida entre eles, no quanto couber a cada um.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de cancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 15/07/2019
Nome: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA
CPF: 063.672.874-93

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 15/07/2019
Nome: Alexandre Tavares Belfort
CPF: 024.208.707-86

Alexandre Tavares Belfort



ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 424558 - ACF AVENIDA GETULIO VARGAS - PE
OLINDA
CNPJ....: 03117161000158 Ins Est.: 050050002

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente.....: SEQUADORA LIDER CONSOR SEGU
CNPJ/CPF.....: 09240608000104
Doc. Post.....: 319821472
Contrato....: 9912280636 Cod. Adm.: 11205709
Cartao....: 62267655

Movimento...: 01/04/2019 Hora.....: 10:06:41
Caixa.....: 31025001 Matrícula...: 1193*****
Lancamento...: R\$7 Atendimento: 00014
Modalidade...: A Faturar ID Tiquete...: 1621381919

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SEGURO DPVAT ATE 30	1	23,26+
Valor do Porte(R\$)...	23,26	
Peso real (G).....	54	
CNPJ/CPF Remet : 28577701464		
Nome Remetente : KANIELMA A. MORAES		
Endereço Remet : RUA LOTEAMENTO JOSE FERNAN		
Cont Endereço...: DO LOBRO, 14 236 - CENTRO		
Cep Remetente...: 55820-000		
Cidade Remet....: LAGOA DO CARRO		
UF Remet.....: PE		
POSTAL RESPOSTA DPV	1	29,00+
Valor do Porte(R\$)...	29,00	
Cep Destino: 28031-205 (RJ)		
Peso real (G).....	64	
OBJETO.....: 0Y1476185538R		

TOTAL DO ALENTOIMENTO(R\$) 52,26

Valor Declarado não solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor,
utilize o serviço adicional de valor declarado

A FATURAR

Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima
prestado(s), o(s) qual(is) pagarei mediante
apresentação da fatura. Os valores constantes
deste comprovante poderão sofrer variações de
acordo com as cláusulas contratuais

Ass. Responsável.....

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78



Para mais esclarecimentos, acesse o site www.seguradorafidel.com.br ou entre em contato através de um dos números abaixo:
Central de Atendimento (para consultas sobre indenizações e prêmios): Capitais e regiões metropolitanas: 4020-1596 / Outras regiões: 0800 022 12 04 / Das 8h às 20h
SAC (para dúvidas e reclamações): 0800 022 8189
SAC (para deficientes auditivos e de fala): 0800 022 12 06
Ouvidoria: 0800 021 91 35

INSTRUÇÕES IMPORTANTES:

1. Necessário o preenchimento completo de todos os dados, sem rasuras e de forma legível.
2. Os nomes da vítima e dos beneficiários deverão ser informados completos e sem abreviações.
3. Informar a quantidade de filhos, pais e avós vivos e falecidos, * nascituros (aquele que está sendo gerado, mas ainda não nasceu).
4. Os beneficiários/vítimas com idade entre 0 e 15 anos ou o incapaz com curador deverão ser representados pelos pais, tutor ou curador. A declaração deverá ser preenchida com os dados dos beneficiários/vítimas e assinada somente pelo representante legal.
5. Os beneficiários/vítimas com idade entre 16 e 17 anos deverão ser assistidos pelos pais ou tutor. A declaração deverá ser preenchida com os dados dos beneficiários/vítimas e assinada pelos beneficiários/vítimas e, também, por seu assistente legal, devidamente identificado por meio dos respectivos documentos.
6. Em caso de indenização por morte com mais de um beneficiário, preencher um formulário para cada beneficiário.



DPVAT

ENDEREÇO DESTINÁRIO:

CAIXA POSTAL 40.970

CEP: 20270-971



AR



REMENTENTE:

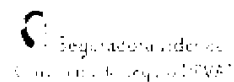
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

**ENDEREÇO: RUA 14, N° 236, LOTEAMENTO JOSÉ FERNANDO LOBO, LAGOA
DO CARRO/PE**

CEP: 55820-000



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0067312/19

Número do Sinistro: 3190168217

Vítima: MARIA JOSE CORREIA

CPF: 398.274.704-00

Seguradora: ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A

Data do acidente: 17/08/2018

CPF de: Próprio

Titular do CPF: MARIA JOSE CORREIA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Outros

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA : 063.672.874-93

Autorização de pagamento

Comprovante de residência

Declaração de únicos herdeiros

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização de morte por acidente ocorrido a partir de 29.12.2006 é de R\$ 13.500,00. Metade desse valor é pago ao cônjuge ou companheiro/a, se houver, e metade aos herdeiros legais da vítima. Havendo mais de um herdeiro, a cota é dividida entre eles, no quanto couber a cada um.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 15/07/2019
Nome: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA
CPF: 063.672.874-93

Responsável pelo cadastramento na seguradora

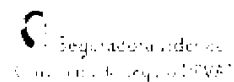
Data do cadastramento: 15/07/2019
Nome: Alexandre Tavares Belfort
CPF: 024.208.707-86

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

Alexandre Tavares Belfort



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0067312/19

Vítima: MARIA JOSE CORREIA

CPF: 398.274.704-00

Seguradora: ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A

Data do acidente: 17/08/2018

CPF de: Próprio

Titular do CPF: MARIA JOSE CORREIA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Certidão de nascimento
Certidão de óbito
Comprovação de ato declaratório
Documentos de identificação
Outros

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA : 063.672.874-93

Autorização de pagamento
Certidão de nascimento
Comprovante de residência
Documentos de identificação

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização de morte por acidente ocorrido a partir de 29.12.2006 é de R\$ 13.500,00. Metade desse valor é pago ao cônjuge ou companheiro/a, se houver, e metade aos herdeiros legais da vítima. Havendo mais de um herdeiro, a cota é dividida entre eles, no quanto couber a cada um.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 22/02/2019
Nome: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA
CPF: 063.672.874-93

Responsável pelo cadastramento na seguradora

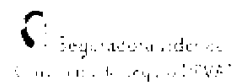
Data do cadastramento: 22/02/2019
Nome: DAIANE SANTOS BARBOZA
CPF: 124.570.097-90

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

DAIANE SANTOS BARBOZA



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0067312/19

Número do Sinistro: 3190168217

Vítima: MARIA JOSE CORREIA

CPF: 398.274.704-00

Seguradora: ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A

Data do acidente: 17/08/2018

CPF de: Próprio

Titular do CPF: MARIA JOSE CORREIA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência

Outros

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA : 063.672.874-93

Autorização de pagamento

Comprovante de residência

Declaração de únicos herdeiros

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização de morte por acidente ocorrido a partir de 29.12.2006 é de R\$ 13.500,00. Metade desse valor é pago ao cônjuge ou companheiro/a, se houver, e metade aos herdeiros legais da vítima. Havendo mais de um herdeiro, a cota é dividida entre eles, no quanto couber a cada um.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 09/04/2019
Nome: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA
CPF: 063.672.874-93

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 09/04/2019
Nome: ANTONIO CLAUDIO DA SILVA ARAUJO
CPF: 134.037.047-69

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

ANTONIO CLAUDIO DA SILVA ARAUJO





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 01 de Março de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190168217

Vítima: MARIA JOSE CORREIA

Data do Acidente: 17/08/2018

Cobertura: MORTE

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para a cobertura de Morte, o valor da indenização é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e será pago aos legítimos beneficiários da vítima definidos em lei.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01456/01456 - carta_01 - MORTE

00010728

Carta nº 14014270





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 01 de Março de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190168217

Vítima: MARIA JOSE CORREIA

Data do Acidente: 17/08/2018

Cobertura: MORTE

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento incompleto(a), necessário apresentar o documento completo sem rasuras ou abreviações.

Comprovante de residência incompleto(a), necessário apresentar o documento completo sem rasuras ou abreviações.

Declaração de únicos herdeiros não enviado(a), não acusamos o recebimento do documento, necessário apresentar.

Boletim de ocorrência ilegível, o documento não permite a leitura das informações, necessário apresentar.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01995/01996 - carta_03 - MORTE

00030998



Carta nº 14016224





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 18 de Abril de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190168217

Vítima: MARIA JOSE CORREIA

Data do Acidente: 17/08/2018

Cobertura: MORTE

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento incorreto(a), necessário verificar as informações e apresentar o documento com os dados corretos.

Comprovante de residência incorreto(a), necessário verificar as informações e apresentar o documento com os dados corretos.

Declaração de únicos herdeiros não enviado(a), não acusamos o recebimento do documento, necessário apresentar.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01921/01922 - carta_03 - MORTE

00050961



Carta nº 14208799





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 02 de Agosto de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190168217

Vítima: MARIA JOSE CORREIA

Data do Acidente: 17/08/2018

Cobertura: MORTE

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Recebedor: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

Valor: R\$ 6.750,00

Banco: 104

Agência: 000001242

Conta: 0000075970-9

Tipo: CONTA POUPANÇA

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01483/01484 - carta_12 - MORTE

00020742



Autorização de pagamento



AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário com 16 ou 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASI

CPI da Vítima

398274.704-00

Nome completo da vítima

Maria José Correia

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo Deykisson Benjamin Correia		CPF titular da conta 063672874-93	Profissão
Endereço Rua 14 nº 336	Número 336	Complemento Casa	
Bairro Botequento José F. Lôbo	Idade Laquea do carro	Estado PE	CEP 55890.000
E-mail			Telefone (DDD) 973059964

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima, Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

<input type="checkbox"/> RLCUSO INFORMAR	<input type="checkbox"/> SLR RENDA	<input type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
<input type="checkbox"/> R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00	<input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$ 10.000,00
<input type="checkbox"/> CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) <input type="checkbox"/> BRADESCO (237) <input type="checkbox"/> BANCO DO BRASIL (001) <input type="checkbox"/> ITAÚ (341) <input type="checkbox"/> CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)		<input type="checkbox"/> CONTA CORRENTE (todos os bancos)	
AGÊNCIA NRO	DV	CONTA NRO	DV
(Informar dígito se existir)		(Informar dígito se existir)	

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

Recife 12 de fevereiro de 2019

Local e data

X Deykisson Benjamin Correia

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

FAPPE.001 V003/2017



PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAME (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☐ INVALIDEZ PERMANENTE ☒ MORTE

Nº do sinistro ou ASL: _____ CPF da vítima: _____ Nome completo da vítima: _____

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

Nome completo: JOSE LOMBEIRO CPF: 063642876-93

Profissão: _____ Endereço: _____ Número: _____ Complemento: _____

Bairro: OUTEIRO Cidade: LAGOAS DO CARMO Estado: PE CEP: 55200000

E-mail: PMF84219@GMAIL.COM Tel.(DDD): _____

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

RENDA MENSAL:

☐ RECUSO INFORMAR ☐ ATÉ R\$1.000,00 ☐ R\$3.001,00 ATÉ R\$5.000,00 ☐ R\$7.001,00 ATÉ R\$10.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$3.000,00 ☐ R\$5.001,00 ATÉ R\$7.000,00 ☐ ACIMA DE R\$10.000,00

DADOS BANCÁRIOS DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO - ASSINALE UMA OPÇÃO DE CONTA

☐ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)
☐ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)

☒ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO: _____

AGÊNCIA: _____ CONTA: _____
(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

AGÊNCIA: _____ CONTA: _____
(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

- ☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

Estado civil da vítima: ☒ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo Data do óbito da vítima: _____

Grau de Parentesco com a vítima: _____ Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo: _____

Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não Se tinha filhos, informar quantos: _____ Vítima deixou nascituro (vai nascer)? ☐ Sim ☐ Não Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado

Local e data, União 12/02/19
Nome: _____
CPF: _____

TESTEMUNHAS

1º Nome: _____
CPF: _____

Assinatura

2º Nome: _____
CPF: _____

Assinatura

(*) Assinatura de quem assina A ROGO

Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

Assinatura do representante legal (se houver)

Assinatura do Procurador (se houver)

(*) A vítima/beneficiário não alfabetizado deverá escolher outra pessoa alfabetizada, maior e capaz, para preencher e assinar o presente formulário, A SEU ROGO, na presença de 2 (duas) testemunhas maiores e capazes, comprometendo-se a dar-lhe ciência do inteiro teor do conteúdo, antes do preenchimento e assinatura. NECESSÁRIO ANEXAR CÓPIA DA IDENTIDADE, CPF E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DE TODOS.

FOR 001 V001/2018



Para mais esclarecimentos, acesse o site www.seguradorafider.com.br ou entre em contato através de um dos números abaixo:
Central de Atendimento (para consultas sobre indenizações e prêmios): Capitais e regiões metropolitanas: 4020-1596 / Outras regiões: 0800 022 12 04 / Das 8h às 20h
SAC (para dúvidas e reclamações): 0800 022 8189
SAC (para deficientes auditivos e de fala): 0800 022 12 06
Ouvidoria: 0800 021 91 35

INSTRUÇÕES IMPORTANTES:

1. Necessário o preenchimento completo de todos os dados, sem rasuras e de forma legível.
2. Os nomes da vítima e dos beneficiários deverão ser informados completos e sem abreviações.
3. Informar a quantidade de filhos, pais e avós vivos e falecidos, *nascituros (aquele que está sendo gerado, mas ainda não nasceu).
4. Os beneficiários/vítimas com idade entre 0 e 15 anos ou o incapaz com curador deverão ser representados pelos pais, tutor ou curador. A declaração deverá ser preenchida com os dados dos beneficiários/vítimas e assinada somente pelo representante legal.
5. Os beneficiários/vítimas com idade entre 16 e 17 anos deverão ser assistidos pelos pais ou tutor. A declaração deverá ser preenchida com os dados dos beneficiários/vítimas e assinada pelos beneficiários/vítimas e, também, por seu assistente legal, devidamente identificado por meio dos respectivos documentos.
6. Em caso de indenização por morte com mais de um beneficiário, preencher um formulário para cada beneficiário.





PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☐ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

Nº do sinistro ou ASL: 3190168217 CPF da vítima: 398.274.704-00 Nome completo da vítima: Maria José Correia

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

Nome completo: Deukisson Benjamin Correia CPF: 063.672.874-93

Profissão: agricultor Endereço: Rua: Duarte de Número: 236 Complemento:

Bairro: Lotamente José Fernando da Lagoa do Carro Estado: PE CEP: 55820-000

E-mail: Tel. (DDD): 8197305-9964

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

RENDAS MENSAL: ☐ RECLUSO INFORMAR ☒ ATÉ R 1.000,00 ☐ R 3.001,00 ATÉ R 5.000,00 ☐ R 7.001,00 ATÉ R 10.000,00

☐ SEM RENDA ☐ R 1.001,00 ATÉ R 3.000,00 ☐ R 5.001,00 ATÉ R 7.000,00 ☐ ACIMA DE R 10.000,00

DADOS BANCÁRIOS DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO - ASSINALE UMA OPÇÃO DE CONTA

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237)

☐ Itaú (341)

☐ Banco do Brasil (001)

☒ Caixa Econômica Federal (104) OP. 013

☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO:

AGÊNCIA: 1242 CONTA: 00075970 (Informar o dígito se existir)

AGÊNCIA: CC (Informar o dígito se existir)

Autorização de pagamento

(Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou

☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

Estado civil da vítima: ☒ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo Data do óbito da vítima:

Grau de Parentesco com a vítima: Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☒ Não Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

Vítima teve filhos? ☒ Sim ☐ Não Se tinha filhos, informar quantos: Vítima deixou nascituro (vai nascer)? ☐ Sim ☒ Não Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☒ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

Local e Data, Nome: CPF: 063.672.874-93

(*) Assinatura de quem assina A ROGO

Deukisson Benjamin Correia Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

Assinatura do Representante Legal (se houver)

Assinatura do Procurador (se houver)

TESTEMUNHAS

1ª Nome:

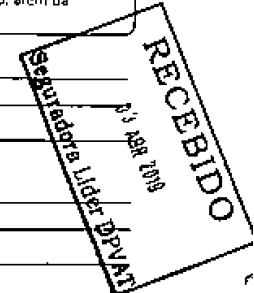
CPF:

Assinatura

2ª Nome:

CPF:

Assinatura



(*) A vítima/beneficiário não alfabetizado deverá escolher outra pessoa alfabetizada, maior e capaz, para preencher e assinar o presente formulário, A SEU ROGO, na presença de 2 (duas) testemunhas maiores e capazes, comprometendo-se a dar-lhe ciência do inteiro teor do conteúdo, antes do preenchimento e assinatura. NECESSÁRIO ANEXAR CÓPIA DA IDENTIDADE, CPF E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DE TODOS.

FPS.001 V001/2018

Para mais esclarecimentos, acesse o site www.seguradoralider.com.br ou entre em contato através de um dos números abaixo:
Central de Atendimento (para consultas sobre indenizações e prêmios): Capitais e regiões metropolitanas: 4020-1596 / Outras regiões: 0800 022 12 04 / Das 8h às 20h
SAC (para dúvidas e reclamações): 0800 022 8189
SAC (para deficientes auditivos e de fala): 0800 022 12 06
Ouvidoria: 0800 021 91 35

INSTRUÇÕES IMPORTANTES:

1. Necessário o preenchimento completo de todos os dados, sem rasuras e de forma legível.
2. Os nomes da vítima e dos beneficiários deverão ser informados completos e sem abreviações.
3. Informar a quantidade de filhos, pais e avós vivos e falecidos, * nascituros (aquele que está sendo gerado, mas ainda não nasceu).
4. Os beneficiários/vítimas com idade entre 0 e 15 anos ou o incapaz com curador deverão ser representados pelos pais, tutor ou curador. A declaração deverá ser preenchida com os dados dos beneficiários/vítimas e assinada somente pelo representante legal.
5. Os beneficiários/vítimas com idade entre 16 e 17 anos deverão ser assistidos pelos pais ou tutor. A declaração deverá ser preenchida com os dados dos beneficiários/vítimas e assinada pelos beneficiários/vítimas e, também, por seu assistente legal, devidamente identificado por meio dos respectivos documentos.
6. Em caso de indenização por morte com mais de um beneficiário, preencher um formulário para cada beneficiário.



loterias CAIXA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

SAC 0800 726 0101
OUVIDORIA 0800 725 7474

16/MAR/2019

HORA DE 08:37:25

COT. 15.011795-7

TERM 010650

LOCALIDADE: LAGOA DO CARRO
AG. VINCULADA: 1242

~~1242 013 00075970-9~~

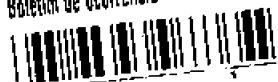
DEPOSITO NAO EFETIVADO

loterias CAIXA

Agência 1242
Operação: 013
Conta Poupança: 000 75970-9.
Caixa Econômica



புலிமேல் ௨6 ஓர் அரண்மனை



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 18E0334001035

ATROPELAMENTO COM VITIMA FATAL - Culposo (Consumado) que aconteceu no dia 17/8/2018 às 12:00

RECEBIDO
01/06/2014
Seguradora Lider DPVAT

DESCONHECIDO (AUTOR) AGENTE)
DEYSSON BELJANIN CORREIA (NOTICIANTE)
MARIA JOSE CORREIA (VITIMA)

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): DESCONHIDO

MARIA JOSE CORREIA (não presente ao plantão) - NIC: 082582 Sexo: Feminino (Mãe: JOVELINA MARIA CORREIA PER
JOSE LUIZ CORREIA Data de Nascimento: 7/4/1960 Nacionalidade: GARIFA / PORTUGUÊS / BRASIL Documentação:
2588892/SDG/PE (RG), 39827470400 (CPF) Estado Civil: AMASIADO(A) Escolaridade: 1º. GRAU INCOMPLETO Profissão:
AGRICULTORA(A)

CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - LAGOA DO CARRO/PERNAMBUCO/BRASIL

DEYNISSON BEJAMIM CORREIA (presente no plantão) - Sexo: Masculino Mãe: MARIA JOSE CORREIA Pai: DEIVALDO BEJAMIM DE OLIVEIRA Data de Nascimento: 10/04/1984 Naturalidade: RECIFE / PERNAMBUCO / BRASIL Documento: 09216723DSPE (RG), 06367287403 (CPF) Estado Civil: SOLTEIRO(A) Escolaridade: 1º. GRAU INCOMPLETO Profissão: AGRICULTOR(A) Telefones Celulares: + 81973055564

Endereço Residencial: **MUNICÍPIO DE LAGOA DO CARRO, 1. FAZENDA SOLEDADE-CENTRO, LAGOA DO CARRO-PE. - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - LAGOA DO CARRO/PERNAMBUCO-BRASIL**

DESCONHECIDO (não presente no plantão) - Sexo: Masculino Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL Estado Civil: DESCONHECIDO Escolaridade: DESCONHECIDO

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

CAMINHONETE (VEICULO) de propriedade do(s) Sr(a) DESCONHECIDO, que estava em posse do(a) Sr(a):

DESCONECTADO
 Categoria: Mergulhador. CAENHONETE VW NÃO INFORMADO Objeto apreendido: Não



18/01/2023 14:00:00

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 13/03/2020 10:40:08
<https://pje.tje.jus.br:443/1/g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031310400868500000058227403>
 Número do documento: 20031310400868500000058227403

Num. 59209323 - Pág. 67

21/03/2018

Boletim de Ocorrência

Localidade: (UNIDADE NÃO INFORMADA)


Placa: KKD7682 (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)

Modelo: CARTEMINHETE

Complemento / Observação

SEGUNDO RELATO DO NOTICIANTE E FILHO DA VÍTIMA, EM 17/03/2018, AS 12:00 HORAS, A VÍTIMA SAIU DE SUA RESIDÊNCIA PARA FAZER UMA VISITA DE ROTINA AO SEU IRMÃO, QUANDO TENTAVA ATRAVESSAR A RODOVIA ESTADUAL, QUE CRUZA O MUNICÍPIO DE CARPINA-PE, UMA CARTEMINHETE DE PLACA KKD-7682-PE, FEZ UMA ULTIMA PASSAGEM PROIBIDA, ATRÓPELOU A VÍTIMA NO ACOSTAMENTO DA RODOVIA, DE IMEDIATO O SEU IRMÃO ACIONOU UMA VIATURA DO SAMU, QUE O SOCORREU PARA BARTERIDADE UNIDADE MSTA DE CARPINA-PE. DEPOIS DOS PRIMEIROS SOCORROS, A VÍTIMA FOI TRANSFERIDA PARA O HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO, QUANDO VIO A OBITO EM 18/03/2018, AS 18:00 HORAS, GUIA DE REMOÇÃO DE CADAVER ASSINADA PELO MÉDICO DR. MARCOS ALCKIN J. CRISPE, 26503, O NOTICIANTE RELATA QUE APESAR DO AUTOR SER CONDUZIDO PARA DELEGACIA DO MUNICÍPIO DE CARPINA PELOS POLICIAIS DA POLICIA MILITAR DE PERNAMBUCO, FOI LIBERADO LOGO EM SEGUIDA.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial


DELKISSON BENJAMIM CORREIA
(NOTICIANTE)

B.O. registrado por: PAULO RICARDO DA SILVA - Matrícula: 3811522



Pendências

o Simistwo já

foi aberto

Simstwo 3190 168217

* Protocolo que pediu novos
doc. 28580421

pendente: nº da conta
e endereço atualizado



Nome RG: 235.7781468 23.26
Endereço: RUA FRANCISCO ANTONIO DA S 242 23.26
Cidade: LAGOA DO CARRO
UF: PE
POSTAL RESPOSTA DPV 1 29.00 29.00
Valor da Porte(R\$) 29.00
Cap Destino: 20031-205 (RJ) 242
Peso real (G) 242
OBJETO: 819941224588

INSTRUMENTO(R\$) 52.26
Considerado não solicitado(R\$)
Valor declarado com valor
adicional de valor declarado

A FATURAR
do(s) serviço(s) ativo
do(s) papel(s) adiantado
Os valores constantes
podem sofrer variações de



Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
59209330	13/03/2020 10:40	KIT_SEGURADORA_LIDER 1	Outros (Documento)

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Time Budgets

Sociedade anônima

Doyle Entrepreneurial

Normal

Nº do Protocolo

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Última Arquivamento:
00003131303 - 18/12/2017

NIRE: 33.3.0028479-4

SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A

Salero(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC90430A9D0

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



REQUERIMENTO




Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:			
	Assinatura:			
	Telefone de contato:			
Data	E-mail:			
	Tipo de documento:			Híbrido
	Data de criação:			24/01/2018
	Data da 1ª entrada:			



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 06-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFADBE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA8081FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 2/13

Para validar o documento acesse http://www.judiciario.jus.br/validar_documento.asp



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59
<https://pje.tjse.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505907300000053756637>
 Número do documento: 19112714505907300000053756637

Num. 54635509 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 13/03/2020 10:40:08
<https://pje.tje.jus.br:443/1/g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031310400882700000058227410>
 Número do documento: 20031310400882700000058227410

Num. 59209330 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

CR *Isabella*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF6FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 3/13



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505907300000053756637>
Número do documento: 19112714505907300000053756637

Num. 54635509 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 13/03/2020 10:40:08
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031310400882700000058227410>
Número do documento: 20031310400882700000058227410

Num. 59209330 - Pág. 2

Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (II) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (I) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

Handwritten signatures

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149053 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFD84B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505907300000053756637>
Número do documento: 19112714505907300000053756637

Num. 54635509 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 13/03/2020 10:40:08
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031310400882700000058227410>
Número do documento: 20031310400882700000058227410

Num. 59209330 - Pág. 3

7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas.
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 5/13



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505907300000053756637>
Número do documento: 19112714505907300000053756637

Num. 54635509 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 13/03/2020 10:40:08
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031310400882700000058227410>
Número do documento: 20031310400882700000058227410

Num. 59209330 - Pág. 4

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 8/13	



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505907300000053756637>
Número do documento: 19112714505907300000053756637

Num. 54635509 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 13/03/2020 10:40:08
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031310400882700000058227410>
Número do documento: 20031310400882700000058227410

Num. 59209330 - Pág. 5

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8F8740F233E496AFDA30E1F88	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/ , informe o nº de protocolo: Pág. 10/13	



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505907300000053756637>
Número do documento: 19112714505907300000053756637

Num. 54635509 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 13/03/2020 10:40:08
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031310400882700000058227410>
Número do documento: 20031310400882700000058227410

Num. 59209330 - Pág. 6



4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300264796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002859803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505907300000053756637>
Número do documento: 19112714505907300000053756637

Num. 54635509 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 13/03/2020 10:40:08
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031310400882700000058227410>
Número do documento: 20031310400882700000058227410

Num. 59209330 - Pág. 8



4996508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505907300000053756637>
Número do documento: 19112714505907300000053756637

Num. 54635509 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 13/03/2020 10:40:08
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031310400882700000058227410>
Número do documento: 20031310400882700000058227410

Num. 59209330 - Pág. 9



Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
59209331	13/03/2020 10:40	KIT_SEGURADORA_LIDER 2	Outros (Documento)



4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembléia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembléia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 13/03/2020 10:40:09
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031310400893400000058227411>
Número do documento: 20031310400893400000058227411

Num. 59209331 - Pág. 1

convocada.



4986510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 13/03/2020 10:40:09
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031310400893400000058227411>
Número do documento: 20031310400893400000058227411

Num. 59209331 - Pág. 2



4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 13/03/2020 10:40:09
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031310400893400000058227411>
Número do documento: 20031310400893400000058227411

Num. 59209331 - Pág. 3



4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575165 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 13/03/2020 10:40:09
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031310400893400000058227411>
Número do documento: 20031310400893400000058227411

Num. 59209331 - Pág. 4



4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F. S. Bierwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2018
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 13/03/2020 10:40:09
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031310400893400000058227411>
Número do documento: 20031310400893400000058227411

Num. 59209331 - Pág. 5



4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002956803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 13/03/2020 10:40:09
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031310400893400000058227411>
Número do documento: 20031310400893400000058227411

Num. 59209331 - Pág. 6



4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300264796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86863B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 13/03/2020 10:40:09
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031310400893400000058227411>
Número do documento: 20031310400893400000058227411

Num. 59209331 - Pág. 7

de março de 1967.

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208298B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2015


Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 13/03/2020 10:40:09
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031310400893400000058227411>
Número do documento: 20031310400893400000058227411

Num. 59209331 - Pág. 8

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração à **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

JOSÉ ISMAR ALVES TORRES
DIRETOR PRESIDENTE

HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Reconheço por AUTENTICAÇÃO as firmas de: **MELID BITTON RODRIGUES e JOSE ISMAR ALVES TORRES** (X000005294953)
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.
Em testemunho da verdade.

Paulita Cristina A. D. Gaspar - Aut.
ECLP-06091 Not. ECLP-56832 GRS

https://www3.tiririus.br/sitepublico

Tabelião: **Carlos Alberto Firmino Oliveira**
Rua de Camê, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-3620

AD82B690
008674

Conf. por: **Serventia T. F. FUNDOS**
Total

CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Paulita Cristina A. D. Gaspar
: 3,9% Escravento
: 3784-40062 série 00077 ME
Aut. 20.9.3º Lei 8.936/04



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>
 Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 13/03/2020 10:40:09
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031310400893400000058227411>
 Número do documento: 20031310400893400000058227411

Num. 59209331 - Pág. 9

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora LIDER DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 10



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 13/03/2020 10:40:09
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031310400893400000058227411>
Número do documento: 20031310400893400000058227411

Num. 59209331 - Pág. 10



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807



Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 11



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 13/03/2020 10:40:09
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031310400893400000058227411>
Número do documento: 20031310400893400000058227411

Num. 59209331 - Pág. 11



Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
59218058	13/03/2020 11:45	Intimação	Intimação



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

Avenida Presidente Getúlio Vargas, S/N, SÃO JOSÉ, CARPINA - PE - CEP: 55815-105

3ª Vara Cível da Comarca de Carpina
Processo nº 0002768-46.2019.8.17.2470
AUTOR: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

ATO ORDINATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no Provimento do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco nº 08/2009, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 152, VI, e do art. 203, § 4º ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, intimo o(a)s Autor(a)(es)/Exequente(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar(em)-se sobre a(s) contestação(ões) e documento(s) por ventura anexados, bem como apresentar(em) resposta a(s) reconvenção(ões), caso apresentada(s).

CARPINA, 13 de março de 2020.

AUDINETE MARIA DA SILVA SOUZA
Diretoria Cível do 1º Grau





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
63610057	16/06/2020 21:17	IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO EM PDF ANEXA	Petição

IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO EM PDF ANEXA





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
63610060	16/06/2020 21:17	IMPUGNAÇÃO A CONTESTAÇÃO DPVAT X DEYKSSON	Petição em PDF



Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

MM JUÍZO DA **TERCEIRA VARA** CÍVEL DA COMARCA DE CARPINA/PE

Processo nº: 00027684620198172470

IMPUGNANTE: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

IMPUGNADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A (Ré).

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA, devidamente qualificado nos autos epigrafado, Intermediado por sua mandatária ao final firmado, *Causídica* devidamente constituída, comparece com lhanza e acatamento perante sua Excelência, em cumprimento ao despacho deste Juízo, de **ID 59218058 - Intimação**, dos autos, **IMPUGNAR AS CONTESTAÇÕES** e **DOCUMENTOS juntados**, respectivamente, apresentados pela ré **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, também qualificada, o que faz nos seguintes termos:

DOS ESCLARECIMENTOS INICIAIS:

Alega a ré, ora Contestante:

-

1

Celulares: 81 98145.1962 Oi Wlhatssap / 99434.2801 Claro

E-mail: mariselmaadvogada@bol.com.br

dramariselmamoraesadvogada@gmail.com





Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

“(…) Alega a parte Autora em sua peça vestibular que sua genitora MARIA JOSÉ CORREIA foi vítima de acidente automobilístico ocorrido em 17/08/2018, o que acarretou no seu óbito no dia 19/08/2018 (…)

“(…) No presente caso, **cumpre ressaltar que a parte autora recebeu administrativamente o valor de R\$ 6.750,00** (…)

“(…) **Assim sendo, por entender, equivocadamente, que o valor da indenização corresponde ao valor máximo, ingressou com a presente ação, pleiteando o que entendem ser devido, referente ao Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT** (…)

Ora Excelência, **a ré nada mais diz senão corroborar com as assertivas da exordial.**

É tão absurda a peça contestante, porque em momento algum, o autor recebeu o seguro ora matéria do litígio.

A própria contestação juntou comprovação do pagamento do prêmio no valor de **R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais)**, como afirma em sua contestação, logo, o valor é inferior ao devido.

O VALOR PAGO EQUIVALE APENAS A 01 (UM) DOS FILHOS ALEGANDO QUE A FALECIDA TINHA 02 (DOIS) FILHOS, COMO CONSTA NA CERTIDÃO DE ÓBITO.

A alegação de que a documentação esta incompleta não pode prevalecer porque se foi paga o prêmio no valor do depósito apontado, a mesma documentação serve para o complemento que resta devido.

-

2

Celulares: 81 98145.1962 Oi Wlhatssap / 99434.2801 Claro

E-mail: mariselmaadvogada@bol.com.br

dramariselmamoraesadvogada@gmail.com





Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

No seguir de sua peça contestatória, toda documentação foi acostada pelo autor da demanda enviada pelos correios.

Dai percebe-se a veracidade das alegações do autor, quando afirma que o atendimento por telefone da ré para consigo era deplorável.

Pois, se ao Contestar uma a Ação Judicial em Juízo, as informações prestadas são confusas, imagina Vossa Excelência que tipo de prestação de serviço foi dada ao autor, **pessoa simples e humilde**, informações dadas por telefone.

Todos os documentos foram encaminhados, repetidas vezes, conforme comprovantes de sedex anexos nos autos. E juntadas na contestação oriundas dos envios por parte do autor.

Inclusive a Certidão de óbito do único irmão do autor, informando e comprovando que o **mesmo era solteiro e não deixou filhos**, que sua mãe/genitora, não possuía outros herdeiros, tudo rigorosamente preenchendo os requisitos de exigência da seguradora, informações prestadas mais de uma vez e encaminhadas via correios por **SEDEX**, inclusive cópia do **INQUÉRITO POLICIAL**.

DO DANO MORAL:

O demandante já sofreu muito com a morte de sua genitora, todo o processo, de Delegacia, acompanhar o Inquérito para providenciar toda documentação exigida pela demandante, posteriormente, inúmeras ligações,

-

3

Celulares: 81 98145.1962 Oi Wlhatssap / 99434.2801 Claro

E-mail: mariselmaadvogada@bol.com.br

dramariselmamoraesadvogada@gmail.com





Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

praticamente toda semana telefone para seguradora, é mal atendido não tem resposta.

Quando consegue atendimento ficam mandando encaminhar documentos reconhecer firma no cartório, tendo despesas com postagem, inicialmente o SEDEX foi pago pela demandante, por último não foi custeado pela seguradora o próprio demandante sem condições teve que pagar as postagens. Cada vez que entrava em contado com a demandante era humilhado, por último o mandaram procurar a justiça.

O DEMANDANTE É FILHO ÚNICO, SUA GENITORA NÃO ERA CASADA, NÃO POSSUI OUTRO HERDEIRO. TUDO FOI COMPROVADO NOS AUTOS. FOI ENVIADO CÓPIA DO INQUÉRITO POLICIAL. BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL, CERTIDÃO DE ÓBITO E DOCUMENTOS EXIGIDOS MAIS DE CINCO VEZES.

O **REPARAÇÃO PELO DANO MORAL**, pelo constrangimento, a dor, as noites sem dormir, o desassossego que a contestante causou ao demandante é patente e inquestionável.

A cada ligação telefônica era informado que o autor deveria mandar novamente os mesmos documentos.

Cada atendente dava informações diferentes. Esclarecendo ainda que o autor habilitou Advogada a qual não obteve êxito, pois, as informações não eram dadas a procuradora do autor.

Nos documentos juntados na contestação comprava-se a procuração da Advogada e mesmo assim fora negada as informações à procuradora constituída pelo autor.

-

4

Celulares: 81 98145.1962 Oi Wlhatssap / 99434.2801 Claro

E-mail: mariselmaadvogada@bol.com.br

dramariselmamoraesadvogada@gmail.com





Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

Os IDs nos autos constam as documentações encaminhadas à seguradora.

QUAL O DOCUMENTO QUE A RÉ TRAZ AOS AUTOS PARA COMPROVAR QUE A AUTOR NÃO COMPROVA SUA VERSÃO?

O dano moral é patente e não há o se discutir. O dano causado a autora, o dessabor, a revolta, a humilhação, ficar na porta da loja esperando abrir, ser tratada de forma humilhante quando retornou para reclamar da inclusão de seguro de não havia contratado entre outros serviços por só já denota o dano moral.

DO DIREITO •

LEI Nº 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974.

Dispõe sobre **Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre**, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Conforme a legislação da matéria é devido ao herdeiro o valor de:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).

-

5

Celulares: 81 98145.1962 Oi Wlhatssap / 99434.2801 Claro

E-mail: mariselmaadvogada@bol.com.br

dramariselmamoraesadvogada@gmail.com





Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

- a) (revogada);
(Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)
- b) (revogada);
(Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)
- c) (revogada);
(Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

Com isso, torna-se notório seu direito de receber a importância de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte** correspondente à morte de sua genitora.

DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Diante do exposto, tudo suprido pelo notável saber jurídico de Vossa Excelência requer-se:

Ratificando na íntegra o contido na exordial, requer digno-se Vossa Excelência em considerar **TOTALMENTE IMPROCEDENTES OS PEDIDOS E ALEGAÇÕES** formulados pelos Impugnados em suas contestações, julgando **TOTALMENTE PROCEDENTE** a presente nos termos da na peça inaugural.

N.T.P.D - Recife/PE - 16.06.2020.

Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

Advogada OAB/PE 26.376

-

6

Celulares: 81 98145.1962 Oi Wlhatssap / 99434.2801 Claro

E-mail: mariselmaadvogada@bol.com.br

dramariselmamoraesadvogada@gmail.com





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
63610071	16/06/2020 21:33	JUNTADA DA CERTIDÃO DE ÓBITO DO IRMÃO DO AUTOR	Petição

JUNTADA DA CERTIDÃO DE ÓBITO DO IRMÃO DO AUTOR





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
63610072	16/06/2020 21:33	CERTIDÃO D E ÓBITO DO IRMÃO DO AUTOR	Documento de Identificação

CERTIDÃO DE ÓBITO DO IRMÃO DO AUTOR

CNPJ: 05.115.708/0001-01
 CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS
 2º DISTRITO - LAGOA DO CARRO - PE
 E-mail: 2crlagoadoocarro.creuz@gmail.com



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
Certidão de Óbito

NOME: **LUIZ HENRIQUE DE ALBUQUERQUE**
 MATRÍCULA: 074492 01 55 2018 4 00022 285 0002961 01

SEXO Masculino	COR Parda	ESTADO CIVIL E GRAU Solteiro, 27 anos
CAUSA DA MORTE Ôlinda - PE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO RG Nº 8611820 SEDS/SDS/PE emitido em 29/07/2009, Título de eleitor Nº 096874630850 zona 020 seção 0203 da cidade de LAGOA DO CARRO PE emitido em 27/11/2017. CTPS Nº 00433 Série 00104-PE emitido em 29/07/2009	
PRÉLACIO DE RESIDÊNCIA Filho de LUIZ HENRIQUE MARINHO DE ALBUQUERQUE e de MARIA JOSÉ CORREIA. Residência do falecido: Rua Maria de Fatima da Silva, nº 243 Centro, Lagoa do Carro - PE		
DATA E HORA DO FALECIMENTO Trinta e um de dezembro de dois mil e dezessete, hora ignorada.		DIA 31
LOCAL DO FALECIMENTO LOTEAMENTO LIMEIRINHA, LAGOA DO CARRO PE		MES 12
CAUSA DA MORTE CHOQUE DECORRENTE DE FERIMENTOS TRANSFIXANTES DO TRONCO, PRODUZIDOS POR INSTRUMENTOS PERFURO CONTUNDENTES		ANO 2017
LOCAL DE ENTERRAMENTO CEMITÉRIO DE LAGOA DO CARRO - PE	DECLARANTE MARIA JOSÉ CORREIA, nacionalidade Brasileira, RG Nº 2538862 SDS PE, profissão Agricultora, estado civil solteira, Residente na Invasão Soledade s/n prox. ao Salão da Rose, Centro Lagoa do Carro-PE, mãe do falecido	
NOME E Nº DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO QUE ATTESTA O ÓBITO Drº CLEOMADSON N. FERRAZ FILHO - CRM 8646		
OBSERVAÇÕES - ANOTAÇÕES Ato registrado no livro C-22, às folhas 285 sob o nº 2961. Data do registro: 3 de janeiro de 2018. Data do óbito: 31 de dezembro de 2017. Profissão do falecido: AJUDANTE DE PEDREIRO. Era portador do título de eleitor nº 006874630850, Zona 020, Seção 0203. Não deixou bens nem testamento, não era reservista, era eleitor, não deixou filhos. Digitado por Thiago Victor - Sicas:0008112188: Isento de Emolumentos		
Nome do Oficial Registro Civil e Único de Notas Oficial Registrador Creuza Maria de Souza Belo Município/UF Lagoa do Carro-PE Endereço RUA JANILSON CORREIA DE MELO, Nº 365, CENTRO, CEP 55.820-000 e-MAIL: 2crlagoadoocarro.creuz@gmail.com "Selo: 0074492.HZF03201701.01111 Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital."		O conteúdo da certidão é verdadeiro, Dou fé. Lagoa do Carro-PE, 3 de janeiro de 2018.
		 OFICIAL(A) DO REGISTRO CIVIL Maria Josiane da Silva Souza Substituta

AAA070350





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
63753512	19/06/2020 10:55	Despacho	Despacho



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

3ª Vara Cível da Comarca de Carpina

Avenida Presidente Getúlio Vargas, S/N, SÃO JOSÉ, CARPINA - PE - CEP: 55815-105 - F:(81) 36228638

Processo nº **0002768-46.2019.8.17.2470**

AUTOR: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

DESPACHO

Faculto às partes o prazo de 05 dias para, sob pena de preclusão, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e a utilidade dos requerimentos, tendo em vista o disposto no art. 370 do NCPC.

Na hipótese de prova documental, advirto, desde já, que somente será permitida a juntada de documento novo nas hipóteses elencadas no art. 435 do NCPC.

Após, retornem-me os autos conclusos.

Cumpra-se.

CARPINA, 19 de junho de 2020.

Mariana Vieira Sarmento
Juíza de Direito





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
64425313	09/07/2020 13:05	CUMPRIMENTO DE DESPACHO	Petição

MM JUÍZO DA TERCEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARPINA/PE.

Processo nº 0002768-46.2019.8.17.2470

AUTOR: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA, intermediado por sua Advogada ao final firmado, comparece com lhanza e acatamento perante sua Excelência, em cumprimento ao Despacho de **ID 63753512 - DESPACHO** para responder o seguinte:

Com o objetivo de requerer o **JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO**, fazendo para tanto, face aos seguintes fatos e fundamentos assim alinhavados:

Uma vez, que as provas documentais **produzidas mostram mais que suficientes à formação do livre convencimento sobre a matéria, desnecessária é a produção de prova testemunhal.**

Prescindível, pois, a produção de outras provas, mostrando-se suficiente a prova documental já produzida e comprovada através das assinaturas, tanto do Requerente quanto do Requerido. **A prova oral, também se mostra inútil no caso em tela.**

Usando das palavras sempre seguras e sábias do eminente e saudoso **Desembargador Nildo de Carvalho**, o qual sempre dizia em suas decisões **“OCEÂNICA É A JURISPRUDÊNCIA”**, assim só nos resta trazer decisão que aniquila a matéria objeto deste litígio, ***opus citatum***:

“O magistrado tem o poder-dever de **julgar antecipadamente a lide, desprezando a realização da audiência para a produção de prova testemunhal, ao constatar que o acervo documental acostado aos autos possui suficiente força probante para nortear e instruir seu entendimento**” (STJ - Resp 66632/SP)
“Presente as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder.” (STJ - Resp nº 2832/RJ)

Vigora aqui o pedido de **JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO**,



que assim vem descrito no artigo 355, I do Diploma Processualístico:

Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando:

I - não houver necessidade de produção de outras provas;

Theotônio Negrão (Código de processo civil e legislação processual em vigor. Ed. Saraiva; p. 408 -nota: artigo 330 nº 01) assevera que:

“Não pode o juiz, por sua mera conveniência, relegar para fase ulterior a prolação de sentença, se houver absoluta desnecessidade de ser produzida prova em audiência”.

Pelo acima explanado, aplicando a **Teoria da Causa Madura** e; visando os **Princípios da Razoável Duração do Processo**; **Celeridade** e da **Boa-Fé**, é que se requer o **JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO**.

Por ora, é o que se pede e requer.

Nestes termos, estando à peça com os documentos que a acompanham e, para que tudo se processe em forma legal, aguarda merecer deferimento.

Carpina/PE 09.07.2020

Dra. Mariselma Aleixo de Moraes
Advogada





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
64725610	15/07/2020 13:47	Petição	Petição

PETIÇÃO DE PROVAS





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
64725613	15/07/2020 13:47	2701613_PETICAO_DE_PROVAS_01	Petição em PDF



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARPINA/PE

PROCESSO: 00027684620198172470

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora que seu ente querido **MARIA JOSÉ CORREIA** foi vítima de acidente automobilístico ocorrido em 17/08/2018, o que acarretou no seu óbito no dia 19/08/2018.

Ocorre que não há nos autos o Laudo do Instituto Médico Legal certificando, com a exatidão que a lei determina, a causa mortis da vítima como sendo oriunda de acidente automobilístico noticiado.

Ademais, também não foi apresentado boletim de ocorrência comprovando que a morte decorreu do acidente alegado, documento este imprescindível para comprovar a existência de nexos causal entre o sinistro e o falecimento da vítima.

Também cumpre salientar que a certidão de óbito não atesta que a morte da vítima tenha decorrido do narrado acidente.

Essa prova documental incumbe à parte Autora, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supratranscrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 333, I, do CPC.

Dessa forma, não poderia a parte autora pleitear indenização a título de seguro obrigatório, DPVAT pelo falecimento de seu ente querido, ainda, que lhe tenha causado dor, pois o seguro DPVAT tem requisitos legais a serem obedecidos os quais são alegados ao longo da peça processual que ora se apresenta.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assim, requer a apresentação das provas acima referidas, bem como, que, caso as mesmas não sejam reproduzidas, que a demanda seja julgada improcedente ante a ausência de nexo causal entre o suposto acidente e a morte da vítima.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CARPINA, 14 de julho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
64742685	15/07/2020 16:23	IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE PROVAS	Petição

MM JUÍZO DA TERCEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARPINA/PE

PROCESSO Nº: 00027684620198172470

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA, já devidamente qualificado nos autos, vem se manifestar acerca do pedido de produção de provas pelo réu, com o fim único e exclusivo de procrastinar ainda mais o feito processual, tumultuando todo procedimento, como tem feito em todo curso processual. Vejamos:

Requer como prova o réu, alegando que não existe prova no Inquérito Policial de que a genitora do autor tenha realmente sido vítima de acidente de trânsito. **PIADA???**

Primeiro: o próprio réu já efetuou parte do pagamento do seguro em 50% (cinquenta por cento) ao autor, restando os outro 50% (cinquenta por cento) por terem alegado que a falecida teria outro herdeiro, irmão do autor, e que este não juntará a certidão de óbito.

Segundo: O **ID 53579700** consta o **BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO – BATALHÃO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA SUBSEÇÃO DE TRAFÉGO E ACIDENTES.**

Terceiro: O **ID 53579697** **CONSTA DECLARAÇÃO DO HOSPITAL PÚBLICO AONDE FOI DADO ENTRADA NO CORPO DA VÍTIMA ORIUNDO DE TRÂNSITO.**

Vem o **RÉU PUGNAR COMO PROVA APENAS PROCRASTINATÓRIA**, a juntada de documentos que já existem, inclusive, os quais não impediram de que o próprio réu efetuasse parte do pagamento do prêmio ao autor, como afirmado em sua Contestação e juntado comprovante de depósito como consta nos autos.

Em relação ao Laudo do IML o autor não dispõe de tal documento, e com a PANDEMIA do COVID-19 não há como se diligenciar para conseguir tal laudo, haja vista não haver atendimento presencial nos órgãos



públicos, e mesmo se tivesse o atendimento presencial, tal documento não seria fornecido a parte, apenas à Delegacia de Polícia, que não está fazendo atendimento presencial a sociedade, só casos de emergência de flagrante delito.

Ademais, ausência de tal laudo, não impediu o pagamento de parte do seguro ao autor, também, o qual pode ser substituído pelo boletim de trânsito, e declaração do hospital.

Em sendo assim, **REQUER** o autor pela IMPUGNAÇÃO DO PEDIDO DE PROVAS com INDEFERIMENTO, reiterando o **PEDIDO DE JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO JÁ FIRMADO.**

N.T.P.D.

Recife 15.07.2020

Dra. Mariselma Aleixo de Moraes
Advogada





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
64966162	21/07/2020 10:13	Sentença	Sentença



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

3ª Vara Cível da Comarca de Carpina

Avenida Presidente Getúlio Vargas, S/N, SÃO JOSÉ, CARPINA - PE - CEP: 55815-105 - F:(81) 36228638

Processo nº **0002768-46.2019.8.17.2470**

AUTOR: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

SENTENÇA

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA, qualificado na exordial, ingressou com a presente ação de cobrança de diferença de seguro DPVAT em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, através da qual aduz que é segurado pertinente ao seguro obrigatório (DPVAT), pois sua genitora foi vítima fatal, do acidente de trânsito, na PE-90, falecida em 19.08.2018. Em virtude disso, embora tenha efetuado requerimento administrativo referente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT. O demandante já enviou 03 (três) vezes a certidão de óbito de seu irmão que era solteiro, sua genitora falecida, não era casada não possuía outros filhos e tudo já foi comprovado e encaminhado a seguradora, ora demandada, mais de 05 (cinco) vezes através de SEDEX e a ré continua protelando em pagar o seguro. Requereu o pagamento do seguro e indenização por danos morais.

Juntou documentos indispensáveis à propositura da ação.

O despacho inicial deferiu a gratuidade da justiça e a citação da ré. (ID 53646081)

A parte ré juntou contestação sob o "ID 59209314" alegando ilegitimidade ativa e carência da ação por falta de documentos imprescindíveis, no mérito requereu a improcedência dos pedidos autorais.

O autor juntou réplica a contestação conforme petição em "ID 63610060". E anexou aos autos a certidão de óbito de seu irmão. (ID 63610072)

Houve despacho facultando as partes para se manifestarem sobre a produção de novas provas. (ID 63753512)

O autor informou que não tem mais provas a produzir e requereu o julgamento antecipado da lide (ID 64425313). A parte ré, requereu a juntada de provas pelo autor para comprovar seu direito. (ID 64725613)

Vieram-me os autos conclusos.

É o que importa relatar. Passo a decidir.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, ajuizada por DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA, em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO



DPVAT.

Em preliminar a requerida alegou ilegitimidade ativa e carência da ação por falta de documentos necessários a proposição da ação, tais preliminares não merecem prosperar, uma vez que a exordial foi instruída com toda a documentação necessária, e dela se extrai que o autor é o único herdeiro após o falecimento de sua genitora, Maria José Correia, pois o seu único irmão, faleceu antes de sua mãe, segundo certidões de óbitos constante nos autos. Por todo o exposto, rechaço as preliminares arguidas pela ré.

Alega o requerente que sua genitora foi vítima fatal, do acidente de transito, na PE-90, falecida em 19.08.2018, afirmações que podem ser comprovadas por documentos juntados aos autos.

Por outro lado, a Seguradora Líder de Consórcios DPVAT contestou os fatos trazidos na exordial, alegando que o autor não provou que sua mãe faleceu do acidente no transito, e que faltam provas para comprovar que o autor é o único herdeiro. Logo, fez o pagamento ao requerente apenas de metade do valor devido, uma vez que não foi provado que o falecido irmão do autor não deixou herdeiros.

Sabe-se que o seguro DPVAT tem por objetivo garantir a satisfação de indenização das vítimas de acidentes causados por veículos automotores que circulam por vias terrestres, cobrindo danos pessoais decorrentes deste tipo de evento danoso.

O referido seguro obrigatório foi criado pela Lei n.º 6.194/74, a qual determina que todos os proprietários de veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o prêmio relativo ao seguro DPVAT.

A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações em caso de morte e invalidez permanente, ainda que os responsáveis pelos danos causados não arquem com a reparação devida.

No presente caso, a Lei 11.945/2009 era a vigente à época do sinistro, ocorrido em 19/08/2018, de sorte que devem ser aplicadas de pronto as alterações introduzidas por aquela na Lei 6.194/74. Portanto, os efeitos da novel legislação passaram a vigor desde a edição daquela medida, que fixou o quantum indenizatório segundo o grau de invalidez ou morte para a cobertura securitária em questão.

No caso dos autos, conforme se extrai da certidão de óbito, o evento danoso resultou na **morte da Senhora Maria José Correia, genitora do autor.**

É o entendimento dos Tribunais:

SEGURO - ACIDENTE DE AUTOMÓVEL - INDENIZAÇÃO - DPVAT - PAGAMENTO DEVIDO AOS HERDEIROS E COMPANHEIRA DO "DE CUJUS" - DEVER CONTRATUAL DA SEGURADORA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, UNÂNIME. A INDENIZAÇÃO, PELO DPVAT, NO CASO DE MORTE DA VÍTIMA EM ACIDENTE DE TRÂNSITO, HÁ DE SER DIVIDIDA ENTRE OS FILHOS MENORES E A COMPANHEIRA DE MAIS DE 05 (CINCO) ANOS E QUE AO TEMPO VIVIA COM O FINADO. A SEGURADORA QUE PAGOU MAL, A QUEM NÃO FAZIA JUS, DEVERÁ REPETIR A INDENIZAÇÃO A QUEM DE DIREITO, RESSALVADA A PRERROGATIVA LEGAL DE DEMANDAR A REPETIÇÃO EM FACE DO



PAGAMENTO INDEVIDO. (TJ-DF - AC: 19980710015448 DF, Relator: EDUARDO DE MORAES OLIVEIRA, Data de Julgamento: 15/05/2000, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: DJU 02/08/2000 Pág. : 10)

Portanto, nos termos dos incisos I do art. 3º da Lei 6.194/74 incluídos pela Lei 11.945/2009, trata-se, como se vê, de morte, cujo enquadramento na tabela introduzida pela Lei nº 11.945/2009 resulta no valor de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais).

No artigo 4º, da Lei Art. 6.194/74, indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. O autor comprova através da certidão de óbito de sua genitora e de seu irmão, que é o único herdeiro do seguro objeto da lide.

A seguradora questiona a existência de herdeiros deixados pelos irmão do autor. Porém, observando a certidão de óbito, acostada aos autos sob o "ID 63610072", constata-se que quem declarou o óbito do próprio filho foi a Sra Maria José Correia, e também declarou que o de cujus não deixou filhos nem bens. Logo, tem-se por verdade a alegação do autor de ser o único herdeiro com vida.

É valido também relatar que consta nos documentos juntados pela ré o pagamento da metade do seguro ao autor, e este afirma na petição de replica a contestação que recebeu apenas metade do seguro. Devendo ser-lhe paga a outra metade por ser o único herdeiro da Sra. Maria José Correia.

E diante das circunstancias não há que se falar em Indenização por Danos Morais, por ter a seguradora pago metade do seguro, e alegado que não pagou de forma inteira por entender que não restou provada a condição de único herdeiro.

Posto isso, pelo que dos autos consta, julgo PROCEDENTE EM PARTE o pedido formulado pelo demandante, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I do CPC/2015, condenando a demandada SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A a pagar R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais), em favor do autor, cumulados com **juros de mora à base de 1,0 % ao mês a partir da citação e correção monetária** pela tabela do ENCOGE a partir da data do evento danoso.

Por fim, CONDENO a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais estabeleço, desde já, em 10% sobre o valor da causa.

Transitada em julgado, remeter os autos para o ARQUIVO com as baixas necessárias.

P. R. I.

Carpina, 20 de julho de 2020.

Mariana Vieira Sarmiento
Juíza de Direito





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
65753998	04/08/2020 13:10	Embargos de Declaração	Embargos de Declaração

EMBARGO DE DECLARAÇÃO





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
65754001	04/08/2020 13:10	Microsoft Word - 2701613_EMBARGOS_DE_DECLARACAO_2018	Petição em PDF



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARPINA/PE

Processo: 00027684620198172470

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA CONTRADIÇÃO NA SENTENÇA PROFERIDA:

Com a mais a respeitosa vênua, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão contraditória em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável decum.

Ofertando, de início, todo respeito ao MM. Juízo, entende a Seguradora embargante que sucumbiu em parte mínima do pedido, devem as verbas relativas às custas judiciais, taxa judiciária e honorários advocatícios, serem suportadas pelo embargado, de forma integral.

Nesse sentido, o disposto no artigo 86, parágrafo único do Código de Processo Civil/2015, *verbis*:

“Art. 86 - Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas.

Parágrafo único - Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários.” (gn)

Ressalta-se, que o caput do dispositivo legal sobre que se versa faz expressa referência à distribuição proporcional das verbas sucumbenciais, o que, na presente hipótese, não ocorreu, pois, a sentença de condenou a Embargante na parte mínima do pedido.

Ademais, a Embargante foi condenada ao pagamento de 10% do VALOR DA CAUSA e não da condenação conforme a jurisprudência dominante.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Portanto, repita-se, diante da sucumbência na parte mínima do pedido não há que se falar na condenação da embargante ao pagamento de custas e honorários advocatícios calculados sobre o valor da causa.

Diante do exposto, merece ser sanada a contradição acima mencionada, motivo pelo qual o presente recurso deve ser acolhido.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, espera e confia a Seguradora Embargante sejam acolhidos os presentes Embargos de Declaração, para fins de que seja sanada a contradição acima apontada, na forma das razões expendidas, para que a condenação da verba sucumbencial seja de 10% sobre o valor da condenação.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CARPINA, 4 de agosto de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
65847378	05/08/2020 15:29	Despacho	Despacho

DESPACHO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela **parte ré** em face da sentença de ID 64966162.

Em respeito aos princípios do contraditório e ampla defesa, intime-se o Embargado para, querendo, apresentar suas contrarrazões no prazo de 5 (cinco) dias.

Publique-se.

Carpina, 05/08/2020

Mariana Vieira Sarmiento
Juíza de direito





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
66028311	09/08/2020 10:20	CONTRARRAZÕES EM PDF ANEXA	Contrarrazões

CONTRARRAZÕES EM PDF ANEXA





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
66028312	09/08/2020 10:20	CONTRARAZÕES DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÕES	Petição em PDF



Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

MM JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARPINA/PE

Processo: 00027684620198172470

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA, já qualificado nos autos em epígrafe, vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por intermédio de sua Advogada, manifestar-se sobre os **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** propostos pela Reclamada.

Em **primeiro lugar**, os **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** visam ao aperfeiçoamento do Julgado, com o fim de suprir **omissão** ou **eliminar contradição**, bem como de esclarecer obscuridade e corrigir erro material **art. 1.022 do CPC**.

Quando esse recurso é utilizado com **fins manifestamente protelatórios**, o Código prevê a aplicação de multa de **2% (dois por cento) sobre o valor da causa**, que pode ser elevada em caso de reiteração, a **10% (dez por cento) desse montante (§§ 22º e 3º)**:

“Art. 1.026 § 2º Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante **a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa.”**

-

1

Celulares: 81 98145.1962 Oi Wlhatssap / 99434.2801 Claro

E-mail: mariselmaadvogada@bol.com.br

dramariselmamoraesadvogada@gmail.com





Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

No caso, as alegações da embargante claramente configuram ataque ao mérito da decisão, **não se inserindo nas hipóteses de cabimento dos embargos de declaração.**

A sentença está fundamentada com os artigos de lei que o Juízo entende aplicáveis. **Portanto, eventual inconformidade em relação ao resultado do julgamento deve ser objeto de recurso apropriado, não se prestando os embargos de declaração** para o reexame da matéria litigiosa.

Um sério equívoco é considerar que o reconhecimento do caráter protelatórios dos embargos importe em restrição de seu uso.

Ora, os embargos de declaração são de uso restrito, se as partes resolvem utilizá-lo de forma indiscriminada, como ocorre com muita frequência, estão fazendo mal uso dessa garantia.

Os advogados tem a obrigação de compreender a sentença dinamicamente (**isso se presume**); dúvidas estapafúrdias, obtusas, desprovidas de um mínimo de razoabilidade fazem presumir, portanto, não o despreparo técnico do causídico, **mas sim o intuito protelatório do recurso.**

O poder judiciário tem de ser célere, e não tem mais espaço para esse tipo de atitude! O presente feito tramitou de forma célere, não se admite procrastinação no cumprimento da sentença.

Por mais que a reclamada tenha interposto os Embargos de Declaração, os embargos interpostos irão atrasar o andamento do processo, demonstrando claramente a intenção da manobra, em um valor irrisório para a tão poderosa Seguradora.

-

2

Celulares: 81 98145.1962 Oi Wlhatssap / 99434.2801 Claro

E-mail: mariselmaadvogada@bol.com.br

dramariselmamoraesadvogada@gmail.com





Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

DOS ARGUMENTOS USADOS:

Da fixação da sucumbência

O Código de Processo Civil com a reforma em 2015 em seu artigo 85^[3] e seguintes determina os percentuais para a fixação dos honorários advocatícios a saber:

“Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

§ 1º São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.

§ 2º Os honorários serão fixados entre o **mínimo de dez e o máximo de vinte por cento** sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.” (g.n.)

Verifica-se que o legislador quis e o fez de forma clara, ao deixar expreso a lógica hierárquica na lição de Marcus Vinicius Furtado Coelho^[4]:

“Por ser norma infraconstitucional, o dispositivo deve ser interpretado, pela lógica hierárquica das normas, em obediência aos ditames constitucionais,

-

3

Celulares: 81 98145.1962 Oi Wlhatssap / 99434.2801 Claro

E-mail: mariselmaadvogada@bol.com.br

dramariselmamoraesadvogada@gmail.com





Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

principalmente, devido à pertinência temática, em relação ao art. 133 que elenca o **advogado como figura essencial ao sistema de justiça.**" (g.n.)

Ademais, a Lei Complementar 95/98^[5], que:

"Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.",

precisamente determina a ordem lógica, já mencionada.

"Art. 11. **As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:**

[...]

III - **para a obtenção de ordem lógica:**

[...]

c) **expressar por meio dos parágrafos os aspectos complementares à norma enunciada no caput do artigo e as exceções à regra por este estabelecida;**" (g.n.)

Portanto, **os percentuais de 10% a 20%** correspondem a regra geral, onde o Magistrado poderá fixar esses percentuais com base no valor da condenação, no valor do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, **sobre o valor atualizado da causa**, não havendo espaço para aplicar o instituto da equidade.

-

4

Celulares: 81 98145.1962 Oi Wlhatssap / 99434.2801 Claro

E-mail: mariselmaadvogada@bol.com.br

dramariselmamoraesadvogada@gmail.com





Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

2. Dos Limites da Fixação Equitativa

Neste contexto, da análise do **artigo 85 do CPC/2015**, podemos registrar que até no caso da impossibilidade de mensurar o valor, o comando geral do artigo já apresenta a solução, **que será sobre o valor atualizado da causa**, não havendo, nessa posição geográfica, nessa ordem de vocação, qualquer alusão a equidade, cujo termo, somente será encontrado mais adiante, **no parágrafo 8º, do referido artigo, in verbis:**

“§ 8º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz **fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa**, observando o disposto nos incisos do § 2º.” (g.n.)

Este parágrafo tem sido incorretamente utilizado para fixação de honorários em patamares mínimos, quiçá irrisórios, e a análise já acima apresentada rechaça a sua aplicação, contudo, por outro lado, **Luiz Dellore**^[6] nos apresenta uma outra preocupação, a da utilização deste parágrafo para diminuição de honorários, o que acreditamos ser impossível, dados os critérios hermenêuticos já explicitados, ***in verbis:***

“Seguramente haverá debate se este § 8º pode ser utilizado para minorar os honorários, caso o resultado da fixação, conforme os critérios previstos nos diversos parágrafos, leve a uma quantia muito elevada. A resposta deve ser negativa. A opção do legislador foi clara, o presente artigo foi inserido com a finalidade de afastar as condenações em valores irrisórios. Assim, é diametralmente oposto ao previsto na legislação aplicar esse dispositivo para diminuir os honorários fixados conforme critérios legais.” (g.n.)

-

5

Celulares: 81 98145.1962 Oi Wlhatssap / 99434.2801 Claro

E-mail: mariselmaadvogada@bol.com.br

dramariselmamoraesadvogada@gmail.com



Assinado eletronicamente por: MARISELMA ALEIXO DE MORAES - 09/08/2020 10:20:26

<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20080910202662300000064783548>

Número do documento: 20080910202662300000064783548



Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

De forma pioneira o **Conselho da Justiça Federal** rechaçou qualquer possibilidade de aplicação do instituto da equidade fora dos limites do **parágrafo 8º, do artigo 85 do NCP/2015**, conforme seu **Enunciado nº 6, da I Jornada de Direito Processual Civil**:

"a fixação dos honorários de sucumbência por apreciação equitativa só é cabível nas hipóteses previstas no §8º do art. 85 do CPC". (g.n.)

Inconcussa a impossibilidade de arbitramento de honorários fora dos percentuais determinados pelo 85 do Novo Código de Processo Civil, sem qualquer indício de aplicação do § 8º, de modo que no julgamento do Recurso Especial 1.746.072 / PR^[8] (Relator para acórdão, Min. Raul Araújo Filho), a Segunda Seção, por 6X3, decidiu pela impossibilidade de se utilizar o § 8º do artigo 85 para a redução de honorários tidos por excessivos:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.
2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais

-

6

Celulares: 81 98145.1962 Oi Wlhatssap / 99434.2801 Claro

E-mail: mariselmaadvogada@bol.com.br

dramariselmamoraesadvogada@gmail.com





Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) **no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).**

3. **Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.**

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência:

(I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º);

(II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo:

(II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou

(II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim,

(III) **havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o**

-

7

Celulares: 81 98145.1962 Oi Wlhatssap / 99434.2801 Claro

E-mail: mariselmaadvogada@bol.com.br

dramariselmamoraesadvogada@gmail.com





Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º)

5. A expressiva redação legal impõe concluir:

(5.1) **que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor:**

(I) da condenação; ou

(II) do proveito econômico obtido; ou

(III) do valor atualizado da causa;

(5.2) **que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação:**

(I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou

(II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido". (g.n.)

A própria decisão é alto explicável, não havendo pecha de dúvida quanto à interpretação do **artigo 85 do CPC/2015**.

Consoante Jurisprudência acima, podemos identificar a lógica na leitura dos parágrafos do **artigo 85 do CPC/2015**, na busca do verdadeiro sentido das locuções e orações existentes no próprio dispositivo legal, o que foi alcançado **quando da discussão sobre o tema no referido tribunal**.





Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

Considerações Finais

Foi possível constatar e longe de buscar limitar a nobre atividade de julgar, que a **aplicação do § 8º do artigo 85 do Novo Código de Processo Civil**, com o objetivo de fixar honorários, sem considerar os parágrafos anteriores, notadamente o **§ 2º**, afronta os critérios de hermenêutica.

Notadamente verificamos que o comando geral do artigo é a aplicação com **fixação dos percentuais entre 10% e 20%**, e somente em caso dos valores se mostrarem irrisórios, inestimáveis ou o valor da causa ser muito baixo é que se deflagra a hipótese **legal do § 8º**.

A decisão do **Superior Tribunal de Justiça** veio no momento certo, porquanto a própria OAB já estava consultada para pedidos de intervenção na qualidade de **amicus curae** da entidade, nos processos em que os ocorrida a fixação irrisória, o que agora se arrefecerá.

Ante o exposto, requer:

-Seja negado provimento aos embargos de declaração interpostos pela Reclamada.

-Seja a Reclamada condenada ao pagamento de multa de 2% sobre o valor da causa, conforme prevê o **art. 1.026, § 2º do CPC**.

N.T.P.D - Recife/PE - 09.08.2020.

Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

Advogada OAB/PE 26.376

-

9

Celulares: 81 98145.1962 Oi Wlhatssap / 99434.2801 Claro

E-mail: mariselmaadvogada@bol.com.br

dramariselmamoraesadvogada@gmail.com





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
69368651	12/10/2020 21:58	Intimação	Intimação



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

Avenida Presidente Getúlio Vargas, S/N, SÃO JOSÉ, CARPINA - PE - CEP: 55815-105

3ª Vara Cível da Comarca de Carpina
Processo nº 0002768-46.2019.8.17.2470
AUTOR: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 3ª Vara Cível da Comarca de Carpina, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID _____, conforme segue transcrito abaixo:
" [Digite o despacho] "

CARPINA, 12 de outubro de 2020.

AUDINETE MARIA DA SILVA SOUZA
Diretoria Cível do 1º Grau





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
73112489	04/01/2021 09:26	Intimação	Intimação



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

Avenida Presidente Getúlio Vargas, S/N, SÃO JOSÉ, CARPINA - PE - CEP: 55815-105

3ª Vara Cível da Comarca de Carpina
Processo nº 0002768-46.2019.8.17.2470
AUTOR: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 3ª Vara Cível da Comarca de Carpina, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID _____, conforme segue transcrito abaixo:

" [Digite o despacho] "

CARPINA, 4 de janeiro de 2021.

AUDINETE MARIA DA SILVA SOUZA
Diretoria Cível do 1º Grau





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
73112489	04/01/2021 09:26	Intimação	Intimação



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

Avenida Presidente Getúlio Vargas, S/N, SÃO JOSÉ, CARPINA - PE - CEP: 55815-105

3ª Vara Cível da Comarca de Carpina
Processo nº 0002768-46.2019.8.17.2470
AUTOR: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 3ª Vara Cível da Comarca de Carpina, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID _____, conforme segue transcrito abaixo:

" [Digite o despacho] "

CARPINA, 4 de janeiro de 2021.

AUDINETE MARIA DA SILVA SOUZA
Diretoria Cível do 1º Grau





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
75226321	16/02/2021 08:48	Decisão	Decisão



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

3ª Vara Cível da Comarca de Carpina

Avenida Presidente Getúlio Vargas, S/N, SÃO JOSÉ, CARPINA - PE - CEP: 55815-105 - F:(81) 36228638

Processo nº **0002768-46.2019.8.17.2470**

AUTOR: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

DECISÃO

Cuida-se de Embargos de Declaração opostos pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A em face da sentença de ID 64966162, através do qual alega contradição na decisão embargada, consistente na condenação dos honorários advocatícios sobre o valor da causa, quando entende que deveria ter sido fixado sobre o valor da condenação. Ante ao exposto, se insurge em face da condenação em honorários advocatícios, sob alegação de sucumbência mínima. Razão pela qual ingressou com o presente recurso, requerendo a correção do vício apontados, conforme petição sob Id 65754001.

Intimada, a parte embargada se manifestou acerca dos embargos, conforme petição de ID 65754001.

Vieram-me os autos conclusos.

É o breve relatório. Decido.

Para a admissão e acolhimento dos embargos de declaração é mister que o embargante comprove a existência de omissão, obscuridade ou contradição na sentença ou decisão judicial, na forma do que dispõe o art. 1.022 do CPC, *in verbis*:

Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

- I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;
- II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;
- III – corrigir erro material.

Assim, os embargos de declaração constituem a via adequada para sanar omissões, contradições, obscuridades ou erros materiais do decisório embargado.

In casu, a parte embargante, demonstrou inconformismo no que tange à condenação em honorários advocatícios. No entanto, entendo que tal alegação tangencia o mérito e que a parte pretende modificar o teor da decisão embargada, desiderato estranho ao perfil dos embargos de declaração, uma vez que não qualquer contradição, obscuridade ou omissão em relação à condenação em honorários advocatícios.

Com efeito, os embargos de declaração têm caráter integrativo ou aclaratório do



decisum embargado. Assim, o mero inconformismo com o resultado desfavorável do julgamento não autoriza o manejo dessa espécie recursal, mas de outra, que seja naturalmente dotada de efeito modificativo.

Assim, os presentes embargos refletem, tão somente, o inconformismo da embargante com parte do que foi decidido.

Ante o exposto, por tudo o que até aqui analisei, REJEITO os embargos declaratórios propostos pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A em face da sentença de ID 64966162, e em consequência, mantenho na íntegra a decisão embargada em todos os seus termos.

Intimem-se as partes da presente decisão.

Após o prazo recursal, certifique a Secretaria e remetam-se os autos ao Arquivo com as cautelas legais.

Cumpra-se.

Carpina, 15 de fevereiro de 2021.

Mariana Vieira Sarmento
Juíza de Direito





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
75688671	23/02/2021 07:45	CIÊNCIA DA DECISÃO	Resposta

CIENTE DA DECISÃO.





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
77374 234	22/03/2021 16:17	Apelação	Apelação

RECURSO DE APELAÇÃO





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
77374236	22/03/2021 16:17	Microsoft Word - 2701613_APELACAO	Petição em PDF



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARPINA/PE

PROCESSO N. 00027684620198172470

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CARPINA, 10 de março de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE



PROCESSO ORIGINÁRIO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARPINA / PE

PROCESSO N.º 00027684620198172470

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

RAZÕES DO RECURSO

COLEDA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Cuida-se de ação de cobrança de indenização de seguro obrigatório (DPVAT,) proposta pela ora Apelada, em face do Apelante, buscando o pagamento que afirma lhe ser devido em razão de acidente com veículo automotor que sofrido por seu ente querido, DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA, vítima fatal de acidente automobilístico ocorrido em **17/08/2019**.

Entendeu o Nobre Juiz *a quo*, em acolher parcialmente o pedido inicial, ultrapassando a tese lançada na defesa, julgando parcialmente procedente o feito, o que merece pronta reforma, conforme se demonstrará nas presentes razões.

Data vênia, não houve com o habitual acerto o Ilustre Magistrado *a quo*, pois, conforme se passa a demonstrar, esta r. decisão não guarda sintonia com as questões de fato e de direito ventiladas nos autos.

CARÊNCIA DE AÇÃO - FALTA DE DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO

(AUTO DE NECRÓPSIA / LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO – IML / BOLETIM DE OCORRÊNCIA E BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO).

Constata-se, pela síntese dos fatos narrados na exordial, que a parte autoral pretende que o seguro DPVAT a indenize pelo suposto falecimento de seu ente no acidente noticiado.

A lei é clara, e exige para que o beneficiário possa ter o direito de pleitear a indenização relativa ao seguro obrigatório de veículo a apresentação de determinados documentos, quais sejam:

“Art. 5º(...)

§1º(...)

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



a) *Certidão de óbito, registro da ocorrência policial competente e a qualidade de beneficiários no caso de morte;*

§3º Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necropsia, fornecido diretamente pelo Instituto Médico Legal, independente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente

Ademais, o artigo 5º da Resolução CNSP nº 07/97, repetindo praticamente o que dispõe a lei, assim disciplina:

“Caso seja detectada falha de ordem formal em um dos documentos mencionados nos artigos 2º e 4º, ou a existência de indícios de fraude, deverá a seguradora, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da documentação, notificar o interessado com ‘aviso de recebimento’, solicitando os documentos ou esclarecimentos necessários à elucidação do assunto.”

Constata-se que não há nos autos o Laudo do Instituto Médico Legal certificando, com a exatidão que a lei determina a *causa mortis* da vítima como sendo oriunda de acidente automobilístico noticiado.

Dessa forma, como não há boletim de atendimento médico após o acidente, não poderia a parte autora pleitear indenização a título de seguro obrigatório, DPVAT pelo falecimento de seu ente querido, ainda, que lhe tenha causado dor, pois o seguro DPVAT tem requisitos legais a serem obedecidos os quais são alegados ao longo da peça processual que ora se apresenta.


DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE

A Lei que regula a indenização pleiteada pela Autora é a Lei n.º 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92 e 11.482/07. Estas leis determinam que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a morte e o acidente noticiado.

EXA., APESAR DA PARTE APELADA TER JUNTADO A CÓPIA DA CERTIDÃO DE ÓBITO DA VÍTIMA, NÃO FICOU COMPROVADO ATRAVÉS DOS DEMAIS DOCUMENTOS TRAZIDOS PELO AUTOR QUE A MORTE DA VÍTIMA TENHA DECORRIDO DO ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO:



Certidão de óbito


 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE ÓBITO
 NOME: **MARIA JOSÉ CORREIA**

CPF
398.274.704-00

MATRICULA:
074492 01 55 2018 4 00023 085 0003061 80

SEXO Feminino	COR Parda	ESTADO CIVIL E IDADE Solteira, 58 anos
------------------	--------------	-------------------------------------------

NATURALIDADE CARPINA-PE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO RG nº 2538862 SDS/PE	ELEITOR Sim
----------------------------	----------------------------------------------------	----------------

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA
Filha de JOSÉ LUZ CORREIA e de JOVELINA MARIA CORREIA. Residência da falecida: FAZENDA SOLEDADE, ZONA RURAL, Lagoa do Carro-PE

DATA E HORA DE FALECIMENTO Dezenove de agosto de dois mil e dezoito, às 19h00min.	DIA 08	MÊS 08	ANO 2018
---------------------------------------------------------------------------------------------	-----------	-----------	-------------

LOCAL DE FALECIMENTO
HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO, DERBY, Recife-PE

CAUSA DA MORTE
POLITRAUMATISMO PRODUZIDO, POR INSTRUMENTO CONTUNDENTE

SEPULTAMENTO / CREMAÇÃO CEMITÉRIO DE LAGOA DO CARRO - PE	DECLARANTE DEYSSON BEJAMIM CORREIA, nacionalidade BRASILEIRA, RG nº 6921672 SDS PE, CPF/MF nº 063.672.874-93, profissão AGRICULTOR, estado civil solteiro, residente FAZENDA SOLEDADE, ZONA RURAL LAGOA DO CARRO PE, filho da falecida
--------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------


NOME E Nº DE DOCUMENTO DO(S) MÉDICO(S) QUE ATESTOU(ARAM) O ÓBITO
Dra. LUCIANA MARIA QUEIROZ DE OLIVEIRA BORGES, CRM 11106/PE


AVERBAÇÕES / ANOTAÇÕES À ACRESCE
Deixou bens, não deixou testamento, deixou dois filhos maiores sendo um falecido.
Digitado por Thiago Victor - Guia:0009513082: ATO GRATUITO.

ANOTAÇÕES DE CADASTRO
RG nº 2538862 SDS/SDS/PE emitido em 23/11/2015, CPF nº 398.274.704-00, Título de eleitor nº 009812270841 zona 20 seção 214 da cidade de Lagoa do Carro-PE emitido em 27/06/2017, CTPS nº 23223 Série 00010-PE emitido em 30/01/2009
* As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigida pelo órgão solicitante.

Nome do Oficial
Registro Civil das Pessoas Naturais
Oficial Registrador
Mariane Paes Gonçalves de Souza
Município/UF
Lagoa do Carro-PE
Endereço
Rua Janilson Correia de Melo
"Selo: 0074492.DBM10201801.00398
Consulte autenticidade em
www.tjpe.jus.br/selodigital"

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Lagoa do Carro-PE, 6 de novembro de 2018.


 Thiago Victor de Souza F. Ribeiro
 escrevente


 Thiago Victor de Souza F. Ribeiro
 Escrevente

AAB 447499

CONFORME JÁ INFORMADO ACIMA, A PARTE APELADA DEIXOU DE APRESENTAR DOCUMENTOS DE ATENDIMENTO MÉDICO DO DIA DO ACIDENTE, 17/08/2018.

CUMPRE-SE RESSALTAR AINDA QUE A PARTE AUTORA NÃO JUNTOU NENHUM DOCUMENTO CONTEMPORÂNEO AO SINISTRO, DEIXANDO AINDA DE APRESENTAR A CERTIDÃO DO AUTO DE NECROPSIA / LAUDO CADAVERÍCO.



Ademais, a parte autora informa que o suposto acidente ocorreu no dia 17/08/2018, vindo a vítima a falecer no dia 19/08/2018, todavia, não comprova atendimento médico pertencente ao lapso temporal correspondente.

Perceba ainda, que não houve a juntada de toda documentação médica que comprove o nexo de causalidade e o lapso temporal entre a suposta data do acidente informada, dia 20/05/2018, e a morte da vítima, ocorrida em 29/05/2018.

DESTARTE, COMO NÃO HÁ COMPROVAÇÃO CABAL DO NEXO CAUSALIDADE ENTRE A MORTE E O SUPOSTO ACIDENTE NOTICIADO, DEVERÁ SER A IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO É A MEDIDA QUE SE IMPÕE.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Ressalta-se que a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu zelo demasiado pelo patrono do Apelado, logo, torna-se injustificável o patamar estipulado na r. sentença

Portanto, sendo mantida a condenação em discussão, que seja minorada para 10% sobre o valor da condenação.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Ademais, tratando de sucumbência recíproca das partes, requer que os honorários advocatícios sejam compensados. Sendo mantida a r. sentença, que seja reduzida a condenação dos honorários para o patamar de 10% (dez por cento) do valor da condenação.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CARPINA, 10 de março de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na **30225 - OAB/PE** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA**, em curso perante a **3ª VARA CÍVEL** da comarca de **CARPINA**, nos autos do Processo nº 00027684620198172470.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2021.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Parágrafo único. Na falta das pessoas indicadas neste artigo, serão beneficiários os que provarem que a morte do segurado os privou dos meios necessários à subsistência.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 22/03/2021 16:17:42
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21032216174197900000075808242>
Número do documento: 21032216174197900000075808242

Num. 77374236 - Pág. 7



Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
77374237	22/03/2021 16:17	ANEXO 1	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas

BANCO DO BRASIL		001-9	00190.00009 03106.434008 00680.947173 3 85860000076441		
Local Pagamento					Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento					10/04/2021
Cedente					Agência / Código do Cedente
Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Carpina					3234 / 354800
Data do Documento	Nº do documento	Espécie DOC	Aceite	Data Process.	Nosso Número
11/03/2021	680947	DS	N	11/03/2021	31064340000680947
Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	xValor	(=) Valor do Documento
17	R\$				R\$ 764,41
Instruções - Sr. caixa, não receber após o vencimento. - O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento.					(-) Desconto / Abatimento
Natureza da Ação: Nº do Processo: 00027684620198172470 Base de cálculo R\$ 25.480,30					(-) Outras Deduções
Qtd	Descrição	Valor Unit.	Valor Total		
1	Taxa judiciária 1% sobre a base de cálculo	R\$ 254,80	R\$ 254,80		
1	Custas 2% sobre a base de cálculo	R\$ 509,61	R\$ 509,61		
Total R\$ 764,41					(+) Juros / Multa
Tarifa Banco R\$ 0,00					(-) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado R\$ 764,41
Sacado					
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA / CNPJ 09248608000104					
Sacador / Avalista					

BANCO DO BRASIL		001-9	00190.00009 03106.434008 00680.947173 3 85860000076441		
Local Pagamento					Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento					10/04/2021
Cedente					Agência / Código do Cedente
Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Carpina					3234 / 354800
Data do Documento	Nº do documento	Espécie DOC	Aceite	Data Process.	Nosso Número
11/03/2021	680947	DS	N	11/03/2021	31064340000680947
Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	xValor	(=) Valor do Documento
17	R\$				R\$ 764,41
Instruções - Sr. caixa, não receber após o vencimento. - O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento.					(-) Desconto / Abatimento
Natureza da Ação: Nº do Processo: 00027684620198172470 Base de cálculo R\$ 25.480,30					(-) Outras Deduções
Qtd	Descrição	Valor Unit.	Valor Total		
1	Taxa judiciária 1% sobre a base de cálculo	R\$ 254,80	R\$ 254,80		
1	Custas 2% sobre a base de cálculo	R\$ 509,61	R\$ 509,61		
Total R\$ 764,41					(+) Juros / Multa
Tarifa Banco R\$ 0,00					(-) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado R\$ 764,41
Sacado					
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA / CNPJ 09248608000104					
Sacador / Avalista					

BANCO DO BRASIL		001-9	00190.00009 03106.434008 00680.947173 3 85860000076441		
Local Pagamento					Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento					10/04/2021
Cedente					Agência / Código do Cedente
Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Carpina					3234 / 354800
Data do Documento	Nº do documento	Espécie DOC	Aceite	Data Process.	Nosso Número
11/03/2021	680947	DS	N	11/03/2021	31064340000680947
Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	xValor	(=) Valor do Documento
17	R\$				R\$ 764,41
Instruções - Sr. caixa, não receber após o vencimento. - O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento.					(-) Desconto / Abatimento
Natureza da Ação: Nº do Processo: 00027684620198172470 Base de cálculo R\$ 25.480,30					(-) Outras Deduções
Qtd	Descrição	Valor Unit.	Valor Total		
1	Taxa judiciária 1% sobre a base de cálculo	R\$ 254,80	R\$ 254,80		
1	Custas 2% sobre a base de cálculo	R\$ 509,61	R\$ 509,61		
Total R\$ 764,41					(+) Juros / Multa
Tarifa Banco R\$ 0,00					(-) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado R\$ 764,41
Sacado					
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA / CNPJ 09248608000104					
Sacador / Avalista					

Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 22/03/2021 16:17:42
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21032216174215100000075808243>
Número do documento: 21032216174215100000075808243



Guia - Ficha de Compensação

			N° DA CONTA JUDICIAL 0	
N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO 17/03/2021	AGÊNCIA (PREF / DV) 0	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
DATA DA GUIA 17/03/2021	N° DA GUIA 680947	N° DO PROCESSO 00027684620198172470		
UF/COMARCA PE	ORGÃO/VARA Vara Cível	DEPOSITANTE RÉU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 764,41	
NOME DO RÉU/IMPETRADO SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		TIPO DE PESSOA Jurídica	CPF / CNPJ 09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA		TIPO DE PESSOA FÍSICA	CPF / CNPJ 06367287493	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA C85CDA1261AC4DB8				
CÓDIGO DE BARRAS 00190.00009 03106.434008 00680.947173 3 85860000076441				





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
77479937	23/03/2021 22:12	Intimação	Intimação



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

Avenida Presidente Getúlio Vargas, S/N, SÃO JOSÉ, CARPINA - PE - CEP: 55815-105

3ª Vara Cível da Comarca de Carpina
Processo nº 0002768-46.2019.8.17.2470
AUTOR: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

ATO ORDINATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no Provimento do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco nº 08/2009, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 152, VI, e do art. 203, § 4º ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, intimo a parte apelada para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões. Apresentadas as contrarrazões ou transcorrido o prazo, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco.

CARPINA, 23 de março de 2021.

AUDINETE MARIA DA SILVA SOUZA
Diretoria Cível do 1º Grau





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
77722416	28/03/2021 13:43	CONTRARRAZÕES DA APELAÇÃO ANEXA EM PDF	Contrarrazões

CONTRARRAZÕES DA APELAÇÃO ANEXA EM PDF





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
77722 417	28/03/2021 13:43	CONTRARAZÕES DE APELAÇÃO DEYKSSON X DPVAT	Petição em PDF



Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

MM JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DE CARPINA/PE

Processo: 0002768-46.2019.8.17.2470

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA, por sua advogada infra-assinada, vem, mui respeitosamente, à presença de V.Exa., apresentar as suas **CONTRA-RAZÕES** ao recurso de **APELAÇÃO** interposto pelo **Auto/Apelante**, nos termos da peça anexa, requerendo que, cumpridas as formalidades legais, sejam os autos remetidos ao Egrégio Tribunal de Justiça, por ser de direito e justiça.

Recife (PE), 24 de março de 2021

Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

Advogada OAB/PE 26.376





Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO CÍVEL

COLETA CÂMARA

EMINENTES JULGADORES

Inobstante o devido apreço ao presente **RECURSO**, **CABE IMPROCEDÊNCIA**, eis que são totalmente subsistentes as alegações do **APELADO** em sua exordial, conforme passamos a analisar.

DA ALEGAÇÃO DE:

CARÊNCIA DE AÇÃO - FALTA DE DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO (AUTO DE NECRÓPSIA / LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO – IML / BOLETIM DE OCORRÊNCIA E BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO).

Totalmente infundado tal argumento constante na peça apelatória, Consta nos autos, todos os documentos anexados, inclusive com os comprovantes de remessa pelos **CORREIOS** a **APELANTE**, inúmeros tentativas de acompanhar o procedimento pelo tele atendimento, o qual por irresponsabilidade,

Pela síntese dos fatos narrados na exordial, que a parte autoral pretende que o seguro DPVAT a indenize pelo suposto falecimento de seu ente no acidente noticiado.





Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

Quando esse Recurso é utilizado com **fins manifestamente protelatórios**, o Código prevê a aplicação de multa de **2% (dois por cento) sobre o valor da causa**, que pode ser elevada em caso de reiteração, a **10% (dez por cento) desse montante**.

No caso, as alegações da **APELANTE** claramente configuram ataque ao mérito da decisão, **não se inserindo nas hipóteses de cabimento do Recurso.**

A sentença está fundamentada com os artigos de lei que o Juízo entende aplicáveis. **Portanto, eventual inconformidade em relação ao resultado do Julgamento deve ser objeto de Recurso, desde que haja fundamentos que o embasem, não se prestando o presente Recurso** para o reexame da matéria litigiosa.

Os advogados tem a obrigação de compreender a sentença dinamicamente (**isso se presume**); dúvidas estapafúrdias, obtusas, desprovidas de um mínimo de razoabilidade fazem presumir, **o intuito protelatório do recurso.**

O poder judiciário tem de ser célere, e não tem mais espaço para esse tipo de atitude! O presente feito tramitou de forma célere, não se admite procrastinação no Cumprimento da Sentença.

Por mais que a reclamada tenha interposto o Recurso, só irá atrasar o andamento do processo, demonstrando claramente a intenção da manobra, em um valor irrisório para a tão poderosa Seguradora.





Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

DOS ARGUMENTOS USADOS:

1 - INOVAÇÃO RECURSAL – IMPOSSIBILIDADE

Toda a defesa elencada pela requerida em sua contestação se baseou na alega ausência de comprovação dos danos documentos essenciais a propositura, **NO ENTANTO PAGOU PARTE DO SEGURO. QUER DIZER:** os documentos apresentados só possui validade para pagar de forma incompleta o seguro??

DO QUESTIONAMENTO AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Declara o **APELANTE** que a Defesa do **APELADO**, não procedeu com zelo demasiado pela Patrona, sendo injustificável o patamar estipulado na r. Sentença a título de honorários.

Ora Excelências, o **APELANTE**, sempre agiram de má fé no presente processo. **Primeiro:** porque pagaram parte do prêmio do Seguro ao **APELADO**, sem questionar ausência de documentos. **Segundo:** protocolou Embargos de Declaração sem nenhum fundamento legal, apenas e tão somente com fim de procrastinar o rito processual, e sempre atuando a Patrona nos autos sem sequer perder prazos, logo, não se justifica, **assim como nada se justifica todos os argumentos do APELANTE**, em afirmar que os honorários devem ser minorados em 10% (dez por cento).





Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

Ademais, ao contestar os fatos, em fase de contestação, o **APELANTE** limitou-se a fazer alegações genéricas e sem relação específica aos fatos, bem como não carregou provas, não se desincumbindo do seu ônus probatório.

Agora, em suas razões recursais, o apelante insurge-se contra a sentença com base em fatos que não foram trazidos à baila na oportunidade da sua defesa no primeiro grau, o que caracteriza **INOVAÇÃO RECURSAL**.

A presente apelação é peça meramente procrastinatória pois em nada acrescenta além do que foi firmado na fraca contestação.

Resta evidente, portanto, a **vultosa inovação recursal**, com alegação de fatos não supervenientes, todos alegadamente impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do reclamante, matéria que deveria ter sido arguida em sede de contestação, consoante disposição do o Código de Processo Civil.

No mérito, **DEVE SER MANTIDA A SENTENÇA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA EM TODOS OS SEUS TERMOS.**

2 - DO REQUERIMENTO





Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

ADVOGADA

OAB/PE 26.376

À vista de todo o exposto, restando comprovada a total insubsistência das alegações da recorrente, espera haja por bem essa Egrégia Turma, reportando-se a todos os argumentos já deduzidos no processo, após análise dos temas suscitados, **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso como medida de justiça.

Nestes termos, Pede deferimento.

Recife/PE 28.03.2021

Dra. Mariselma Aleixo de Moraes

Advogada OAB/PE 26.376





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
80947191	06/04/2021 13:03	Decisão Terminativa	Decisão Terminativa

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0002768-46.2019.8.17.2470

APELANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
APELADO: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

DECISÃO TERMINATIVA

DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS (RELATOR): Trata-se de recurso de apelação interposto contra sentença proferida pela 3ª Vara Cível da Comarca de Carpina.

AÇÃO: Ação de Cobrança Seguro DPVAT.

SENTENÇA (ID 15381440):

“Posto isso, pelo que dos autos consta, julgo PROCEDENTE EM PARTE o pedido formulado pelo demandante, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I do CPC/2015, condenando a demandada SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A a pagar R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais), em favor do autor, cumulados com juros de mora à base de 1,0 % ao mês a partir da citação e correção monetária pela tabela do ENCOGE a partir da data do evento danoso. Por fim, CONDENO a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais estabeleço, desde já, em 10% sobre o valor da causa”.

RAZÕES DO RECURSO (ID 15381456):

- a) aduz que em que pese a parte ter apresentado certidão de óbito, não há outros documentos que comprovem que a morte da vítima tenha decorrido de acidente automobilístico;
- b) caso a condenação seja mantida, requer a redução dos honorários advocatício, bem como sua compensação em razão da sucumbência recíproca.

CONTRARRAZÕES (ID 15381460): pela manutenção da sentença.

É o relatório. Decido.

Compulsando os autos, verifico a existência de Boletim de Ocorrência (ID 15381416) relatando que a Sra. Maria José Correia foi vítima de acidente automobilístico fatal ocorrido em 17/08/2018. Há também declaração da Unidade Mista Assis Chateaubriand de que a falecida deu entrada na unidade de saúde em decorrência de acidente de trânsito no dia 17/08/2018. Na Certidão de óbito consta como causa da morte politraumatismo produzido por instrumento contundente. Portanto, entendo que restou comprovado o nexo de causalidade entre o acidente e a morte da vítima.

A Súmula 544 do Superior Tribunal de Justiça dispõe que:

“É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008”.



De acordo com o art. 3º da Lei 6.194/74, em caso de óbito, será devida a indenização no valor de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais). A comprovação dar-se-á na forma do art.5º do referido diploma legal:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte"

No caso em exame, os documentos acostados aos autos dão conta que o falecimento da Sra. Maria José Correia, genitora da parte requerente, decorreu de acidente automobilístico, bem como que o demandante é a único herdeiro da vítima, tendo em vista o falecimento do seu irmão, sendo apto, portanto, a requerer a percepção da importância indenizatória.

A parte autora tem direito de receber indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), considerando que recebeu administrativamente R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais), faz jus ao complemento de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais).

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Em relação ao pedido de compensação de honorários advocatícios, ressalto que tal prática é expressamente vedada pelo art. 85, § 14 do [CPC](#), *in verbis*:

§14. Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, **sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.**

Diante da análise dos parâmetros legais previstos no art. 85, §2º do Código de Processo Civil acima expostos, quais sejam o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço e a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, fixo os honorários advocatícios no percentual de 10% do valor da causa.

Por todo o exposto, com fulcro no art. 932, IV, "a" do Código de Processo Civil, **NEGO PROVIMENTO** ao apelo, majorando os honorários advocatícios de 10% para 15% do valor da causa, nos termos do art. 85, §11/CPC.

Publique-se.

Recife,

Des. José Fernandes de Lemos
Relator





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
80947192	06/04/2021 14:11	Intimação	Intimação

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0002768-46.2019.8.17.2470

APELANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

APELADO: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

DECISÃO TERMINATIVA

DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS (RELATOR): Trata-se de recurso de apelação interposto contra sentença proferida pela 3ª Vara Cível da Comarca de Carpina.

AÇÃO: Ação de Cobrança Seguro DPVAT.

SENTENÇA (ID 15381440):

“Posto isso, pelo que dos autos consta, julgo PROCEDENTE EM PARTE o pedido formulado pelo demandante, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I do CPC/2015, condenando a demandada SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A a pagar R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais), em favor do autor, cumulados com juros de mora à base de 1,0 % ao mês a partir da citação e correção monetária pela tabela do ENCOGE a partir da data do evento danoso.

Por fim, CONDENO a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais estabeleço, desde já, em 10% sobre o valor da causa”.

RAZÕES DO RECURSO (ID 15381456):

- a) aduz que em que pese a parte ter apresentado certidão de óbito, não há outros documentos que comprovem que a morte da vítima tenha decorrido de acidente automobilístico;
- b) caso a condenação seja mantida, requer a redução dos honorários advocatício, bem como sua compensação em razão da sucumbência recíproca.

CONTRARRAZÕES (ID 15381460): pela manutenção da sentença.

É o relatório. Decido.

Compulsando os autos, verifico a existência de Boletim de Ocorrência (ID 15381416) relatando que a Sra. Maria José Correia foi vítima de acidente automobilístico fatal ocorrido em 17/08/2018. Há também declaração da Unidade Mista Assis Chateaubriand de que a falecida deu entrada na unidade de saúde em decorrência de acidente de trânsito no dia 17/08/2018. Na Certidão de óbito consta como causa da morte politraumatismo produzido por instrumento contundente. Portanto, entendo que restou comprovado o nexo de causalidade entre o acidente e a morte da vítima.

A Súmula 544 do Superior Tribunal de Justiça dispõe que:

“É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008”.



De acordo com o art. 3º da Lei 6.194/74, em caso de óbito, será devida a indenização no valor de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais). A comprovação dar-se-á na forma do art.5º do referido diploma legal:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte"

No caso em exame, os documentos acostados aos autos dão conta que o falecimento da Sra. Maria José Correia, genitora da parte requerente, decorreu de acidente automobilístico, bem como que o demandante é a único herdeiro da vítima, tendo em vista o falecimento do seu irmão, sendo apto, portanto, a requerer a percepção da importância indenizatória.

A parte autora tem direito de receber indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), considerando que recebeu administrativamente R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais), faz jus ao complemento de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais).

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Em relação ao pedido de compensação de honorários advocatícios, ressalto que tal prática é expressamente vedada pelo art. 85, § 14 do [CPC](#), *in verbis*:

§14. Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, **sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.**

Diante da análise dos parâmetros legais previstos no art. 85, §2º do Código de Processo Civil acima expostos, quais sejam o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço e a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, fixo os honorários advocatícios no percentual de 10% do valor da causa.

Por todo o exposto, com fulcro no art. 932, IV, "a" do Código de Processo Civil, **NEGO PROVIMENTO** ao apelo, majorando os honorários advocatícios de 10% para 15% do valor da causa, nos termos do art. 85, §11/CPC.

Publique-se.

Recife,

Des. José Fernandes de Lemos
Relator





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
80947193	20/05/2021 17:19	Certidão Trânsito em Julgado	Certidão Trânsito em Julgado



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA CÍVEL - 5ª Câmara Cível - Recife

Rua Moacir Baracho, Edf. Paula Baptista, s/nº, 1º andar, Bairro de Santo Antônio, Recife, PE. CEP. 50010-930.

Processo nº 0002768-46.2019.8.17.2470

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

REPRESENTANTE: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

APELADO: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que a Decisão/ o Acórdão ID_ [15420500](#) transitou em julgado em 10/05/2021. O certificado é verdade e dou fé.

RECIFE, 20 de maio de 2021

Diretoria Cível do 2º Grau





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
80947194	20/05/2021 17:21	Certidão	Certidão



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA CÍVEL - 5ª Câmara Cível - Recife

Rua Moacir Baracho, Edf. Paula Baptista, s/nº, 1º andar, Bairro de Santo Antônio, Recife, PE. CEP. 50010-930.

Processo nº 0002768-46.2019.8.17.2470

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

REPRESENTANTE: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

APELADO: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que não há pendência de recolhimento do preparo recursal no 2º grau de jurisdição. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 20 de maio de 2021

Diretoria Cível do 2º Grau





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
81092620	24/05/2021 10:59	Petição	Petição

PETIÇÃO DE JUNTADA DE LIQUIDAÇÃO





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
81094037	24/05/2021 10:59	2701613_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACAO_01	Petição em PDF



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARPINA/PE

Processo n.º 00027684620198172470

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação.**

Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora nos termos do art. 526, §1º, NCPC, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 526, §3º c/c 924, II, NCPC.

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO 25393-D/PE, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

CARPINA, 21 de maio de 2021.

João Barbosa
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

~





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
81094039	24/05/2021 10:59	ANEXO 1	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas

RECEBIMENTO EM QUALQUER AGÊNCIA DA CAIXA

(INSTRUÇÕES: Menu CONTA / DEPÓSITO / ID-JUDICIAL COMUM)



Guia para Depósito Justiça Estadual

1ª via: Documento de caixa

Para obtenção de ID Depósito acesse:

www.caixa.gov.br**Agência / Operação /
Conta**

1242 / 040 / 01508275-8

ID Depósito

040124200032104302

Tribunal / UF

TJ PERNAMBUCO /PE

Município

CARPINA

Vara

03A VARA CIVEL

Ação de Natureza

(2) 1 - Tributária 2 - Não Tributária

Ação Tributária

() 1 - Estadual 2 - Municipal

Processo

0002768.46.2019.8.17.2470

Tipo de Ação/processo

INDENIZATORIA

Nome do Autor

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

CPF/CNPJ

063.672.874-93

Nome do Réu

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CPF/CNPJ

09.248.608/0001-04

Nome do Depositante

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CPF/CNPJ

09.248.608/0001-04

Número da Guia

1

Data de Emissão

30/04/2021

Depósito em

() 1 - Dinheiro 2 - Cheque

Valor do Depósito

R\$ 12.616,90

Autenticação mecânica do depósito

CEF1242001191218052021105181306 12.616,90COM



RECEBIMENTO EM QUALQUER AGÊNCIA DA CAIXA

(INSTRUÇÕES: Menu CONTA / DEPÓSITO / ID-JUDICIAL COMUM)



Guia para Depósito Justiça Estadual

2ª Vara - Tribunal de Justiça

Para obtenção de ID Depósito acesse:

www.caixa.gov.br
Agência / Operação / Conta

1242 / 040 / 01508275-8

ID Depósito

040124200032104302

Tribunal / UF

TJ PERNAMBUCO / PE

Município

CARPINA

Vara

03A VARA CIVEL

Ação de Natureza

(2) 1 - Tributária 2 - Não Tributária

Ação Tributária

() 1 - Estadual 2 - Municipal

Processo

0002768.46.2019.8.17.2470

Tipo de Ação/processo

INDENIZATORIA

Nome do Autor

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

CPF/CNPJ

063.672.874-93

Nome do Réu

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CPF/CNPJ

09.248.608/0001-04

Nome do Depositante

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CPF/CNPJ

09.248.608/0001-04

Número da Guia

1

Data de Emissão

30/04/2021

Depósito em

() 1 - Dinheiro 2 - Cheque

Valor do Depósito

R\$ 12.616,90

Autenticação mecânica do depósito

CEF1242001191218052021105181306 12.616,90COM



RECEBIMENTO EM QUALQUER AGÊNCIA DA CAIXA

(INSTRUÇÕES: Menu CONTA / DEPÓSITO / ID-JUDICIAL COMUM)



Guia para Depósito Justiça Estadual

Guia - Depositante

Para obtenção de ID Depósito acesse:

www.caixa.gov.br
Agência / Operação / Conta
 1242 / 040 / 01508275-8

ID Depósito
 040124200032104302

Tribunal / UF
 TJ PERNAMBUCO / PE

Município
 CARPINA

Vara
 03A VARA CIVEL

Ação de Natureza
 (2) 1 - Tributária 2 - Não Tributária

Ação Tributária
 () 1 - Estadual 2 - Municipal

Processo
 0002768.46.2019.8.17.2470

Tipo de Ação/processo
 INDENIZATORIA

Nome do Autor
 DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

CPF/CNPJ
 063.672.874-93

Nome do Réu
 SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CPF/CNPJ
 09.248.608/0001-04

Nome do Depositante
 SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CPF/CNPJ
 09.248.608/0001-04

Número da Guia
 1

Data de Emissão
 30/04/2021

Depósito em
 () 1 - Dinheiro 2 - Cheque

Valor do Depósito
 R\$ 12.616,90

Autenticação mecânica do depósito

CEF1242001191218052021105181306 12.616,90COM





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
81094040	24/05/2021 10:59	ANEXO 2	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas

Cálculo de atualização monetária

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	RETROAGIMOS OS CALCULOS EM 1 MES
Valor Nominal	R\$ 6.750,00
Indexador e metodologia de cálculo	ENCOGE (XI ENCONTRO) - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Julho/2018 a Abril/2021
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	27/02/2020 a 17/05/2021

Dados calculados		
Fator de correção do período	1005 dias	1,132796
Percentual correspondente	1005 dias	13,279553 %
Valor corrigido para 01/04/2021	(=)	R\$ 7.646,37
Juros(445 dias-15,00000%)	(+)	R\$ 1.146,96
Sub Total	(=)	R\$ 8.793,33
Valor total	(=)	R\$ 8.793,33

Cálculo de atualização monetária

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 23.488,00
Indexador e metodologia de cálculo	ENCOGE (XI ENCONTRO) - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Outubro/2019 a Março/2021
Honorários (%)	15 %

Dados calculados		
Fator de correção do período	517 dias	1,085256
Percentual correspondente	517 dias	8,525594 %
Valor corrigido para 01/03/2021	(=)	R\$ 25.490,49
Sub Total	(=)	R\$ 25.490,49
Honorários (15%)	(+)	R\$ 3.823,57
Valor total	(=)	R\$ 29.314,06

$R\$ 3.823,57 + 8.793,33 = R\$ 12.616,90$





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
81094041	24/05/2021 10:59	ANEXO 3	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas

RECEBIMENTO EM QUALQUER AGÊNCIA DA CAIXA

(INSTRUÇÕES: Menu CONTA / DEPÓSITO / ID-JUDICIAL COMUM)



Guia para Depósito Justiça Estadual

1ª via: Documento de caixa

Para obtenção de ID Depósito acesse:

www.caixa.gov.br
Agência / Operação / Conta

1242 / 040 / 01508275-8

ID Depósito

040124200032104302

Tribunal / UF

TJ PERNAMBUCO /PE

Município

CARPINA

Vara

03A VARA CIVEL

Ação de Natureza

(2) 1 - Tributária 2 - Não Tributária

Ação Tributária

() 1 - Estadual 2 - Municipal

Processo

0002768.46.2019.8.17.2470

Tipo de Ação/processo

INDENIZATORIA

Nome do Autor

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

CPF/CNPJ

063.672.874-93

Nome do Réu

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CPF/CNPJ

09.248.608/0001-04

Nome do Depositante

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CPF/CNPJ

09.248.608/0001-04

Número da Guia

1

Data de Emissão

30/04/2021

Depósito em

() 1 - Dinheiro 2 - Cheque

Valor do Depósito

R\$ 12.616,90

Autenticação mecânica do depósito

CEF1242001191218052021105181306 12.616,90COM



RECEBIMENTO EM QUALQUER AGÊNCIA DA CAIXA

(INSTRUÇÕES: Menu CONTA / DEPÓSITO / ID-JUDICIAL COMUM)



Guia para Depósito Justiça Estadual

2013 - Tribunal / Vara	Para obtenção de ID Depósito acesse: www.caixa.gov.br		Agência / Operação / Conta 1242 / 040 / 01508275-8	ID Depósito 040124200032104302
			Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO / PE	Município CARPINA
	Vara 03A VARA CIVEL	Ação de Natureza (2) 1 - Tributária 2 - Não Tributária	Ação Tributária () 1 - Estadual 2 - Municipal	
	Processo 0002768.46.2019.8.17.2470	Tipo de Ação/processo INDENIZATORIA		
	Nome do Autor DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA		CPF/CNPJ 063.672.874-93	
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT		CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04		
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT		CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04		
Número da Guia 1	Data de Emissão 30/04/2021	Depósito em () 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 12.616,90	
Autenticação mecânica do depósito CEF1242001191218052021105181306 12.616,90COM				



RECEBIMENTO EM QUALQUER AGÊNCIA DA CAIXA

(INSTRUÇÕES: Menu CONTA / DEPÓSITO / ID-JUDICIAL COMUM)



Guia para Depósito Justiça Estadual

Guia - Depositante

Para obtenção de ID Depósito acesse:

www.caixa.gov.br
Agência / Operação / Conta

1242 / 040 / 01508275-8

ID Depósito

040124200032104302

Tribunal / UF

TJ PERNAMBUCO /PE

Município

CARPINA

Vara

03A VARA CIVEL

Ação de Natureza

(2) 1 - Tributária 2 - Não Tributária

Ação Tributária

() 1 - Estadual 2 - Municipal

Processo

0002768.46.2019.8.17.2470

Tipo de Ação/processo

INDENIZATORIA

Nome do Autor

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

CPF/CNPJ

063.672.874-93

Nome do Réu

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CPF/CNPJ

09.248.608/0001-04

Nome do Depositante

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CPF/CNPJ

09.248.608/0001-04

Número da Guia

1

Data de Emissão

30/04/2021

Depósito em

() 1 - Dinheiro 2 - Cheque

Valor do Depósito

R\$ 12.616,90

Autenticação mecânica do depósito

CEF1242001191218052021105181306 12.616,90COM





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
81264051	27/05/2021 11:28	PEDIDO EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ	Providência

MM JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARPINA/PE

Processo n.º 00027684620198172470

DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA, já
qualificados nos autos, vem Requerer e explicar:

A Executada ofereceu a Planilha de Cálculo conforme **ID 8109039 e 81094040**, **A QUAL CONCORDA O EXEQUENTE POIS ENCONTRA-SE CORRETA**, informando o valor total com a atualização monetária e juros no valor de R\$ 29.314,06 (vinte e nove mil trezentos e catorze reais e seis centavos).

No entanto, só depositou um valor bem inferior qual seja, **R\$ 12.616,90** (doze mil seiscentos e dezesseis reais e noventa centavos).

OBSERVA-SE TAMBÉM QUE DA DECISÃO TERMINATIVA EM SEGUNDO GRAU NÃO HOUE EMBARGOS.

Foi também majorado os Honorários para 15% do valor da causa.

DO PEDIDO:

REQUER seja oficiado a EXECUTADA para proceder com **o pagamento da diferença do valor constante em sua planilha de cálculos**, qual seja, R\$ 29.314,06 (vinte e nove mil trezentos e catorze reais e seis centavos), considerando que efetuou o depósito apenas de R\$ 12.616,90 (doze mil seiscentos e dezesseis reais e noventa centavos).

Restando um saldo a receber conforme apresentando a planilha no valor de R\$ R\$ 16.697,16 (dezesseis mil seiscentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos).

Por outra banda, **REQUER a expedição e liberação dos ALVARÁS** do valor já depositado seguinte a seguinte tabela:

Honorários Contratuais autorizados	AUTOR:R\$ 8.793,33 - R\$ 1.758,66
	A RECEBER: R\$ 7.034,67
.....R\$ 3.823,57	HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA: 15%
PROCURAÇÃO:R\$ 1.758,66 + 3.823,57 =	HONORÁRIOS CONTRATUAIS AUTORIZADO NA
..... R\$ 5.582,23	TOTAL A RECEBER DE HONORÁRIOS:
	TOTAL GERAL:
..... R\$ 12.616,90	



Nestes termos pede Procedência.

Lagoa do Carro/PE 27.05.2021

Mariselma Aleixo de Moraes
Advogada





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
82234021	10/06/2021 14:36	Despacho	Despacho



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

3ª Vara Cível da Comarca de Carpina

Avenida Presidente Getúlio Vargas, S/N, SÃO JOSÉ, CARPINA - PE - CEP: 55815-105 - F:(81) 36228638

Processo nº **0002768-46.2019.8.17.2470**

AUTOR: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

DESPACHO

Defiro o pedido. Expeça-se alvará da quantia incontroversa, conforme depósito de ID 81094039.

Intime-se a parte requerida para se manifestar, prazo de 10 dias, sobre a petição de ID 81264051. Após, à conclusão.

CARPINA, 10 de junho de 2021

MARIANA VIEIRA SARMENTO
Juiz(a) de Direito





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
82662306	17/06/2021 13:17	Intimação	Intimação



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

Avenida Presidente Getúlio Vargas, S/N, SÃO JOSÉ, CARPINA - PE - CEP: 55815-105

3ª Vara Cível da Comarca de Carpina

Processo nº 0002768-46.2019.8.17.2470

AUTOR: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 3ª Vara Cível da Comarca de Carpina, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID [82234021](#)

CARPINA, 17 de junho de 2021.

AUDINETE MARIA DA SILVA SOUZA

Diretoria Cível do 1º Grau





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
82665857	17/06/2021 15:11	Alvará	Alvará



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

3ª Vara Cível da Comarca de Carpina

Avenida Presidente Getúlio Vargas, S/N, SÃO JOSÉ, CARPINA - PE - CEP: 55815-105 - F:(81)
36228638

Processo nº 0002768-46.2019.8.17.2470

AUTOR: DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito do 3ª Vara Cível da Comarca de Carpina **AUTORIZA**, por meio do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo(a)(s) beneficiário(a)(s), do(s) valor(es) autorizado(s), como descrito abaixo:

BENEFICIÁRIO (001): **DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA - CPF: 063.672.874-93.**

VALOR AUTORIZADO: **R\$ 7.034,67 (sete mil trezentos e quatro reais e sessenta e sete centavos)** com juros e correção monetária porventura existentes.

DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - **AGÊNCIA 1242 - CONTA 01508275-8. ID 040124200032104302.**

~~BENEFICIÁRIO (002): **MARISELMA ALEIXO DE MORAES - OAB PE26376 - CPF: 285.777.014-68**~~

~~VALOR AUTORIZADO: **R\$ 5.582,23 (cinco mil quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e três centavos)**, com juros e correção monetária porventura existentes.~~

~~DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - **AGÊNCIA 1242 - CONTA 01508275-8. ID 040124200032104302.**~~

~~Tudo conforme **DESPACHO** de ID **82234021** dos autos do Processo Judicial Eletrônico - PJe, acima epigrafado.~~

Eu, Audinete Maria da Silva Souza, Chefe de Secretaria, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé.

CARPINA, 17 de junho de 2021.

MARIANA VIEIRA SARMENTO
Juiz(a) de Direito
(Assinado Eletronicamente)





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
82892471	21/06/2021 16:51	Petição	Petição

JUNTADA DE CUSTAS FINAIS





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
82892473	21/06/2021 16:51	2701613_JUNTADA_DE_CUSTAS_FINALS_01	Petição em PDF



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARPINA/PE

Processo n.º 00027684620198172470

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada da inclusa guia de recolhimento de custas finais, bem como diante do cumprimento da obrigação e da satisfação do credor, requer a baixa do processo no cartório distribuidor e o subsequente arquivamento dos autos.**

Por oportuno, em caso de verificado saldo remanescente a ser recolhido, pugna-se pela intimação da demandada, em nome do seu causídico abaixo apontado.

Por derradeiro, requer, ainda a ré que seja observado exclusivamente o nome do advogado RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, 25393-D/PE, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

CARPINA, 21 de junho de 2021.

João Barbosa
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

~





Número: **0002768-46.2019.8.17.2470**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Última distribuição : **07/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 23.488,00**


Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**


Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**


Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA (AUTOR)		MARISELMA ALEIXO DE MORAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
82892474	21/06/2021 16:51	2701613_JUNTADA_DE_CUSTAS_FINALIS_Anexo_02	Outros (Documento)

	PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS JUDICIÁRIAS - DARJ CUSTAS INTERMEDIÁRIAS		01 - BANCOS CREDENCIADOS BANCO DO BRASIL	02 - Cód. UNID. CARTORÁRIA
				05 - DATA DE EMISSÃO 26/05/2021 09:57
03 - NÚMERO DA GUIA 715954	04 - CONTRIBUINTE SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A - CNPJ: 09.248.608/0001-04			DATA DE VENCIMENTO 25/06/2021
06 - NATUREZA DA AÇÃO			07 - Nº DO PROCESSO 0002768-46.2019.8.17.2470	08 - BASE DE CÁLCULO R\$ 23.488,00
09 - Cód. DO ATO	10 - QUANT.	11 - OBSERVAÇÃO		12 - VALOR COBRADO
65	1	Faixa 1: Até 1000,00: custas mínimas; Faixa 2: Custas mínimas + 0,8% sobre a base de cálculo		R\$ 347,07
66	1	Taxa judiciária 1% sobre a base de cálculo		R\$ 234,88
13 - ASSINATURA DO DISTRIBUIDOR				14 - VALOR TOTAL R\$ 581,95

85650000005 9 81950487202 2 10625000071 3 59540000000 5

	PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS JUDICIÁRIAS - DARJ CUSTAS INTERMEDIÁRIAS		01 - BANCOS CREDENCIADOS BANCO DO BRASIL	02 - Cód. UNID. CARTORÁRIA
				05 - DATA DE EMISSÃO 26/05/2021 09:57
03 - NÚMERO DA GUIA 715954	04 - CONTRIBUINTE SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A - CNPJ: 09.248.608/0001-04			DATA DE VENCIMENTO 25/06/2021
06 - NATUREZA DA AÇÃO			07 - Nº DO PROCESSO 0002768-46.2019.8.17.2470	08 - BASE DE CÁLCULO R\$ 23.488,00
09 - Cód. DO ATO	10 - QUANT.	11 - OBSERVAÇÃO		12 - VALOR COBRADO
65	1	Faixa 1: Até 1000,00: custas mínimas; Faixa 2: Custas mínimas + 0,8% sobre a base de cálculo		R\$ 347,07
66	1	Taxa judiciária 1% sobre a base de cálculo		R\$ 234,88
13 - ASSINATURA DO DISTRIBUIDOR				14 - VALOR TOTAL R\$ 581,95

85650000005 9 81950487202 2 10625000071 3 59540000000 5

	PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS JUDICIÁRIAS - DARJ CUSTAS INTERMEDIÁRIAS		01 - BANCOS CREDENCIADOS BANCO DO BRASIL	02 - Cód. UNID. CARTORÁRIA
				05 - DATA DE EMISSÃO 26/05/2021 09:57
03 - NÚMERO DA GUIA 715954	04 - CONTRIBUINTE SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A - CNPJ: 09.248.608/0001-04			DATA DE VENCIMENTO 25/06/2021
06 - NATUREZA DA AÇÃO			07 - Nº DO PROCESSO 0002768-46.2019.8.17.2470	08 - BASE DE CÁLCULO R\$ 23.488,00
09 - Cód. DO ATO	10 - QUANT.	11 - OBSERVAÇÃO		12 - VALOR COBRADO
65	1	Faixa 1: Até 1000,00: custas mínimas; Faixa 2: Custas mínimas + 0,8% sobre a base de cálculo		R\$ 347,07
66	1	Taxa judiciária 1% sobre a base de cálculo		R\$ 234,88
13 - ASSINATURA DO DISTRIBUIDOR				14 - VALOR TOTAL R\$ 581,95

85650000005 9 81950487202 2 10625000071 3 59540000000 5



Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	01/06/2021	0	0
DATA DA GUIA	Nº DO PROCESSO	TIPO DE JUSTIÇA	
01/06/2021	00027684620198172470	ESTADUAL	
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PE	Vara Cível	RÉU	581,95
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	092486080000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
DEYKISSON BEIJAMIM CORREIA		FÍSICA	06367287493
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
D7586F2B1C6209FB			
CÓDIGO DE BARRAS			
856500000005 9 81950487202 2 106250000071 3 59540000000 5			

